

Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

Literatura



Manuel Pinheiro Chagas
Historia Alegre de Portugal



Iba Mendes
www.poeteiro.com

João Pinheiro Chagas

História Alegre de Portugal

Publicado originalmente em 1880.

**Manuel Joaquim Pinheiro Chagas
(1842 – 1895)**

“Projeto Livro Livre”

Livro 264



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2014
www.poeteiro.com



Projeto Livro Livre

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras sob domínio público, como esta, do escritor português João Pinheiro Chagas: *“História Alegre de Portugal”*.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com

BIOGRAFIA

Manuel Joaquim Pinheiro Chagas nasceu em Lisboa, no dia 13 de novembro de 1842, filho de Joaquim Pinheiro das Chagas, major do Exército, veterano das guerras liberais e secretário particular do rei D. Pedro V, e de sua mulher Gertrudes Justiniana Gomes Ramos. Faleceu na mesma cidade em 8 de abril de 1895.

Destinado a seguir a carreira militar, frequentou o Colégio Militar, a Escola do Exército e a Escola Politécnica de Lisboa. No seu percurso militar, que interrompeu em 1866, alcançou o posto de capitão. Retomaria a carreira militar em 1883, ao ser chamado para integrar o ministério.

Foi aluno brilhante, começando desde cedo a demonstrar grande interesse pela escrita. A sua primeira obra publicada foi *Anjo do Lar* (1863), uma coletânea de poemas, a que se seguiu *Poema da Mocidade* (1865), outra coletânea poética, agora prefaciado por Antônio Feliciano de Castilho.

Foi o prefácio de Castilho àquela obra de poesia juvenil, apropriadamente intitulada *Poema da Mocidade*, que levou à eclosão da Questão Coimbrã, polémica na qual o grupo de Pinheiro Chagas, Júlio de Castilho, Brito Aranha, Camilo Castelo Branco e Ramalho Ortigão enfrentou Teófilo Braga e Antero de Quental, num epifenômeno literário das tensões entre conservadorismo e reformismo que atravessavam a sociedade portuguesa de então.

A partir daí passa a colaborar intensamente na imprensa e a manter uma atividade literária a que cedo associou uma não menos intensa atividade política. Passou a publicar textos de ficção, sendo um dos introdutores do romance de aventuras em Portugal. Também se interessou pela História, tendo produzido trabalhos, os quais embora operosos, não seguem as preocupações de rigor e de erudição dos mais conceituados historiadores da época.

Apesar das suas obras oscilarem entre um estilo rigoroso e uma atmosfera de afetação, a popularidade de Pinheiro Chagas foi grande, sendo durante muito tempo considerado como um dos mais populares escritores portugueses. A prova disso é que o plebiscito literário realizado em 1884 pelo jornal *O Imparcial* de Coimbra, que tendo feita uma sondagem sobre quem seriam os três escritores portugueses mais notáveis nessa época, obteve dos seus leitores a seguinte classificação: 1.º Camilo Castelo Branco; 2.º Manuel Pinheiro Chagas; e 3.º José Maria Latino Coelho.

O seu zoilo Eça de Queiroz, que, fazendo referência ao seu passado como militar, o apodava de brigadeiro Chagas, aparecia apenas no 4.º lugar, seguido de Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, Oliveira Martins e Guerra Junqueiro, numa ordenação que pouco diz sobre a popularidade futura dos escritores.

Apesar dessa opinião dos leitores e das suas obras terem gozado de êxito imediato e grande divulgação, tal não se repercutiu após a morte do autor, sendo este praticamente esquecido. Para isso muito contribuíram as polêmicas que manteve com Eça de Queirós, que o fizeram pouco querido da geração de intelectuais que se lhe seguiu. Hoje algumas das suas obras têm vindo a ser reeditadas, com razoável êxito. A *peça A Morgadinha de Valflor* (1869) teve assinalável êxito e manteve-se popular, sendo encenada, particularmente por grupos amadores, durante todo o último século.

Foi ainda tradutor de obras de Jules Verne e de Daniel Defoe, contribuindo em muito para a introdução e popularidade do romance de aventuras em Portugal.

Numa nomeação controversa, foi feito professor de Literatura Clássica do Curso Superior de Letras, conjugando também nessa função a sua atividade literária com os seus ideais políticos. Entrou em choque com muitos dos principais protagonistas da vida literária portuguesa de então, do que resultaram inúmeras polêmicas, das quais a mais azeda e prolongada, durando mais de 20 anos, foi mantida com Eça de Queirós.

A sua produção literária, em especial na área da História, levou a que em 16 de janeiro de 1866 fosse eleito sócio efetivo, e depois secretário-geral, da Academia das Ciências de Lisboa.

Contudo, foi na atividade jornalística que Pinheiro Chagas mais se destacou, demonstrando uma capacidade de trabalho e combatividade inesgotáveis. Tendo-se iniciado no jornal *A Revolução de Setembro*, na altura dirigido por Antônio Rodrigues Sampaio, cedo assumiu um estilo que privilegiava a visão crítica da sociedade e da governação, mesclando o jornalismo noticioso com a intervenção política.

A partir dessa iniciação, Pinheiro Chagas colaborou em diversos periódicos, nos quais sustentou acesas polêmicas, fez comentário político, animou secções de folhetim e fez crítica artística, em especial literária, teatral e das artes plásticas.

Foi a partir desta presença na imprensa que Pinheiro Chagas construiu a sua carreira política, a qual ganhou ímpeto em 1871, aos 29 anos de idade, quando passou a colaborar no jornal *A Discussão*, órgão oficioso do recém-fundado Partido Constituinte liderado por José Dias Ferreira. Nesse mesmo ano, nas eleições gerais de 9 de julho, é eleito deputado para a 20.^a Legislatura da Monarquia Constitucional, pelo círculo uninominal da Covilhã, por onde se candidatara com o apoio de Manuel Vaz Preto Geraldês, um importante cacique de Castelo Branco. Foi reeleito, pelo mesmo círculo, nas eleições gerais de 12 de julho de 1874 (21.^a Legislatura).

Para além das suas funções como deputado, a partir de 1875 passa a exercer as funções de diretor político de *A Discussão*, cujo título seria alterado em janeiro de 1876 para *Diário da Manhã*, com Pinheiro Chagas como seu diretor.

Nas eleições gerais de 13 de outubro de 1878 foi novamente eleito pela Covilhã, para uma legislatura que terminaria em 19 de junho de 1879 com a dissolução prematura das Cortes. Na eleição seguinte, realizada a 19 de outubro de 1879, perde o lugar para o candidato do Partido Progressista, mas numa eleição suplementar, realizada no ano seguinte no círculo de Arganil, volta a ser eleito, regressando assim ao parlamento em meados de 1880. Na eleição geral de 21 de agosto de 1881 foi reeleito pelo círculo de Arganil.

Como deputado revelou-se participativo e de grande combatividade, tratando uma grande profusão de temas, sem todavia se notar uma linha condutora da sua ação política, apenas sendo clara a sua postura conservadora e pró-colonial, defendendo a consolidação da presença portuguesa em África e a necessidade de dotar o país dos meios necessários à defesa do império ultramarino face ao crescente apetite das potências europeias por territórios que nominalmente eram considerados como sob controlo português.

Quando a Comuna de Paris foi formada em 1871, a imprensa portuguesa foi extremamente crítica. Entre os jornalistas mais contundentes estava Pinheiro Chagas, que escreveu um artigo de opinião, em que ironizava que se fosse em Portugal nem valia a pena julgarem a líder *communard* Louise Michel, pois que para pôr aquela mulher na ordem, bastava levantarem-lhe as saias e darem-lhe um bom par de açoites, numa apologia implícita do uso da violência doméstica contra os males da emancipação das mulheres.

O Revolução Social, um dos primeiros jornais portugueses ligados à Associação Internacional dos Trabalhadores, o primeiro movimento internacionalista que aliou comunistas, socialistas e anarquistas, publicou então uma resposta, da autoria do jornalista e professor primário Manuel Joaquim Pinto, em que criticava duramente a deficiência dos argumentos e a baixez das razões de Pinheiro Chagas.

Manuel Joaquim Pinto dava aulas numa escola de ensino livre que funcionava em Alcântara, então um bairro operário de Lisboa. Era uma escola gratuita destinada sobretudo a proporcionar o acesso à educação aos filhos dos operários das fábricas que durante o século XIX se tinham fixado nas imediações daquele local.

O Pinheiro Chagas, ofendido pelo artigo, escreveu uma carta a Manuel Joaquim Pinto pedindo explicações. Quem não se ficou pelos ajustes foi o professor anarco-comunista, que se dirigiu ao parlamento e lá, encontrando Pinheiro

Chagas, resolveu aplicar a sugestão feita a propósito de Louise Michel: deu umas valentes bengaladas no deputado, para grande escândalo da imprensa e das Cortes. Por esse atentado, Manuel Joaquim Pinto, foi julgado e condenado a dezoito meses de prisão e ao pagamento de uma multa.

Por esta altura os seus dotes de oratória, demonstrados no parlamento e nas cerimônias públicas onde era um dos oradores mais convidados, aliados à sua ativa participação na imprensa, tinham feito de Pinheiro Chagas um dos mais importantes e influentes políticos do tempo. Assim, quando em outubro de 1883 o governo presidido por Fontes Pereira de Melo se viu confrontado com crescentes problemas colocados pelas potências europeias, para além das pressões antiesclavagistas lideradas pela Grã-Bretanha, Pinheiro Chagas foi chamado para substituir José Vicente Barbosa du Bocage na pasta da Marinha e do Ultramar, transitando este para a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Manter-se-ia naquela pasta até 16 de fevereiro de 1886, data em que o ministério presidido por Fontes Pereira de Melo deu lugar a outro, agora presidido por José Luciano de Castro. Tratou-se de um período decisivo em que as rápidas movimentações das potências europeias na frente diplomática, e na consolidação da sua ocupação do território em África, punham em crise a velha partilha de esferas de influência naquele continente, ameaçando a manutenção do controlo luso sobre boa parte dos territórios tradicionalmente reclamados como estando sob soberania ou protetorado português.

Pinheiro de Chagas e o seu colega dos Negócios Estrangeiros, José Vicente Barbosa du Bocage, tiveram de enfrentar difíceis negociações com o governo britânico sobre a soberania portuguesa na costa ocidental de África, com destaque para as questões relacionadas com o controlo da foz do rio Zaire e com o escravagismo no Daomé, em especial em torno dos problemas levantados pela presença portuguesa em São João Baptista de Ajudá.

Estas questões, associadas à contestação que a França, Alemanha e Bélgica fizeram ao acordo que havia sido laboriosamente negociado em princípios de 1884 sobre a navegação na foz do Zaire, levaram convocação da Conferência de Berlim, que decorreu de novembro daquele ano a fevereiro do ano seguinte.

Todas estas difíceis negociações foram feitas num ambiente de grande exaltação patriótica em Portugal, em boa parte preparado pelas intervenções jornalísticas anteriores do próprio Pinheiro Chagas, que tornavam impopulares as posições do governo português, muitas vezes obrigado a transigir face à força dos interesses das grandes potências europeias.

Foi neste contexto de tensão sobre as questões coloniais que Pinheiro Chagas se associou a um grupo de intelectuais e políticos para fundar, à imagem das sociedades de exploração britânicas, a Sociedade de Geografia de Lisboa. O

objetivo era dar corpo a um conjunto de viagens de exploração em África que rivalizassem com as realizadas sob a égide britânica, francesa e belga.

Foi assim que nasceu o mapa cor-de-rosa e se realizaram as grandes viagens de exploração de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, Serpa Pinto, Augusto Cardoso, Henrique de Carvalho e Francisco Newton, quase todas entre 1884 e 1885.

Nas eleições gerais de 1887, 1889 e 1890 foi eleito deputado pelo círculo de Viana do Castelo, mantendo sempre uma muito ativa presença parlamentar. Também a sua presença na imprensa não abrandou, para além de ser à época considerado como um dos mais conceituados escritores portugueses. Neste período, também a sua intervenção na Sociedade de Geografia de Lisboa e na Academia das Ciências merece nota.

Por decreto de 29 de dezembro de 1892 foi nomeado par do Reino vitalício, tomadno assento pela primeira vez na Câmara dos Pares na sessão de 30 de janeiro de 1893.

Em agosto de 1893 foi nomeado presidente da Junta de Crédito Público, cargo que ocuparia até falecer.

Manuel Joaquim Pinheiro Chagas faleceu em Lisboa em 8 de abril de 1895. Foi um dos grandes vultos da história portuguesa, tendo sido vítima de uma odiosa agressão, mal esclarecida, da qual nunca se recuperou.

Wikipédia
Março, 2014

ÍNDICE

PRÓLOGO.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
PRIMEIRO SERÃO.....	3
SEGUNDO SERÃO.....	10
TERCEIRO SERÃO.....	14
QUARTO SERÃO.....	27
QUINTO SERÃO.....	35
SEXTO SERÃO.....	42
SÉTIMO SERÃO.....	54
OITAVO SERÃO.....	56
NONO SERÃO.....	65
DÉCIMO SERÃO.....	75

Ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Miguel Martins Dantas, Ministro de Portugal em Londres.

Ilmo. e Exmo. Amo e Sr.

Há dois ou três anos, desejando eu obter de Inglaterra um livro que fora citado no parlamento por um deputado da opposição ao ministério Beaconsfield, dirigi-me a v. ex.^a, meu colega na Academia, perguntando-lhe se seria possível alcançá-lo. A resposta de v. ex.^a não se fez esperar. Enviou-me o livro pedido, que obtivera com suma dificuldade, e juntamente com ele quantos documentos oficiais se referiam á questão da escravatura, questão de que esse livro se ocupava, e que então me cativava mais particularmente a atenção. Foi mais longe ainda a amabilidade de v. ex.^a; enviou-me um livrinho francês, de que eu não tinha conhecimento, intitulado *Entretiens populaires sur l'histoire de France*, perguntando-me se não seria possível fazer, com relação á história portuguesa, um livro nesse gênero.

Li o livro e achei-o encantador. Tempos depois, encontrei-me com v. ex.^a em Lisboa, e disse-lhe que ia tentar o empreendimento a que v. ex.^a me incitara, e pedi-lhe licença para lhe dedicar o livro, que fosse o fruto dessa tentativa. É o que faço agora. Como v. ex.^a verá, o plano da História alegre de Portugal é diversíssimo do dos *Entretiens populaires sur l'histoire de France*, mas a História alegre vai escrita também no tom facetado, folgazão, singelo e popular que achei original, picante e útil no livro francês que v. ex.^a me recomendava.

Folgo de ter ensejo de mostrar publicamente a minha gratidão a v. ex.^a pelas provas de estima e de consideração que me dispensou nesta e noutras ocasiões, e o alto apreço em que tenho o talento e o saber do escritor distintíssimo, que renovou completamente, com os seus Faux Don Sébastien, o estudo de uma época interessante da história portuguesa, que nos deu enfim nesse primoroso livro um estudo profundamente moderno, um estudo, como Gachard os sabe fazer, de um dos episódios mais curiosos e mais romanescos da nossa vida nacional.

De v. ex.^a

Cruz Quebrada, 25 de outubro de 1880.

Pinheiro Chagas.

INTRODUÇÃO

O Sr. João Martins, mais conhecido pelo nome de João da Agualva, porque morava na pequena aldeia deste nome, que fica entre Belas e o Cacem num sítio árido e feio, fora mestre de instrução primária numa das freguesias do concelho de Sintra. Conseguira a sua aposentação, e viera para a sua aldeia natal amanho umas terras que ali possuía, e cujo rendimento o impedira já de morrer de fome nos tempos, em que o Estado lhe pagava munificentemente os noventa mil réis anuais, com que remunerava nessa época os primeiros guias do homem nos ásperos caminhos da instrução. Mas o João da Agualva era homem de uma ilustração excepcional. Convivera muito tempo com o prior de Montelavar, padre instruído que emprestara ao bom do professor os livros da sua limitada biblioteca; em Belas também se relacionara com um engenheiro francês, empregado nas obras de água de Vale de Lobos, de Broco e de Vale de Figueira, o qual tomara gosto em desenvolver o espírito inteligente e ávido de saber do velho professor. Apesar disto vivia modestamente na sua pobre casa, lidando com os saloios que o tratavam com verdadeiro respeito, e tinham por ele um afeto em que entrava um pouco de veneração.

Era no inverno, e o João da Agualva estava passando a noite em casa de uma boa velha, a tia Margarida, viúva de um caseiro do marquês de Belas, e mãe do Francisco Artilheiro, que, depois de ter servido cinco anos em artilheria, como indicava o seu sobrenome, viera para Belas ajudar a mãe a cuidar de umas leiras de terra, que a velhinha herdara do marido. Um grupo de saloios de Belas e das aldeias próximas, sabendo que o João da Agualva viera para ali seroar, tinham vindo também, desejosos de ouvir algumas das histórias que o velho às vezes contava e que entretinham agradavelmente a noite. Nessa ocasião, porém, o professor estava macambúzio, e, quando o velho Bartolomeu, irmão da tia Margarida, que era dos que mais gostavam de o ouvir, lhe pediu que contasse alguma das suas histórias, o bom do João da Agualva abanou negativamente a cabeça.

— Não estou hoje com disposição para histórias da carochinha, disse ele, e sabem vocês? Tenho andado a matutar numa coisa. Não é uma vergonha que vocês saibam de cor as alteadas histórias de coisas que nunca sucederam, nem podiam suceder, e não saibam ao mesmo tempo nem o que foram seus pais nem os seus avós, nem o que fizeram, nem como eles viveram, nem o que sucedeu nesta boa terra de Portugal, que nós todos regamos com o nosso suor, que hoje nada vale, mas que deu brado no mundo pelas façanhas que os nossos praticaram?

— Tomara eu saber tudo isso, Sr. João da Agualva, disse o Manuel da Idanha,

rapazote de cara esperta, moço de lavoura do Sr. Garignan, o antigo dono de colégio, que hoje reside na aldeia da Idanha, a coisa de quinhentos metros de Belas, tomara eu saber tudo isso, mas como há de ser!? É verdade que, graças a Deus, sei ler e escrever, e lá o patrão emprestou-me uma vez uns livros de história que eu lhe pedi, mas, mal os comecei a ler, deu-me o sono. Diziam á gente os nomes dos reis e os filhos que tinham tido, e as batalhas que tinham ganho, e mais umas lenga-lengas de que não percebi patavina. Ora, Sr. João da Aqualva, eu, para dormir, graças a Deus, ainda não preciso de ler história.

— Mas que diriam vocês, tornou o velho professor, se eu, nestes nossos serões, lhes contasse, em vez de contos de fadas, e de histórias de Carlos Magno, a história do que sucedeu em Portugal? Talvez vocês me entendessem, quer-me parecer que se não aborreceriam muito, e, em todo o caso, se se enfastiassem, diziam-mo francamente, e eu não continuava, porque lá para maçador é que não sirvo.

— Ah! Sr. João, exclamou o Manuel da Idanha, isso é que era um regalo!

Os outros não disseram palavra, e o João, que os percebeu, riu-se para dentro, e fingiu-se desentendido.

— Pois então, vá feito, eu hoje estou cansado, porque já fui a pé ao Sabugo tratar da compra de um boi, mas amanhã é domingo. Venham vocês á noite aqui para casa da tia Margarida, e eu começarei a minha história.

No domingo á noite ninguém faltou; mas, se vieram, foi pelo respeito que tinham ao João da Aqualva, não porque esperassem divertir-se muito. O Bartolomeu já abria a boca ainda antes do João da Aqualva começar. Mas o João chegou-se mais para o lume, porque a noite estava fria a valer, sorriu-se, e começou como o leitor verá no capítulo imediato.

PRIMEIRO SERÃO

O que era Portugal. — Os seus primeiros habitantes. — As colônias estrangeiras. — Os fenícios. — Os gregos. — Os cartagineses. — Os romanos. — Viriato. — Sertório.

— Meus amigos, começou o João da Aqualva, é de saber que esta terra em que nós vivemos nem sempre foi Portugal, e, se alguém se lembrasse de falar, aqui há coisa de uns três ou quatro mil anos ou mesmo só de mil anos, em Portugal e em portugueses, havia de ver como todos ficavam embasbacados sem perceber patavina. Isto lá para os antigos era tudo Espanha, desde os cocurutos dos

Pireneus, que são uns montes que separam a Espanha da França, até essas águas do mar que cercam por todos os lados a nossa terra, mais a dos espanhóis, e até por estar este pedaço de terra cercado de água por toda a parte, menos pela banda dos Pireneus, é que se chama a isto península, que quer dizer uma coisa que é quase uma ilha, mas que o não vem a ser de todo.

— Bem sei, bem sei! península é onde houve uma guerra em que entrou meu avô! exclamou o falador do Manuel da Idanha.

— Mete a viola no saco, Manuel, quem muito fala pouco acerta. Lá chegaremos á guerra da península. Roma e Pavia não se fez num dia.

— Pois então, vá lá vossemecê contando a sua história.

— Como eu ia dizendo, esta península, a que se chama Espanha e Portugal, era então só Espanha. Espanhóis éramos nós todos...

— Menos eu! acudiu o Bartolomeu, levantando-se todo furioso, espanhol é que nunca fui, nem sou, nem serei. Vai aqui tudo raso, se...

— Espera, homem de Deus! Que tem que tudo isto fosse espanhol se nunca mais o há de ser? também a Espanha, e a França, e a Inglaterra, e a Itália, e a Grécia, e o Egito foi tudo império romano, e vai lá dizer agora a essas nações todas que se sujeitem ao mesmo governo! também a França dantes se chamava Gália e estendia-se pela Bélgica fora, e mais pela Suíça, e, se o Gambeta, ou quem é que governa lá na França, quisesse por isso empolgar a Suíça e a Bélgica, ia aí em toda a Europa uma berraria de seiscentos demônios.

— Pois sim, resmungou o Bartolomeu sentando-se de mau humor, mas não me digam a mim que eu fui espanhol.

— Ora, meus amigos, quem foram os que primeiro moraram cá neste canto de terra é que ninguém sabe. Seriam uns iberos, que falavam uma língua arrevesada, assim a modo semelhante á que falam hoje os espanhóis das Vascongadas que nem o demo entende? Isso é que lhes não posso dizer. O que sei é que, quando a Espanha começou a ser conhecida, havia aqui uma súcia de povos que era uma coisa por demais, turdetanos para um lado, celtiberos para outro, ilergetes para aqui, bastetanos para acolá. Estava até amanhã a dizer-lhes nomes estrambóticos, se não preferisse falar-lhes só nos nossos avós, cá nos que moraram na nossa terra.

— Isso é que é! bradaram todos em coro.

— Pois muito bem! Saibam vocês que não era um povo só. No Algarve e num

pedaço do Alentejo havia os cuneenses, no resto do Alentejo, na Estremadura e na Beira moravam os lusitanos, e lá para cima para o Douro, para o Minho e mais para Trás-os-Montes moravam os galegos.

— Os galegos! exclamou o irritável Bartolomeu, veja lá como fala, Sr. João da Agualva, olhe que o pai da minha mulher veio de Trás-os-Montes, e os meus sogro não era nenhum galego, ouviu?

— Valha-te Deus, Bartolomeu, então tu pensas que os galegos andam todos com o barril às costas, e são todos uns grosseirões como os aguadeiros dos chafarizes de Lisboa? Pois digo-te, e depois to mostrarei, que de todos os povos lá das Espanhas foram os galegos os que mais depressa se poliram. Mas, cala-te boca, não vá o carro adiante dos bois, e, como tu não queres ser genro de um galego, sempre te direi que os que moravam para cá do Minho não eram da mesma casta que os de lá. Os nossos chamavam-se Brácaros e os galegos da Galiza chamavam-se Lucenses.

— Ainda bem! murmurou o Bartolomeu, isso de Brácaros até parece que dá ideia de Braga.

— E é verdade que dá, Sr. Bartolomeu, lavre lá dois tentos.

Todos se riram, e o João da Agualva continuou:

— Mas não imaginem que os nossos antepassados eram assim como nós, que viviam em cidades, vilas e aldeias, que andavam vestidos dos pés até á cabeça, que tinham espingardas para a caça e para a guerra. Qual carapuça! Eram uns selvagens, uns lapuzes. As armas eram lanças de cobre, e o amante pedregulho, mais uns dardos e uma espécie de escudo para se defenderem; fato pouco havia, cabelo comprido como o das mulheres, que atavam com uma fita quando tinham de ir para a guerra. As mulheres é que tinham os seus enfeites e os seus bordados, os seus vestidos compridos, etc.

— Pois já se vê que lá as meninas nunca podem passar sem arrebiques! disse o Zé Caneira, relanceando um olhar malicioso para a boa tia Margarida que fiava na sua roca ao pé da lareira.

— Melhor para elas, ouviu! redarguiu a velha. Que pena que não vivesses nesse tempo para atares os cabelos com uma fita, quando fosses para a guerra!

Como o Zé Caneira era calvo, uma gargalhada geral acolheu a observação da tia Margarida.

— Em comidas não eram muito requintados, de carne de cabra é que eles

principalmente se alimentavam, e o seu pão era coisa de pouca substancia. Bebiam água, dormiam no chão, os seus barcos eram de couro, matavam gente em sacrifício aos seus deuses, quando tinham algum doente punham-no á beira da estrada, quem fazia algum roubo ou outro crime grave era apedrejado. Não passavam de ser uns selvagens. Então que querem? nem os homens nem os povos nascem ensinados. Todos começam assim. Valentes eram eles, isso sim, valentes como touros. Tiveram ocasião de a mostrar, porque esta nossa terra foi na antiguidade uma espécie de Califórnia.

Por muito tempo ninguém soube dela, e os navios da gente civilizada que vivia lá para o Oriente nunca passavam para cá do estreito de Gibraltar, até que um dia passaram os fenícios, gente atrevida, que queriam meter o nariz em toda a parte, e que sobretudo procuravam terras novas para comerciar. Acharam que lhes convinham a Andaluzia e o Algarve, e aqui fundaram algumas colônias, sendo Cádiz a principal. Como tínhamos por cá muitas minas de ouro, e os homens deram sempre o cavaquinho por este metal, estavam os fenícios nas suas sete quintas. Ao mesmo tempo outro povo civilizado do Oriente, os gregos, vieram na peugada dos fenícios, mas esses estabeleceram-se principalmente na Espanha do lado de lá, onde hoje é a Catalunha, e o Aragão e Valência, etc.

Os indígenas de cá não se deram mal com os fenícios, enquanto eles se limitaram a trocar as suas fazendas pelo nosso ouro e outras produções, mas, quando viram que os tais estrangeiros começavam a fazer casa, acabaram com o negócio, foram aos gaditanos e deram-lhes uma tarefa real.

— Foi bem feito! observou Bartolomeu.

— Mas os fenícios, que estavam muito longe da sua terra, chamaram no seu socorro os cartagineses, que eram também uns fenícios, quer dizer tinham assim com os fenícios o mesmo parentesco que os brasileiros têm conosco. Ora os cartagineses viviam aqui mais próximo, ali na África, ao pé de Túnis, não muito longe de Argel.

— Argel! exclamou o Francisco Artilheiro, já lá estive.

— Já lá estiveste?

— Já, sim senhor. Quando eu andava ao serviço, e que fui para a Índia, o vapor que me levou arribou a Argel. É uma bonita terra.

— Já vêes que não fica muito longe. Cartago era mais para o lado de lá. Vieram pois os cartagineses em socorro dos fenícios, mas gostaram da terra, puseram fora os

que vinham socorrer, e á força de bordoada, porque bons guerreiros eram eles, sujeitaram ao seu poder tudo.

— Mas então, tornou o Francisco Artilheiro, vossemecê diz que os nossos eram tão valentes?...

— Ora, que outro me fizesse essa pergunta, vá, mas tu que foste militar! Quem vence é quem tem disciplina. Por mais valentes que os homens sejam, em combatendo sem ordem, um por aqui, outro por ali, um regimento bem formado dá logo cabo deles.

— Isso é verdade.

— Estavam os cartagineses senhores da Espanha, e, como tinham posto fora os fenícios, queriam também pôr fora os gregos, quando estes se lembraram de pedir o socorro dos romanos, que andavam há muito tempo de rixa velha com os cartagineses, e que eram dos povos mais pimpões daquele tempo.

— Vieram então os romanos? perguntou o Francisco Artilheiro que estava seguindo com interesse a narrativa.

— Não tiveram tempo de vir, porque um tal Aníbal, rapazote dos seus vinte e cinco anos, e que dizem até que era filho de uma lusitana, sucedendo no comando dos cartagineses ao seu pai Amílcar, não esperou que eles viessem, correu a Sagunto, uma das tais colônias gregas, tomou-a e queimou-a, e depois sai da Espanha, atravessa os montes Pireneus e mais os montes Alpes, que parecia que tinha mesmo o diabo no corpo, bate os romanos aqui, derrota-os acolá, escangalha-os mais alem, e ás duas por três, se continua assim de vento em popa, era uma vez Roma. Porém, os romanos, que eram também levadinhos da breca, nunca desanimaram, e, apesar de estarem de corda na garganta, tiveram artes de mandar para cá um exército, de forma que, enquanto Aníbal saía por uma porta, entravam os romanos por outra. O atrevimento ia-lhes saindo caro, isso é verdade, mas a fortuna virou, e o que é certo é que daí a pouco tempo não havia nem um cartaginês na península, e estavam os romanos senhores de tudo isto.

— Então os povos de cá estavam a olhar ao sinal? perguntou Bartolomeu.

— Ora aí é que bate o ponto. Efetivamente, os povos cá das Espanhas acharam assim esquisito que os cartagineses e os romanos andassem a dispor deles, sem ao menos lhes perguntar a sua opinião, de forma que, quando os romanos, julgando-se senhores da Espanha, começaram a espreguiçar-se, os diferentes povos da península disseram-lhes desta maneira: “Ora esperem lá, senhores romanos, que

nós somos duros para colchões!”

— Ah! boa rapaziada! observou, esfregando as mãos, o Francisco Artilheiro.

— Começou a pancadaria, e o povo que andou sempre na frente foram cá os nossos lusitanos, principalmente os serranos do Hermínio (que era assim que se chamava dantes a serra da Estrela). Não eram os romanos capazes de meter dente cá para este lado, até que uma vez um dos seus generais, chamado Sérgio Galba, apanhou os lusitanos á traição, e fez neles uma mortandade de que poucos escaparam.

— Ah! grande patife! exclamou o Manoel da Idanha.

— Isso era, mas além de patife era tolo, porque isto de excitar muito dá maus resultados. Os lusitanos, que escaparam, ficaram como uma bicha. Ora um deles era um pastor chamado Viriato, homem decidido e esperto, que disse para os seus patrícios: Façam vocês o que eu mandar, e deixem os romanos comigo. Assim foi, juntaram-se á roda de Viriato, e, quando apareceu um exército romano comandado pelo cônsul Vetílio, o nosso homem, que era das bandas de Viseu, esconde numa emboscada uma parte da sua gente, e com o resto põe-se a fazer fosquinhas aos romanos, parecendo a modo medroso. O cônsul percebe que ele está assim com o seu susto, e diz lá de si para si: “Vais apanhar uma surra mestra.” Corre sobre ele, Viriato faz três meias volta, e, pernas para que te quero, ele aí vai. O cônsul Vetílio desata a correr atrás de Viriato, e vai-se mesmo meter na boca do lobo. Era uma vez um exército romano. Depois de Vetílio vem outro e outro, e ele sempre zás, passada de criar bicho. Em Roma havia terror, diziam que o lusitano lhes dava mais que fazer que o próprio Aníbal. Em Espanha então era um entusiasmo por aí alem. Se Viriato já nem se contentava em estar nas montanhas, entrava pelos povoados romanos, levantava contribuições, revolucionava os povos, era um vivo demônio, e cada novo exército, que por cá aparecia, não lhes digo nada, sumia-se num abrir e fechar de olhos, até que enfim o cônsul Cipião apanha lá dois patifes que Viriato mandara para tratar de um negócio, e tantas endrominas lhes meteu na cabeça, e tantas promessas lhes fez que eles, quando voltaram para onde estava o seu chefe, apanharam-no a dormir e mataram-no.

— Oh! que grandes malvados! exclamou Bartolomeu.

— E assim acabou esse homem que foi o que se pode chamar um homenzarrão! Ó senhores, eu sou um pateta, que não percebo nada destas coisas, mas, quando me ponho a pensar neste Viriato, quando me lembro que era apenas um pobre pastor de cabras, um selvagem que não entendia nada de guerras, nem de manobras, nem de legiões para aqui, nem de centuriões para aí, e que, apesar disso, em

defesa da sua terra, fez andar os romanos em papos de aranha, e atarantou aquela poderosa Roma que metia medo a todos, quando me lembro que ele era filho desta boa terra; que hoje se chama Portugal, ah! co a breca, sinto assim uns arrepios pela espinha, e parece que é até uma vergonha para o país não se lhe ter levantado uma estátua de um tamanho por aí alem, no alto da serra da Estrela, que aquilo é que se podia chamar a sentinela da nossa independência.

E o bom do João da Aqualva, no ímpeto do seu entusiasmo, cerrava os punhos; faiscavam-lhe os olhos, e dava mostras de querer ele mesmo ir pôr nos fragedos da serra da Estrela a estatua do seu herói.

— Tem razão, tem, observou o Bartolomeu, lá que o tal Viriato foi um homem de truz, isso foi.

— A morte de Viriato, como podem imaginar, continuou o João da Aqualva, deixou ficar os lusitanos um pouco atrapalhados, mas continuaram a defender-se, e os romanos viram uma bruxa com eles. Pode-se dizer que só Roma foi senhora da Lusitânia, quando não ficaram nas nossas montanhas senão as mulheres e as crianças. Mas as crianças fizeram-se homens, e os homens estavam mortos por jogar as cristas com os romanos. Não tardou a aparecer-lhes uma boa ocasião.

— Vamos lá a ver isso! exclamou o Bartolomeu, com um orgulho patriótico.

— É de saber que em Roma havia umas guerras civis, tal qual como nós tivemos cá por muito tempo em Portugal, assim umas coisas á moda da Maria da Fonte ou da guerra dos dois irmãos. Um fulano Sila e um sicrano Mário andaram á pancadaria um com o outro, até que venceu um deles que foi Sila. Era homem de cabelinho na venta este Sila, e, apenas se viu no poleiro, começou a chacinar nos que eram do partido contrario, de forma que parecia que não queria deixar vivo nem um só. Os amigos de Mário trataram de se escapulir, e um deles, homem desembaraçado, chamado Sertório, safou-se cá para Espanha, para os lados do Oriente. Aí, num instante, revolucionou tudo, arranjou um exército, mas os generais de Sila espatifaram-lho, e o amigo Sertório tingou-se para a África. Souberam os lusitanos do caso, e disseram consigo: “Este maganão é que nos faz conta.” Metem-se uns poucos num barco, vão ali a Marrocos, por onde o Sertório andava aos paus; oferecem-lhe o vir comandá-los. Sertório saltou logo para dentro do barco, e daí a pouco estavam os lusitanos em campo com Sertório á frente.

Este, porém, não era, como Viriato, um pastor de cabras, era homem civilizado, sabendo tudo o que se sabia no seu tempo, e que tratou de arranjar cá nas nossas terras uma espécie de Roma. Pareceu-lhe que Évora servia para o caso, estabeleceu-se ali, e, como o tinham acompanhado muitos romanos, conseguiu

perfeitamente o seu fim.

Que o Sertório era uma grande cabeça, isso é que não tem duvida! Não só pôs o sal na moleirinha dos seus patrícios que se quiseram meter com ele, mas costumou os lusitanos a ser gente civilizada, e a imitar os romanos em tudo, de forma que Viriato, se ressuscitasse, não os reconhecia. E a final de contas, vejam como as coisas são! Este Sertório deu lambada nos romanos por um sarilho! pois ninguém fez mais serviços a Roma do que ele! Introduziu aqui as artes, os usos e os costumes de Roma! de forma que, depois, os nossos começaram a ter menos repugnância aos estrangeiros, a confundir-se com eles. Isto de falar a mesma língua, de ter os mesmos hábitos, sempre é uma grande coisa! Sertório foi assassinado, assassinado também por um traidor, um patrício dele, um tal Perpena! Pois senhores, quando morreu, já isto por cá era tão romano como a própria Roma; de forma que nunca mais houve revoltas, e os lusitanos como o resto dos habitantes de Espanha, á exceção dos vasconços que sempre foram metidos consigo, e nunca se deram com os vizinhos, os lusitanos ficaram fazendo parte do grande império que vinha do Mar Negro ao Oceano Atlântico, e da boca do Reno até á foz do Guadalquivir, e ainda mais para baixo, do outro lado do estreito.

E com isto os não enfado mais, meus amigos, a Margarida já acabou a sua estriga, a luz do candeeiro está assim a modo aos upas como quem se quer ir embora, e então domingo á noite continuaremos com esta conversa, visto que vocês parece que vão gostando.

— Ora se gostamos, Sr. João de Aqualva! bradaram todos em coro. Venha depressa o domingo para ouvirmos o resto.

E despedindo-se de Margarida, e de João, retiraram-se para as suas casas.

SEGUNDO SERÃO

César e os montanhesees do Hermínio. — O império romano. — O cristianismo. — Os bárbaros. — Suevos, alanos e visigodos. — Os mouros. — O reino das Astúrias. — O reino de Leão. — Portucale. — Os condados de Portugal e de Coimbra.

— Meus amigos, começou o João da Aqualva, apenas todos fizeram roda no domingo immediato, e que a boa da tia Margarida, depois de carregar a sua roça, começou a fazer girar o fuso nos seus dedos ágeis, deixamos no outro dia os bons dos nossos lusitanos, depois da morte de Sertório, costumados já á civilização romana, e falando o latim como se tivesse sido sempre a sua língua, gostando de

dar as suas passeatas até Roma, e provavelmente chamando bárbaros aos que se lembravam com saudades dos tempos de Viriato. Nas serras continuavam a refilar o dente aos senhores do mundo, e o próprio César, que veio a ser depois um grande homem, estreou-se nas guerras, tendo cá na Lusitânia os seus dares e tomares com os montanheseiros do Hermínio, que vieram diante dele em rota batida até aqui ás proximidades de Peniche, pouco mais ou menos, e que, quando deram de cara com o mar, não estiveram lá com meias medidas, meteram-se numas jangadas, e foram merendar ás Berlengas, deitando a língua de fora ao Sr. César, que se foi embora de queixo caído. Mas isso eram barulhos lá de vez em quando. A verdade é que a Lusitânia estava sendo deveras romana, e então, quando lá em Roma á república sucederam os imperadores, nem mais se pensou em independências, nem meias independências. As cidades com os nomes romanos ferviam por aí, as estradas militares cortavam o país, e uma pessoa podia ir de Lisboa até Roma sem perguntar a ninguém. Hoje diz-se: quem tem boca vai a Roma. Pois naquele tempo, e com as estradas militares, bastava ter pés e olhos, ia-se lá direito como um fuso.

— Havia caminho de ferro? perguntou o Zé Caneira embasbacado.

— Qual caminho de ferro, bruto! Teu avô ainda nem sabia que vinha isso a ser, e já tu querias que o teu trigésimo ou quadragésimo avô andasse de comboio! Não senhor, eram estradas ordinárias, mas feitas com todo o cuidado, e que, partindo de Roma, iam ter aos pontos mais distantes do império! Lá que os tais romanos eram um grande povo, isso eram!

— Pois sim! mas regalaram-se de levar taponas cá na nossa terra, interrompeu o Bartolomeu.

— Quem vai á guerra dá e leva, respondeu o João da Aqualva, e a final quem vence é quem mais sabe. Se os romanos venceram, não foi nem porque tinham mais força, nem porque eram mais valentes, foi porque sabiam mais. Tu verás ao depois. Olha que isto cá no mundo não se leva a poder de bordoada. Queres um exemplo? Ora aí tens tu o mundo todo romano. O imperador está em Roma, e tudo governa. Nisto saem da Judeia uns homens de bordão na mão, e de pés descalços, que começam a pregar por esse mundo, a dizer que Deus veio á terra, que foi crucificado, que disse que todos os homens eram iguais, senhores e escravos e grandes e pequenos, que a gente deve amar não só os seus amigos, mas também os seus inimigos, que há mais alegria no céu pela volta de um pecador, que se arrepende, do que pela entrada de noventa e nove justos, e outras coisas assim que embasbacavam todos, e vai os imperadores romanos começaram a cismar que esta gente, que lhes fazia mal, que desorganizava tudo, e botam a chacinar nesses

sujeitos que se diziam cristãos, e a queimá-los, e a deitá-los ás feras, e a martirizá-los, e quanto mais os desbastavam mais eles cresciam, e tanto e tanto que lhes não digo nada. Ás duas por três o mundo romano tinha sido conquistado, sem pau nem pedra, por esses soldados de cristo. Ora aqui tens tu como quem vence nem sempre é a força bruta.

— Essa agora é mais fina! acudiu o Manuel da Idanha. Esses, se venceram, é porque eram os santos apóstolos, e porque pregavam a palavra de Deus.

— Pois assim é, Manuel, dizes tu muito bem, mas é que isto que se chama civilização não é também senão a palavra de Deus. A civilização é o que concorre para nos fazer melhores, mais dignos de ser homens. Umaz vezes pregam-na os santos, outras vezes são os sábios, e ás vezes também são os soldados, porque Deus de todos os meios se serve para chegar aos seus fins. E é assim que o instrumento disto a que eu chamo civilização umas vezes é o livro, outras vezes a cruz, e outras vezes a espada.

Os bons dos saloios ouviam boquiabertos estas coisas todas, que só o Manuel da Idanha parecia perceber um bocadinho, por isso o João da Agualva, que não queria perder a atenção do auditório, apressou-se a continuar:

— Isto quer dizer, meus amigos, que foi por este tempo que começou a pregar-se no mundo a nossa santa religião, e foi cá a nossa terra uma das primeiras que se converteram. Dizem até que veio aqui o próprio apóstolo S. Tiago, mas isso estou que são lérias; o que é certo, porém, é que ainda quase não havia bispos por esse mundo de cristo, e já Braga era bispado, tanto assim que se chama ao arcebispo de Braga arcebispo primaz das Espanhas, porque foi o primeiro que na Espanha houve.

Mas, entretanto, meus amigos, grandes coisas se passavam pelo mundo, fora dos limites do império, do lado de lá do Reno, do lado de lá do Danúbio, havia povos que Roma não conseguira conquistar: gente selvagem como os lusitanos do tempo do Viriato; valentes como eles, e ao mesmo tempo gente inquieta que não parava num sítio e que não podia viver quase senão de caça e de rapina. Tinham os romanos um trabalhão em os conter, mas, quando o império começou a fraquear, porque aquilo estava já sendo uma choldra, quando as legiões, que é como quem hoje diria as divisões e as brigadas, começaram cada uma a apregoar um imperador pela sua banda, desabam todos aqueles meus amigos sobre o império, e foi como quem diz uma verdadeira inundação. Aí pelos anos quatrocentos e tantos caíram em cima de Espanha, vindos das bandas dos Pireneus, nada menos de três povos, os Alanos, os Suevos e os Vândalos. Nós, só á nossa parte, tivemos dois que tomaram conta de tudo isto, que foram os suevos e os alanos. Mas aquilo! as

florestas de além do Danúbio e do Reno parece que se não fartavam de despejar povos que se empurravam uns aos outros. Atrás destes três povos vieram os visigodos que expulsaram os outros e ficaram senhores da Espanha toda. Mas agora aí têm vocês como nem sempre quem vence é quem conquista. Julgam por acaso que se falou na Espanha o visigodo, e que as leis visigóticas é que governaram, e que a religião dos visigodos é que triunfou? Qual carapuça! os vencidos é que conquistaram os vencedores e deram-lhes a sua língua, as suas leis e a sua religião. Porquê? porque os mais civilizados eram os vencidos, e quem mais sabe é quem triunfa.

— Mas então, a final de contas, perguntou o Manuel da Idanha, sempre isto ficou sendo romano?

— Não, rapaz, não é assim. Ora diz-me uma coisa, quando tu deitas sal e carne para dentro de uma pouca de água, o que é que fica? é água, é carne ou é sal?

— Essa agora é mais fina, não fica nem uma coisa nem outra, o que fica é caldo.

— Ora pois aí tens tu: a água eram os lusitanos, os romanos foram o sal, e os visigodos a carne, e de tudo isso saiu uma coisa nova, um povo novo, este caldo que depois veio a chamar-se português, que é no fundo lusitano, como o caldo é água, e a que Roma deu o sal que foi a ideia, e os visigodos a carne que foi a força.

Acharam graça á comparação os bons dos saloios e o João da Agualva prosseguiu desta maneira:

— Mas as coisas não ficaram por aqui, porque no ano de 756 apareceu de repente em Espanha gente nova. Eram os mouros. Esses, em vez de vir do norte, vinham do sul. Seguiam uma religião nova, a de Mafoma. Não eram uns selvagens, como tinham sido os visigodos. Traziam uma civilização, e das mais apuradas. Por isso a luta que se travou foi medonha: civilização contra civilização, Jesus contra Mafoma. Primeiro venceram os mouros. Na batalha do Guadalete foram os visigodos vencidos, e morto o seu rei Rodrigo. Em pouco tempo tinham os mouros tomado toda a Espanha. A nossa terra lá foi também para eles. Só nos montes das Astúrias, que são levados de quantos diabos há, um punhado de visigodos continuou a resistir, comandados por um tal Pelaio, que foi o primeiro rei das Astúrias. Meteram-se os mouros com ele, levaram para o seu tabaco. Deixaram-no lá estar no seu reino, que era como quem diz um ninho de águia, encarapitado no cucuruto das montanhas, e co a breca, parece-me que uma águia co as azas estendidas fazia-lhe sombra a ele todo. A pouco e pouco foi aumentando. Agora tomava-se uma cidade, logo outra; a grão e grão, diz o provérbio, enche a galinha o papo. Daí a duzentos anos já os visigodos tinham tirado aos mouros terras bastantes para

formar não só um reino, mas uns poucos. A moda que havia de se dividir o reino pelos filhos de um rei que ia para o outro mundo, dava este resultado. Deixemos, porém, isso, e vamos a saber o que era feito de nós.

— Isso é que é, acudiu o Bartolomeu, os espanhóis que tratem de si.

— Pois nós fazíamos parte do reino que se chamou reino de Leão; quando digo nós, quero dizer de Coimbra para cima, porque, entre Coimbra e Lisboa, umas vezes era-se mouro e outras vezes cristão, mas de Lisboa para baixo não havia duvida nenhuma, era tudo moirama.

— Mas então, vamos a saber, isto era já Portugal ou não era Portugal? perguntou o Zé Caneira.

— Ora com que tu vens! Sabes o que era Portugal? Era, para assim dizer, o Minho. Havia Portugal e havia o condado de Coimbra. Portugal chamava-se assim porque na foz do Douro havia uma terra que se chamava Cale, que depois se mudou em Gaia, e vai em frente mesmo á beira do rio, começou a levantar-se outra terra que se chamou Portus Cale ou Porto de Cale. Esta terra é o que se chama hoje simplesmente Porto, e o nome de Porto de Cale, que se foi mudando em Portugal, dava-se a tudo o que ficava para o norte do Douro. E aqui está, meus amigos, como Portugal deve o seu nome ao Porto, exatamente como depois lhe veio a dever a liberdade.

— E então Coimbra já não era Portugal?

— Não, rapaz. Coimbra era outro condado, também cristão, mas que tinha existência sobre si. Ora o que lhes digo, meus amigos, é que a corneta do destacamento que chegou hoje está já a tocar a recolher, que são horas de se ir chegando cada um para suas casas, e que no próximo domingo continuaremos a nossa história.

TERCEIRO SERÃO

D. Afonso VI de Leão. — O conde D. Henrique. — D. Teresa. — O conde de Trava. — Batalha de S. Mamede. — Egas Moniz. — Fundação da monarquia. — D. Afonso Henriques. — Os cruzados. — D. Sancho I. — D. Afonso II. — D. Sancho II. — D. Afonso III.

— Viram vocês, meus amigos, tornou o João de Aqualva, no domingo imediato, que o Portugal de agora, aí pelo ano mil, pouco mais ou menos estava, do Mondego para baixo, quase todo em poder dos mouros, e do Mondego para cima distribuído em dois condados, um que se chamava de Portugal, que era como quem diz do

Porto, e o outro que se chamava de Coimbra, e ambos estes condados faziam parte do reino de Leão, onde governava um rei de cabelinho na venta, chamado o Sr. D. Afonso VI. Ora, como D. Afonso VI tinha sempre guerra com os mouros, e como nesse tempo o grande pratinho para um príncipe ou para um fidalgo, era jogar as cristas com eles, tanto que os iam buscar a casa de seiscentos diabos, só para lhes dar taponas, aconteceu que dois franceses, chamados um Henrique e outro Raimundo, ambos primos, e ambos da casa de Borgonha, em vez de ir á Palestina, vieram aqui a Espanha, que lhes ficava mais ao pé da porta, pedir para dar também as suas garfadas nos de Mafoma. Não havia dúvida, a mesa estava sempre posta e podiam servir-se á vontade. Deram bordoadas de criar bicho, e o D. Afonso VI, que viu que eram uns valentões, e que lhe podiam prestar para muito, casou-os com duas filhas que tinha, uma legitima filha do matrimonio, e outra coisas e tal etc. A primeira chamava-se Urraca e foi para o Raimundo, a segunda chamava-se Tareja ou Teresa, e dizem até que era uma rapariga de truz, para o Henrique. Ora ao primeiro, como era casado com a legitima, deu ele o governo de toda a parte do reino, que ficava á borda do mar, desde os altos da Galiza até ás proximidades do Tejo, e a D. Henrique deu especialmente os condados de Portugal e de Coimbra, ficando sempre sujeito ao primo. Há quem diga que Portugal veio como dote de D. Tareja! Tó carocho! Nesse tempo nem os pais davam dotes ás filhas, os que queriam casar com elas é que ainda davam alguma coisa.

— E acho isso muito bem entendido! exclamou vivamente o Zé Caneira, que tinha uma filha casadoira.

— Pois sim! redarguiu sorrindo o João da Aqualva. O que é certo é que a moda não pegou. D. Henrique, porém, ficou sendo vassalo de Afonso VI, e empenhou-se em alargar os seus domínios, dando pancadaria nos mouros. Muito cedo deixou de ser sujeito ao seu primo, e teve a sua capital em Guimarães, que por isso se chama o berço da monarquia. Mas este D. Henrique parece que tinha bicho carpinteiro, foi á Palestina, como se não tivesse por cá mouros com fartura, e, quando o sogro morreu deixando o trono á cunhada D. Urraca, que já então era viúva, o bom do conde meteu-se em todos os barulhos que lá iam por Espanha, para ver se apanhava mais alguma coisa para si. Qual carapuça! não apanhou nada, e ia perdendo muito, porque os mouros, que se viram á larga, começaram a fazer-se finos, e já subiam por aí acima, como quem estava com desejo de se espreguiçar o seu pedaço nos montes verdes de Coimbra.

No meio desta azafama toda, morreu em 1114 o honrado conde deixando uma viúva muito frescalhota ainda, e um filho pequeno que teria os seus três anos, e se chamava Afonso Henriques, que é o mesmo que se dissesse Afonso filho de Henrique, assim como Sanches queria dizer filho de Sancho, Fernandes filho de

Fernando, e Martins filho de Martim.

— Ora essa! exclamou um que até aí estivera silencioso, aqui estou eu que me chamo Antônio Martins, e mais meu pai chamava-se José.

— Pois isto que eu digo, tornou João, era naquele tempo, depois os nomes ficaram, mas já sem se lhes saber a significação, como acontece a muitas outras coisas.

A mãe de D. Afonso Henriques, que era uma mulher bonita e desembaraçada, continuou a andar por cercos e batalhas, sempre a ver se isto cá em Portugal ficava independente, e, enquanto ela assim procedeu, correu tudo bem; mas isto de mulheres sempre são mulheres — não se zangue, tia Margarida — e D. Teresa lá teve o seu fatcaz por um conde galego, Fernão Peres de Trava, que daí a pouco era quem punha e dispunha em Portugal. Não agradava isso muito aos nossos fidalgos, e menos ao rapazelho, que era levadinho da breca, esperto como um alho, valente como seu pai, e que fora para além do mais educado por um fidalgo ás direitas, um tal Egas Moniz, português dos quatro costados. Já se vê que o aio não lhe ensinou a revoltar-se contra sua mãe, e até devo dizer que são verdadeiras patranhas muitas das coisas que a esse respeito se contam. Por exemplo, diz-se que o rapazote andava ás bulhas com a mãe, e que o rei de Leão, D. Afonso VII, viera em socorro da tia contra o primo. Peta! D. Afonso VII veio a Portugal, é verdade, mas foi para obrigar a infanta-rainha (assim lhe chamavam) e o filho e os fidalgos e todo o povo a reconhecer a sua suserania. Apanhou o rapaz em Guimarães, cercou-o, e pô-lo deveras em talas. Egas Moniz foi ter com ele, e disse-lhe que se fosse embora e que lhe empenhava a sua palavra que a sua suserania seria reconhecida. Afonso VII assim o fez, e partiu dali contra D. Teresa, que essa reconheceu-o imediatamente pelo seu senhor e suserano. Mas D. Afonso Henriques, livre do primo, pediu á mãe que fizesse favor de lhe dar o governo a ele, que sempre era mais português que o conde de Trava. Este disse á rainha que não tivesse cuidado, que ele iria dar uma dúzia de palmatoadas no pequeno. Foram boas as palmatoadas! Em S. Mamede, ao pé de Guimarães, e no ano de 1128, o conde galego levou uma esfrega, e teve de se pôr a andar, levando consigo D. Teresa. De forma que nem D. Afonso Henriques prendeu a mãe, nem fez coisa que se parecesse com isso. Quis apenas governar, porque tinha o direito de o fazer, e porque os barões portugueses estavam fartos de aturar o galego. E a vassalagem que prometera a D. Afonso VII? Boa vai ela! Mesmo agora D. Afonso Henriques pusera fora o galego para se sujeitar ao de Leão! Nem se pensou em tal. Mas Egas Moniz tinha dado a sua palavra, e não queria que um patife de um estrangeiro dissesse que havia portugueses desleais. Não contou nada ao seu querido discípulo, e foi até dos primeiros a aconselhar que se mantivesse a independência, mas agarrou em si, na mulher e nos filhos, e foram todos de corda ao pescoço ter

com o rei de Leão, e dizer-lhe: “Para resgatar a minha palavra, só tenho a minha cabeça e a dos meus! Elas aqui estão!” O rei ficou assombrado deste ato de lealdade e mandou-os embora com palavras de muito louvor.

— Homem! isso agora parece-me asneira! acudiu o Zé. Que diabo de culpa tinha ele que esse D. Afonso Henriques não fizesse o que prometera?

— Nenhuma, bem sei! mas ele é que ficara por fiador. Outro seria que dissesse: Eu quis, mas não pude. Ele foi mais franco e disse: Não pude e não quis. O interesse da nação opunha-se a isso, mas a minha vida há de resgatar a minha palavra, e não se fundará numa deslealdade a nova monarquia.

— Aquilo é que eram homens! murmurou o Manuel da Idanha.

— Espera que tu vais ver o que era um homem. Este Afonso Henriques digo-te que foi mesmo fadado para fundador de reino. Não parava um instante. No princípio do governo, andou sempre á bulha com o primo, e com os galegos, e tudo era ver se passava o Minho; mas um belo dia olhou para o sul, e percebeu que para ali é que havia muito que fazer. Os mouros começavam a dar sinal de si, e a romper de novo por ali acima. Em 1139, Afonso Henriques vai só numa galopada até ao Alentejo, derrota os mouros em Ourique, e volta para casa. A respeito de Ourique tem havido mosquitos por cordas. Diz-se que apareceu Nosso Senhor a D. Afonso, que este foi ali aclamado rei pelos soldados, que aquilo foi uma batalha formidável, etc. Eu cá não me meto nessas coisas, que o nosso Senhor Jesus cristo aparecesse crucificado a D. Afonso Henriques, é muito possível, Deus pode fazer estes milagres, sempre que lhe aprouver, e milagre de Deus foi a nossa história toda. Sem a ajuda do nosso Senhor mal podia este pequeno povo fazer o que fez. Que a batalha fosse muito importante, não me parece, pelo menos não teve consequências; ficou tudo como dantes, e o que se não pode dizer é que o quartel general fosse em Abrantes, porque a Abrantes ainda nós não tínhamos chegado; que os soldados se lembrassem de aclamar D. Afonso Henriques rei nessa ocasião também me parece história. Sou capaz de apostar que rei já lhe chamavam há muito tempo, como chamavam rainha á mãe; para além do mais, esse titulo de rei, que afirmava mais a nossa independência, onde se deveria dar era numa batalha contra os leoneses, mas numa batalha contra os mouros, que tanto se importavam que Portugal fosse independente, como que fosse vassalo de Leão, a quem tanto convinha que Afonso Henriques fosse rei como que fosse conde, não se percebe. Diz-se também que foi nas cortes de Lamego que o titulo se confirmou. Ora adeus! Cortes com clero, nobreza e povo ainda cá se não faziam. E de mais, quem diz isso parece que imagina que naquele tempo se passavam as coisas como agora, e que isto de fazer rei um conde soberano era negócio que se não podia praticar sem

grandes cerimônias e juntamentos. Boas noites, meus amigos. Ouçam vocês o que sucedia! Morria o rei de Leão, por exemplo, e dividia os estados pelos filhos, e aqui ficava sendo um rei da Galiza, o outro rei de Leão e o outro de Castela. E depois juntavam-se os estados, e já não havia reinos nem em Galiza, nem em Castela, depois tornavam-se a separar, e assim andavam, sem maior maçada. D. Afonso Henriques fizera-se independente, era o essencial, depois começaram a chamá-lo rei, e rei se ficou chamando. O que ele fez, como era espertalhão, para garantir a conservação do reino, foi declarar-se vassalo do papa, e mandar-lhe pagar um pequeno tributo, para que o pontífice lhe valesse. A manha não era má; naquele tempo quem tinha por si a corte de Roma tinha tudo.

Mas o caso não era chamar-se uma pessoa rei, era ter um reino que merecesse o nome, e esse Portugalsito, que vinha apenas do Minho até ao Mondego, para falar a verdade, não parecia lá um grande reino. E vai D. Afonso Henriques disse então com os seus botões: Toca a alargá-lo! Ora o que faz um de vocês quando se vê com uma terrola para seu granjeio? Cospe nas mãos, agarra na enxada, começa a fossar o chão, e ali está desde pela manhã até á noite. D. Afonso Henriques fez o mesmo, cuspiu nas manoplas, arrancou do montante, e ele aí vai para a faina em que andou desde pela manhã até á noite, quer dizer, desde que lhe apontou o buço até que a morte pregou com ele na sepultura. O montante era a sua enxada, rapazes, e, a cada enxadada, saía do chão sarraceno agora Santarém, depois Lisboa. Ah! meus amigos, que vida! Aquilo era um lidar continuado! Ele casou com uma princesa de Saboia, a Sr.^a D. Mafalda, mas estou em dizer que não foram muitas as noites em que dormiu muito bem aconchegado com ela nos seus paços de Coimbra. Alta noite lá ia ele tomar Santarém, de surpresa, e outra vez constava-lhe que ia uma gente do norte fazer guerra aos mouros na Palestina, para defender contra eles o sepulcro de cristo, e vai D. Afonso Henriques ia logo á beira-mar ter com os homens, e pedir-lhes que descansassem aqui um pedaço, e que o ajudassem ao mesmo tempo na sua tarefa de todos os dias. Eles não se fizeram rogar, desembarcaram, e daí a pouco estava Lisboa no poder dos nossos. Muitos deles por cá ficaram, porque D. Afonso Henriques deu-lhes terras, e até há por aí povoações que ainda se chamam com os nomes deles, por exemplo Vila Franca, que é como quem diz vila dos Francos, etc.

— Então os de Vila Franca são estrangeiros? perguntou o Manuel da Idanha.

— Qual carapuça, homem! Tu não te lembras da minha comparação do caldo? Não é sal, nem água, nem carne; mas tem carne, água e sal. A carne eram os godos, a água os lusitanos e os romanos o sal; pois também no caldo se deita ás vezes o seu raminho de hortelã ou de segurelha, que sempre lhe dá assim um sabor mais coisas, tal, etc., pois esses raminhos de segurelha e de hortelã foram os

estrangeiros, que aqui vieram a Portugal e por cá se deixaram ficar. Vieram também contribuir para fazer o nosso bom caldo português.

— É bem achado, sim senhor, observou a tia Margarida.

— Pois assim mesmo é que é. Ora já vocês veem que o pobre do D. Afonso não podia estar muito tempo sossegado. Hoje tomava Sintra, amanhã Mafra, no outro dia Palmela, no outro Abrantes! Era um vivo demônio. Os mouros com ele andavam num sarilho. Por isso também tinham-lhe tomado um medo! Falarem-lhes no Ibn-Errik, assim lhe chamavam eles na sua língua, como quem diz filho de Henrique, falarem-lhes em Ibn-Errik, era o mesmo que falarem-lhes no diabo. E que gente que ele tinha! homens como um Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, que morreu combatendo, e mais andava já pelos noventa anos, e um que tomou Évora, Giraldo sem Pavor, e outro que tomou Beja, cada qual pela sua conta e risco. Gente levadinha da breca, isso é que é falar a verdade.

Mas, enfim, meus amigos, ainda que se diz “pedra movediça não cria bolor”, sempre dá o caruncho numa pessoa, por mais que ela se mexa e trabalhe. D. Afonso envelheceu, mas antes disso já deitara um filho que era o seu retrato, valente como ele, e homem de grande talento, D. Sancho, que foi depois rei. Podia morrer descansado D. Afonso Henriques, deixava a sua espada em boas mãos e a sua coroa em boa cabeça. E com essa consolação morreu em 1185 el-rei D. Afonso Henriques, depois de ter não só tornado o reino independente, mas de o ter alargado até ao meio do Alentejo, e principalmente de ter tomado Lisboa que era, como diz o outro, a menina dos olhos dos árabes, a cidade sem a qual não se podia fazer cá para estas bandas coisa que jeito tivesse. Ah! meus amigos, se algum de vocês for alguma vez a Coimbra, e entrar na igreja de Santa Cruz, suba até á capela mor, e olhe para os dois túmulos que ali se veem, pergunte qual é o de D. Afonso Henriques, e depois ajoelhe diante deles, porque, com seiscentos diabos, se nós hoje não somos para aí uns galegos e uns andaluzes, se demos que falar no mundo, e praticamos coisas que fazem com que uma pessoa tenha orgulho de se chamar português, oh! com a breca, é a ele que o devemos, porque, como lá diz o outro, de pequenino se torce o pepino”, e este reino de Portugal era bem pequerrucho ainda, quando esse homem de ferro levou a sua vida inteira a costumá-lo a fazer coisas grandes.

E o bom do João da Aqualva limpou o suor, que lhe escorria pela testa com o entusiasmo que o inflamava. Os seus companheiros escutavam-no silenciosos, e já não faziam interrupções nem observações. Estavam deveras interessados com a narrativa.

— Meus amigos, continuou o João da Aqualva, no governo como na lavoura há

tempo para tudo, agora cava-se e depois semeia-se. Primeiro compra-se a terra e depois é que se amanha. Pois assim foi em Portugal; D. Afonso Henriques ou D. Afonso I conquistara, D. Sancho tratou de povoar. Por isso a história chamou conquistador ao primeiro e povoador ao segundo; e olhem que isso não quer dizer que D. Sancho não fosse também um guerreiro de truz. Tó carocho! Já na vida do pai ele dera que falar. Apenas o pai morreu, começou ele a namorar uma terra do Algarve, que hoje está bem decaída, mas que nesse tempo era, por assim dizer, a Lisboa lá do sul — Silves. Não se lhe metia dente, porém, com facilidade. Para ir lá por terra, era custoso como o demônio, para ir por mar, é de saber, meus rapazes, que o Sr. D. Sancho I ainda não se lembrara de comprar nem a fragata D. Fernando, nem esse navio com que andam por aí sempre os jornais aos tombos, e a que uns chamam o Pimpão e os outros o Vasco da Gama.

Uma gargalhada geral mostrou que os bons dos ouvintes tinham apanhado facilmente o chiste do jovial anacronismo do narrador.

— Mas, meus amigos, isto de Portugal ficar no caminho da Palestina para os cristãos que vinham lá das terras do norte, foi uma verdadeira pechincha. Descansavam aqui e sempre havia por cá algum biquinho de obra. Foi o que sucedeu também desta vez. D. Sancho apanhou uma frota de cruzados...

— Novos? perguntou o Zé.

— Novos eram eles, que não costumavam vir para a guerra os carecas como tu; mas é de saber que se chamavam cruzados aos cristãos que tinham ido tirar o sepulcro de cristo das mãos dos infiéis, e que depois o defendiam. D. Sancho apanhou pois uma frota de cruzados, e disse-lhes desta maneira:

— Vossemecês é que me podiam fazer um favor.

— Se estiver na nossa mão!...

— Lá isso está. É simplesmente acompanhar-me ali a baixo a Silves, e ajudar-me a intimar mandado de despejo aos mouros que lá estão dentro. Eu fico com a cidade, e os senhores levam as riquezas que se apanharem.

— Vá de feição.

E foi. Tomou-se Silves, tanto mais que lhes ficava na estrada, e não tinham de torcer caminho. Mas D. Sancho não pôde continuar com essas funçanatas, porque os mouros cá da península, que começavam a estar assim esmorecidos, receberam de repente uns reforços da Moirama, e... não lhes digo nada, vieram outra vez por aí acima que parecia que tornava a haver invasão. Foi uma torrente que levou tudo

adiante de si. O Tejo tornou a ser a caraira de Portugal, e apenas no Alentejo uma terra ou outra surgia ainda, como uma ilha, com a bandeira portuguesa, dentre as ondas da mourisma. Então D. Sancho pensou que primeiro que tudo era necessário tratar do que era seu, e começou numa lida abençoada: ele mandou vir gente do norte da Europa para povoar os nossos campos desertos, ele edificou, ele fez castelos, ele cuidou enfim de tudo, e não se esqueceu também de mostrar aos bispos que tinha muita contemplação por eles, enquanto se limitavam às suas rezas, mas que lhes não permitia meter o nariz assim de muito perto nos negócios do estado. A final, este bom rei morreu, menos velho que o pai, em 1212. Tinha sido casado com uma princesa chamada D. Dulce, filha do conde de Barcelona. De forma que aqui temos pois já duas rainhas de Portugal, D. Mafalda e D. Dulce.

O filho mais velho de D. Sancho, que veio a ser rei depois dele, não se parecia muito, valha a verdade, nem com o pai, nem com o avô, mas olhem que nem por isso foi menos útil cá ao nosso país. É o que eu digo. Cada qual tem a sua tarefa. Uns cavam, outros semeiam, outros põem fora os pardais e arrancam o joio, que podem dar cabo da ceara. Foi esta a tarefa de D. Afonso II. Ora veem perfeitamente que, se este Portugal tão pequeno se comesse a dividir, pedaço para aqui, pedaço para acolá, ia-se tudo quanto Marta fiou. D. Sancho, que tivera uma súcia de filhos, pensara mais em os deixar bem arrançados do que em assegurar a conservação do reino. Por isso no testamento era umas mãos rotas. Esta e aquela vila para o senhor infante fulano, esta e aquela cidade para sicrano, e terras para este, e terras para aquele. D. Afonso II arrebitou a venta, e disse deste modo: Então vamos a saber, e eu com que fico? E aí começa á bulha com as irmãs e com os fidalgos. Andava tudo em polvorosa com ele. Os fidalgos, por exemplo, tinham recebido de D. Afonso e de D. Sancho esta ou aquela terra, mas iam-se fazendo finos, e pela sua conta e risco iam apanhando mais alguma, os frades então nunca chegaram á cabeceira de um moribundo que não apanhassem algumas terras de bom rendimento. Isto assim não pode ser, berrava D. Afonso II, ás duas por três fico a olhar ao sinal. E ele aí vai por essas províncias fora, a obrigar os fidalgos a pôr para ali os títulos das suas propriedades, declarando que não valiam senão os que ele confirmasse, e foi a isso que se chamou confirmação. Ao mesmo tempo proibia ás corporações religiosas que tivessem mais terras do que as que tinham. Enquanto ao testamento de D. Sancho I, cumpriu só o que lhe parecia bom, e, como as irmãs refilassem, houve pancadaria a menos de real.

— Então, por esse andar, os mouros deviam ter vida folgada com ele? observou o Francisco Artilheiro.

— Lá isso é verdade, e tanto assim que, quando se tomou Alcácer do Sal, os cruzados, que nos ajudaram, e que nunca puseram a vista em cima do soberano,

imaginaram que era uma rainha que governava em Portugal; mas, meus amigos, olhem que o nosso país não lhe deve menos por isso. Se as infantas começam a puxar para um lado, os fidalgos a puxar para o outro, e ainda os frades a arrancar também as terras, num abrir e fechar de olhos tínhamos para aí vinte reinos, e adeus Portugal. Mas o gordanchudo do Afonso II, apesar de se não importar para nada com os mouros, tinha cabelinho na venta; e por isso os frades foram proibidos de ter mais terras, as infantas tiveram de pôr para ali as cidades que o pai lhes tinha deixado, porque D. Afonso II disse-lhes que a respeito de coroa em Portugal não havia senão uma, e finalmente os fidalgos tiveram de receber dele as terras mas por favor e mercê real. De forma que, a 25 de março de 1223, quando morreu apenas com trinta e seis anos de idade, Portugal era pequeno, mas estava todo na mão do rei, o que já era grande façanha.

— E o filho foi pelo mesmo caminho, Sr. João? perguntou o Manuel da Idanha.

— Ora, meu amigo, eu te vou dizer o que sucedeu ao filho, e por aqui tu verás se o que eu acabo de dizer não é verdade, e se não há na história exemplos para tudo. O filho era criança, quando subiu ao trono, por conseguinte foi necessário haver regência. Chamava-se Sancho o pequenote, Sancho II, por alcunha o Capelo, porque em criança andara com um capuz de frade, lá por promessa da mãe, ou coisa assim. Quem ficou com o governo foram os ministros do pai, e, ainda que eram homens de truz, sempre lhes faltava a autoridade que tinha um rei. De forma que toda aquela nobreza e fradaria, quando se viu assim á solta, livre da mão de ferro de D. Afonso II, começou a alvorotar-se, e os ministros, para os terem quietos, iam dando o que eles pediam. As infantas apanharam as cidades, os frades foram juntando terras ás que já tinham, e parece que o rei andava umas vezes nas mãos de uns, outras vezes nas mãos de outros. Pouco se sabe daquele tempo. Ia pelo reino todo uma confusão de seiscentos demônios. O que é certo é que, quando D. Sancho II chegou á maioridade, estava já tão costumado a não ser rei que não soube puxar pelos seus direitos. E não era que ele fosse fraco. Pois não! pelo contrário! Era da raça do avô, não estava bem senão a cavalo e com os mouros de volta. Tomou uma boa parte do Alentejo e do Algarve, mas fidalgos e frades esses faziam o que queriam e sobrava-lhes tempo. Veem vocês? Para uma pessoa governar não basta ser um valentão. Ás vezes um porta-machado, com umas barbaças por aí alem, anda em bolandas nas mãos de um criança, outras vezes uma fraca figura faz andar um regimento ali direitinho que nem um fuso. D. Afonso não queria nada com os mouros, o que o não impedia de governar como um homem; para D. Sancho as batalhas eram o pão nosso de cada dia, e em Portugal todos governavam menos ele. Coisas da vida! Como os fidalgos faziam o que lhes dava na cabeça, e os frades também, e os bispos a mesma coisa, parecia que deviam estar todos muito satisfeitos. Mas não sucedia assim. Os bispos

queixavam-se dos fidalgos, estes queixavam-se dos frades, e todos do rei, os frades porque não reprimia os bispos, os bispos porque não tinha mão nos fidalgos, os fidalgos porque não puxava as orelhas ao clero. Quando ele saltava nos mouros, ainda as coisas não corriam mal. A fidalguia gostava daquilo, iam todos atrás do rei, e não se pensava em mais nada. Mas, quando uma espanholita, chamada D. Mecia Lopes de Haro, caiu em graça ao rei, que casou com ela, e que passou os dias a namorar os olhos pretos da rainha, lá se foi tudo quanto Marta fiou. A desordem excedeu todos os limites, e os bispos foram ter com o papa a fim de lhe pedirem que tirasse a coroa a D. Sancho II. O papa, que era Inocêncio IV, pulou de contente com o pedido. Era o mesmo que virem-lhe dizer que era ele quem dava e tirava as coroas neste mundo, e que vinha a ser portanto o rei dos reis. Estava em França nesse tempo um irmão de D. Sancho II, chamado D. Afonso, que saíra de Portugal para ir correr terras, encontrara em França uma condessa de Bolonha, viúva, e já durázia, ao que parece, que gostou dele e com ele casou, levando-lhe o condado em dote. Ora o tal condado era uma espécie de reino, sujeito ao rei de França, que nesse tempo era o rei santo que eles tiveram, a saber S. Luiz.

— S. Luiz rei de França, interrompeu a Margarida, é uma igreja que fica ali para as bandas do Rocio.

— Pois é uma igreja e foi um rei, tia Margarida, respondeu o João de Aqualva, como Santa Izabel é uma igreja que fica ali para as bandas da Estrela, o que a não impediu de ser também uma rainha e rainha de Portugal.

— Isso é verdade! confirmou a tia Margarida.

— Pois então, como lhes ia dizendo, reinava S. Luiz em França, e D. Afonso, seu vassalo, por ser conde de Bolonha, fora com ele á guerra, e dera provas de ser homem desembaraçado. Lembraram-se dele para rei, e D. Afonso, que era ambicioso, aceitou. Os bispos e os fidalgos disseram consigo que um rei feito por eles havia de ser um criado que tivessem ali no trono, e o papa entendeu também que aquilo era “senhor mandar, preto obedecer”. Combinou-se tudo. D. Afonso prometeu quanto quiseram e aí vai ele caminho de Portugal, fingindo que ia para a Terra Santa. Desembarca e começa a guerra civil. Também se não sabe muito do modo como as coisas se passaram. Parece que foi uma guerra levada do diabo como são sempre as guerras civis, queimaram-se vilas e cidades, arrasaram-se muitas cearas, ficou muita gente na miséria, e o pobre D. Sancho viu-se abandonado por todos, dizem até que pela mulher, que fora, a final de contas, o motivo de todas aquelas coisas. Houve só um ou outro que se lhe mostrou fiel. D. Sancho teve de sair do nosso país, e foi para Espanha, onde morreu em Toledo apenas com trinta e sete anos.

— Pobre do homem! acudiu compassiva a tia Margarida. Então que mal tinha ele feito aquela gente toda?

— Era um rei fraco, e, como se costuma dizer, não era nem para si nem para os outros. Até a mulher não fez caso dele, porque as mulheres são assim: em estando uma pessoa embasbacada a olhar para elas, não fazem caso nenhum, e às vezes de quem gostam é de quem lhes chega um calor ao corpo, como o outro que diz.

— Vai-te excomungado, bradou indignada a tia Margarida. Se um homem me batesse, eu até parece que era capaz de lhe arrancar os olhos.

— Pois sim, tia Margarida! não digo menos disso. Mas a rainha D. Mecia não era do mesmo parecer, e pagou bem as pieguices de D. Sancho!... Só de dois fidalgos se conta que se mostraram fieis ao desgraçado rei. Um foi o alcaide de Celorico, que até dizem que fez uma partida com graça. Estava-o cercando D. Afonso, e ele já não tinha nem uma migalha de pão, nisto passa uma águia por cima da praça com uma truta no bico, e deixa-a cair dentro da vila. O alcaide, em vez de a comer, manda-a cozinhar muito bem, e envia-a de presente aos cercadores. D. Afonso, vendo que na praça havia petiscos daqueles, entendeu de si, para si que estava perdendo o tempo e o feitio, e foi-se embora. Pode ser que isto seja patranha, mas o que é verdadeiro, sem tirar nem pôr, é o caso de Martim de Freitas. Esse era alcaide de Coimbra, foi cercado também, não se rendeu. Disseram-lhe que já D. Sancho morrera, e que por conseguinte era D. Afonso o seu natural sucessor. Não acreditou. Afirmaram-lhe que morrera em Toledo. Pediu para ir ver. Deram-lhe um salvo conduto, e Martim de Freitas, metendo na algibeira as chaves de Coimbra, foi de passeio até Toledo. Mostraram-lhe o túmulo do rei, mandou-o abrir; mostraram-lhe o caixão, quis ver o corpo; e ao ver enfim o pobre cadáver do seu rei, que assim morrera aos trinta e sete anos, longe da sua terra e longe dos seus, ajoelhou e pôs as chaves da cidade nas mãos do rei que lhas entregara; depois, tirou-as dessas mãos já frias que as não podiam segurar, e partiu para Coimbra, entregando-as ao novo rei, que louvou muito a ação.

— E tinha razão para isso, tornou a tia Margarida, que estava sendo agora a interrutora, mas com o tal rei novo é que eu não engrajo nada. Olhem que irmão! Sempre tinha uns figados!

— Não era muito boa rês, não, tia Margarida, mas então neste mundo não são só as boas pessoas que servem. Que D. Afonso se importava tanto com a família como eu me importo com a família do imperador da China, é o que não tem questão, mas que foi um grande rei, isso também é verdade.

— Era fresco o tal rei, que assim fazia guerra ao irmão sem mais nem menos!

— Há mais exemplos disso, tia Margarida, e não vão eles tão longe que uma pessoa se não possa lembrar. Mas olhe que não param aí as maldades de D. Afonso. Também não fez caso da mulher, a tal condessa de Bolonha, que nunca foi capaz de pôr pé em Portugal, e casou, em vida dela, com uma filha do rei de Espanha.

— E ainda você o gaba, Sr. João? perguntou a tia Margarida. Sabe o que eu lhe digo? Parece-me que você é tão bom como ele!

— Olhe, tia Margarida, não me rogue você nunca outra praga, que lá com essa não me hei de eu dar mal. O que lhe disse é que o Sr. D. Afonso III foi um dos reis que fizeram mais bem ao pobre povo, e sabe vossemecê porquê? Porque era homem de cabeça, e o que sucedera com ele não tinha caído em cesto roto. Ele disse consigo; Estes patifes destes fidalgos e destes bispos são capazes de me fazer a mim o mesmo que fizeram ao meu irmão. Ora, eu sozinho não posso com eles. A quem me hei de encostar? Olhou em torno de si e viu o povo, o povo em quem ninguém falava, e que era a final de contas quem pagava as custas dos barulhos entre os grandes, o povo que pagava tributos a toda a gente, e que mesmo quando vivia nos seus concelhos governando-se pelos seus forais, que eram para assim dizer as suas leis, mesmo então era ralado pela fidalguia. E Afonso III disse consigo: Ora aí está quem me serve. E desata a fazer concelhos, e, quando reuniu cortes que até aí eram só de fidalgos e padres, chamou também procuradores do povo, e favoreceu o mais que pôde o seu negócio, e deu-lhes sossego e coisas e tal, de forma que depois pôde dar para baixo nos prelados, que berravam pelos contratos que tinha diabo, mas D. Afonso III, que era finório, abanou-lhes as orelhas. E que os papas tinham deposto não só o rei D. Sancho II, mas também um imperador da Alemanha, de modo que aos chefes dos estados já ia cheirando a chamusco, e começaram a fazer parede contra o papa. Assim os bispos, que levavam tapona de D. Afonso III, iam a Roma fazer queixas ao papa, e o papa naturalmente respondia-lhes contando-lhes uma fábula que lhes vou contar a vocês também.

— Conte lá Sr. João da Aqualva, exclamou o Manel da Idanha, ainda que eu, a dizer a verdade, não sei lá muito bem o que venha a ser isso de fava ou fabula ou o que é.

— Fábula é assim uma história em que os animais falam como se fossem gente, e pelo que eles dizem tira a gente... sim... é como diz o outro pelos domingos se tiram os dias santos... Eu lá, a estas explicações, não se pode dizer que seja um barra, mas em fim, em eu contando o caso, logo vos apercebem.

— É isso mesmo, tio João, conte lá, disse o Bartolomeu.

— Uma vez as rãs foram ter com Deus Nosso Senhor e pediram-lhe um rei, e Deus

Nosso Senhor, que estava de maré, não quis abusar das pobrezinhas, e atirou-lhes para o charco um cepo; mas o cepo não fazia nada, andava á tona da água, para aqui e para acolá, as rãs não lhe tinham respeito nenhum, e saltavam nele, qual debaixo qual de cima, e o cepo sempre um paz de alma, que tanto valia terem rei como não o terem. Vai então as rãs voltaram a Deus Nosso Senhor, e disseram-lhe desta maneira: Dê-nos Vossa Divindade um rei que se veja, um rei que nos governe. — Pois então aí vai um rei como vocês querem, respondeu Nosso Senhor, e atirou-lhes para o charco uma serpente, e a serpente, a primeira coisa que fez, foi engolir as primeiras vassalvas que lhe pareceram mais gordas, e depois outras e outras, de forma que as pobres rãs já se não atreviam nem sequer a coaxar para que a sua majestade não desse com elas. Percebem vocês agora porque é que o papa podia contar esta história aos bispos que iam ter com ele?

— Percebo eu, acudiu logo o Manel da Idanha. É que eles não descansaram enquanto não puseram fora um rei que era um paz de alma, um cepo, o D. Sancho II, e foram buscar outro rei que era uma serpente e que deu cabo deles que foi um regalo.

— Ora, tal qual, sô Manel. Com gente assim é que eu me entendo. D. Afonso III bem se pode dizer que era uma serpente, porque as serpentes são manhosas, e ele tinha manha a valer. Mostrou-o em tudo, até no modo como se assenhoreou do Algarve, que era só o que faltava para Portugal chegar ao mar pelo lado do sul. Tomou-o aos mouros, e isso foi obra de pouco tempo; mas o rei de Castela começou a berrar que o Algarve lhe devia pertencer a ele. D. Afonso III nunca lhe disse o contrário, mas foi arrastando a entrega, e depois aproveitando tudo, de forma que ás duas por três estava senhor do Algarve, e, quando D. Afonso III morreu, que foi a 16 de fevereiro de 1279, estava Portugal completo e seguro, e, visto que chegamos ao fim desta primeira parte, parece-me que o melhor é irmos dormir, que para o outro domingo continuaremos.

— Mas ó sô João, disse o Manel da Idanha, já agora, faça favor, não deixe ir a gente embora, sem nos explicar uma coisa. Vossemecê diz que o rei, para esmurrar as ventas aos bispos mais aos fidalgos, começou a fazer concelhos por dá cá aquela palha, e lá isso é que eu não percebo muito bem. Então que diabo tinham os fidalgos com o haver ou o não haver concelhos?

— Pois tem razão, sô Manel da Idanha, e bom é que essas coisas fiquem explicadas, porque a mim parece-me cá no meu modo de ver que o que nos importa a nós, que somos do povo, não é tanto saber as batalhas que se deram, e mais os reis que houve; o que nos importa é saber como é que viviam os nossos pais, e como se governavam e coisas e tal. Ora pois, saibam vocês que muitos dos nossos pais eram

a bem dizer escravos, não como os do tempo dos romanos que podiam ser vendidos como uns negros, mas faziam parte das terras que cultivavam, e com elas passavam de dono para dono. Isto foi melhorando, e os servos passaram a ser gente livre, mas sem ter terras suas; pagavam foros e foros pesados, os senhores das terras eram os reis, os nobres, os bispos e os mosteiros. As terras dos reis chamavam-se terras da coroa, as dos fidalgos e as da igreja coutos, honras e beetrias. Ora os fidalgos, que só tinham obrigação de servir o rei na guerra e não pagavam mais nada, ou por herança dos seus pais, ou por doações dos reis em recompensa dos seus serviços, iam metendo em si o país todo, já se vê de embrulhada com os padres; e os reis pouco tinham de seu, porque, demais a mais, fidalgos, bispos e conventos apanhavam tudo quanto podiam, o que se lhes dava e o que se lhes não dava. Por isso D. Afonso fez as tais inquirições, quer dizer, obrigou todos a porem para ali os seus títulos, para se saber se tinham as terras com direito ou sem ele, estabeleceu mais as famosas confirmações que punham a fidalguia sempre na dependência da coroa, porque cada novo rei confirmava ou não confirmava as doações dos outros, e finalmente proibiu aos conventos que arranjassem mais terras. E vai o povo o que fazia? Sempre que se podia livrar dos fidalgos e dos padres por qualquer modo e feitio, formava-se um concelho. Então continuavam a pagar tributo, e serviam nas guerras, mas não estavam sujeitos a ninguém, governavam-se eles por si, e tinham as terras muito suas. Ora, como os reis é que os podiam ajudar a ver-se livres da fidalguia, chegavam-se para eles, e os reis, que tinham nos concelhos gente que também ia á guerra e que lhes pagava tributos, encostavam-se para esse lado, para terem quem lhes valesse quando os barões ou os bispos se faziam finos. Aqui tens tu explicado pela rama como cada concelho, que se formava, era ao mesmo tempo um asilo de liberdade para o povo e um auxiliar para o rei contra as ameaças dos fidalgos.

— Muito obrigado, sô João da Aqualva, tornou o Manel; mas sempre lhe digo que quem não sabe é como quem não vê. Ora quem me haverá de dizer que esta história de ter uma terra, um pelourinho no meio da praça, era de tanta vantagem cá para o povo! Pois até domingo, e tomara eu que passasse depressa a semana porque divertimentos como este é que há muito tempo a gente não apanha.

QUARTO SERÃO

D. Diniz. — A universidade de Coimbra. — Os Templários. — Santa Isabel. — D. Afonso IV. — A batalha do Salado. — Morte de Inês de Castro. — D. Pedro I. — D. Fernando I. — Leonor Teles. — Estado de Portugal no fim do reinado de D. Fernando.

— Meus amigos, começou o João da Aqualva, corriam os anos, e lá por esse mundo de cristo iam todos abrindo os olhos. Os romanos, como lhes disse, eram um povo que sabia o nome aos bois. Eles faziam estradas, eles faziam edifícios que ainda hoje, arruinados, deixam ficar uma pessoa embasbacada, eles tinham escolas, o diabo! Mas, depois, vieram os bárbaros dos bosques da Alemanha e da Rússia, e zas, tras, catatras, lá se foi tudo pela água abaixo. Por muito tempo não se pensou senão em pancadaria. Tudo era gente rude, os reis não sabiam ler nem escrever, os povos falavam uma língua assaralhopada que nem era latina, nem deixava de o ser. Mas a pouco e pouco foram-se aclarando as coisas, foi havendo estudos, e D. Diniz, que subiu ao trono, depois da morte de D. Afonso III, era já um sabichão. Ele fazia os seus versos de pé quebrado, que a gente hoje quase que não entende, mas que eram já escritos numa língua com termos, ele enfim viu que havia escolas por esse mundo onde se ensinava tudo o que então se sabia, e quis também ter uma que foi a universidade de Coimbra. Depois tratou de fazer do reino alguma coisa com jeito. Já não tinha que pensar em mouros, e então pensou na lavoura, pensou na marinha, pensou em tudo o diabo do homem! Mandou vir capitães de navios, de Itália, para ensinarem os nossos, e ajudou os navegantes do Porto, que sempre foram gente desembaraçada, a criar uma espécie de companhia de seguros, e não se descuidou também de dar para baixo na nobreza e nos padres para eles se não fazerem finos, e dava-lhes de modo que eles não tinham razão de queixa, porque era sempre com justiça. Ora, por exemplo, dantes havia uma espécie de frades que se chamavam freires militares, que eram, como quem diz, frades e soldados ao mesmo tempo. Em vez de fazerem voto de rezar e de jejuar, faziam voto mas era de dar bordoadas nos mouros. Havia umas poucas de ordens nesse gosto, a ordem dos Templários, a de S. Tiago, a de Avis e outras. Ora, como é de ver, esses templários, por exemplo, que se fartavam de tomar terras aos mouros, com algumas tinham de ficar para si. E depois tinham doações, enfim eram ricos a valer. O que acontecia por cá, também acontecia lá por fora. Sucedeu, pois, que um rei de França e um papa acharam excelente apanhar para si essas riquezas todas, e acabaram com a ordem dos Templários em toda a parte; mas D. Diniz, que era um homem serio, não esteve pelos ajustes, e entendeu que seria um roubo tirar aos homens o que eles tinham ganho á custa do seu sangue, e então, como não havia de desobedecer ao papa, aboliu a ordem dos Templários, mas passou todos os bens para outra que pediu ao papa que criasse e a que chamou ordem de cristo.

— Ó Sr. João, perguntou o Francisco Artilheiro, esse D. Diniz não era marido da rainha Santa Isabel?

— Era sim, rapaz, e já vou falar nessa rainha, que foi também uma das bênçãos de

Portugal nesse tempo. Era filha do rei de Aragão, e bem se pode dizer que aquela é que foi uma verdadeira santa. Pobre senhora! Não lhe faltaram desgostos, não. Primeiro houve grande bulha entre o marido e um cunhado, D. Afonso Sanches, que embirrou em que lhe pertencia a coroa, apesar de ser mais novo; depois, e isso foi o pior, o filho, que veio a ser D. Afonso IV, revoltou-se contra o pai, e porquê? Porque el-rei D. Diniz, que era frecheiro, e que se fartou de ter filhos bastardos, parecia que olhava mais por eles do que pelos próprios filhos do matrimônio. Imaginem o desgosto da rainha! Primeiro porque enfim não havia de gostar muito de ver o marido sempre ao laré com esta e com aquela a arranjar filhos por fora de casa, e depois por ver assim a guerra acesa entre seu marido e o seu filho. E ainda por cima o rei desconfiou que ela ia de acordo com o filho, e chegou até a tratá-la mal, e a mandá-la sair da corte. Pobre senhora! aquilo era o que ali estava. Ela tudo suportou com resignação — as infidelidades e as injustiças do marido, só o que queria era ver tudo em paz. E sempre o conseguiu. Tanto pediu, tanto chorou, que o filho e o pai vieram às boas. Mas daí a pouco torna a haver intrigas, e o D. Afonso, que era um vivo demônio, torna á pancadaria com o pai. Pois senhores, a batalha estava para ser aqui ao pé de Lisboa, no Campo Grande; mas quando já começavam á lambada, aparece no meio deles a boa rainha, que foi mesmo o anjo da paz, e depois que ela apareceu ninguém mais se atreveu a levantar uma lança. Oh! rapazes! digo-lhes que até me parece que não era necessário que o papa a fizesse santa para que o povo a adorasse! Pois então se aquela não fosse santa quem é que o havia de ser? Dizem que mudava o ouro em rosas, e rosas em ouro. Isso creio eu, que aquelas bentas mãos tinham de mudar em flores tudo em que tocassem, porque eram, como o outro que diz, mãos puras e boas, como a aragem de maio! Mas milagres maiores fazia ela ainda, porque as que chorava em segredo caíam depois sobre a cabeça do pai e do filho como orvalho de paz e como chuva de amor! Sim! Sim! continuou o bom do João da Agualva, com voz tremula, e meio a chorar, digam lá vocês que ela não mudava tudo em que tocava em rosas, quando agora mesmo, que diabo! só de falar nela, parece que até as palavras na minha boca se estão mudando em flores!

— Ai! a minha rica Santa Isabel! exclamou a tia Margarida, pondo as mãos, num enlevo. Coitadinha da minha rica santa que foi logo casada com um homem tão mau!

— Não era mau, não senhora, tornou o João da Agualva, foi até um dos melhores reis que nós tivemos, mas como ele ás vezes lá escorregava o seu pedaço, e nem sempre tratou a santa como ela merecia ser tratada, bastou isso para que o povo comesse a inventar coisas, que ele que era um sovina, um desconfiado, um unhas de fome, e até os pintores, quando fazem o quadro do milagre das rosas, põem-no com uma carantonha de meter medo, que ninguém dirá que está ali o rei

poeta, o rei a quem chamavam o pai do povo, o rei que não quis roubar os templários, o rei que fundou a universidade de Coimbra, o rei que tanto se desvelou pelo bem do país! E que as injustiças, por mais pequenas que sejam, sempre vem a pagar-se, e D. Diniz, esses pecados que teve, pagou-os bem caro, primeiro com a revolta do seu filho, depois com a injustiça do futuro, e agora vão vocês ver como o filho também pagou o que fizera ao pai, porque em 1325 morreu el-rei D. Diniz e subiu ao trono seu filho D. Afonso IV, a quem chamaram o Bravo.

— Ora vamos lá a ver o que fez esse senhor, disse uma voz.

— D. Afonso IV, meus amigos, tinha muito boas qualidades. Era, por exemplo, um homem de muito bons costumes, e foi isso até que o levou a praticar uma ação... enfim, depois falaremos. Era homem serio, mas arrebatado e vingativo. A primeira coisa que fez, assim que subiu ao trono, foi vingar-se dos irmãos, por cuja causa tivera as bulhas com o pai. Daí guerra. Quem acudiu? A rainha Santa Isabel.

Casou uma filha com o rei de Castela, Afonso XI. Este, que era do feitio de D. Diniz, começou a largar a mulher e a meter-se com uma tal D. Leonor de Gusman. D. Afonso IV, que ficara embirrando deveras com esses arranjos depois das turras com o pai, começou a criar má vontade ao genro, e zas, toma que te dou eu, ao primeiro pretexto que teve, aí começam as bulhas. Foi uma guerra de cá cá ra cá, que não prestou para nada, mas que sempre fazia mal ao povo. No mais seguiu á risca o exemplo do pai. Tratou do povo, teve os fidalgos muito na mão, mais os padres também. E então com esses não foi lá só por causa das terras a que deitavam a unha, foi também por causa dos maus costumes, porque eles gostavam de passar vida airada e outras coisas que D. Afonso IV lhes não levou a bem. Por isso apanharam uma vez uma rabeçada, numa carta que D. Afonso escreveu ao papa, que foi de ficarem de cara a uma banda.

— Bem feito! acudiu a tia Margarida. Esse rei sim! esse é que me quadra. Bem se vê que era filho da rainha Santa Isabel!

— Espere lá, tia Margarida, não fale antes de tempo que, como diz o outro, até ao lavar dos cestos é vindima. Houve no reinado de D. Afonso IV duas coisas famosas: primeiro a batalha do Salado, depois a morte de D. Inês de Castro.

— Foi com os espanhóis a batalha do Salado?

— Não homem, foi dada até para os ajudar. Já lhes disse, meus amigos, que nós desde o reinado de D. Afonso III tínhamos posto os mouros na rua. Mas os espanhóis ainda não tinham conseguido o mesmo, os mouros estavam reduzidos apenas ao reino de Granada, mas sempre isso era alguma coisa. Ora agora ali em

Marrocos estava, como sabem, a moirama toda. Imaginem que um belo dia o tal miramolim de Marrocos, ou como diabo se chamava ele, desaba em Espanha com o poder do mundo e junta-se ao rei de Granada para darem cabo do rei de Castela. Era este D. Afonso XI, genro do nosso D. Afonso IV. Aterrado com o perigo, pediu socorro ao sogro, apesar de estar mal com ele; mas o nosso rei, homem ajuizado, viu que a ocasião não era para diz tu direi eu, que não era só Castela que estava em perigo, estava em perigo a Espanha toda; se Afonso XI levasse uma tarefa e perdesse algumas províncias ficavam aqui os mouros de raiz, e tinha de se começar outra vez a pô-los fora. Por isso não esperou por mais nada, juntou quanta gente pôde, e foi em socorro do genro. O nosso rei era homem de pulso, os nossos soldados também eram pimpões. O socorro não foi nada mau. Na batalha do Salado os mouros levaram uma sova de primeira ordem, e nunca mais os de Marrocos vieram cá meter o nariz deste lado do mar. D. Afonso IV voltou para a sua terra sem ter querido aceitar coisa nenhuma da grande preza que fizeram.

— E isso de D. Inês de Castro o que foi, ó Sr. João da Agualva? perguntou a tia Margarida. Não foi essa Inês de Castro que esteve aqui em Belas, que até ali na quinta do marquês há uma árvore a que chamam de Inês de Castro?

— Ora adeus, tia Margarida! esteve agora em Belas! quer dizer, eu, como não andei com ela por toda a parte, não sei se por cá passaria alguma vez, mas onde viveu principalmente foi em Coimbra. Era uma espanhola esta Inês de Castro, linda como os amores, loura como o sol, e com um pescoço tão bonito, que lhe chamavam o colo de garça. Veio para Portugal como dama da infanta D. Constança que foi mulher do príncipe D. Pedro, filho de D. Afonso IV, mas o príncipe parece que gostou mais da dama que da mulher. Tristes amores foram aqueles, rapazes! Ela tinha pelo seu Pedro um fatcaz lá de dentro, que estou em dizer que mais gostaria ela de que ele fosse um pastor de cabras do que filho de um rei. A princesa D. Constança morreu, e para isso não deixaria de concorrer a paixão do marido, que, por mais que ele a quisesse esconder, rebentava por todos os lados. Coitada da princesa! tudo fez para arredar o marido daqueles mal-aventurados amores. Mas então! vão lá fugir ao seu destino! Pediu a Inês de Castro que fosse madrinha de um filho que ela teve, porque nesse tempo haver amores entre compadre e comadre quase que era maior pecado que havê-los entre irmãos. Nada! aquilo era como um fogo valente que tanto mais se acende quanto mais água lhe deitam. Em fim, morreu a princesa, e D. Pedro e D. Inês ficaram á vontade, porque até aí tinham guardado respeito á pobre senhora. Casariam? D. Pedro assim o jurou depois, mas eu estou em dizer que não, porque para casarem era necessária dispensa graúda, que o papa não daria assim sem mais nem menos e com tanto segredo como o príncipe queria. Mas, ou casassem ou não, é certo que tiveram três filhos, e que o príncipe D. Pedro não queria saber de mais nada senão da sua

loura Inês.

D. Afonso IV não viu isso com bons olhos. Sabem como ele era. Vivia só para a sua mulher, queria tudo em boa ordem, e não gostava dessas fraquezas. Os fidalgos também não gostavam, mas esses por outras razões. Tinha D. Inês muita parentela, e diziam consigo que, apenas D. Afonso IV fechasse os olhos, eram os Castros que davam as cartas em Portugal. Começaram a ferver as intrigas, e chegaram a aconselhar o rei que, visto que não havia forças humanas que arrancassem D. Pedro á sua Inês, o melhor era darem cabo dela. D. Afonso IV torceu o nariz, mas lá por dentro estava em brasa. Ora, imaginem vocês! D. Afonso, no princípio da sua vida, tivera os maiores desgostos por causa dos bastardos do seu pai. Também o tinham feito de fel e vinagre os amores do seu genro com D. Leonor de Gusman. Morria pelo neto, um rapazinho bonito como a aurora, que tinha de ser depois D. Fernando o Formoso. Lembrou-se das amarguras que viriam a causar ao rapazito os filhos da amante querida, que talvez até lhe roubassem a coroa. Subiu-lhe a mostarda ao nariz com a teima do filho, e deu ordem aos seus três conselheiros, Álvaro Gonçalves, Diogo Lopes Pacheco e Pedro Coelho para que o livrassem de D. Inês. Aí vão todos até Coimbra, onde estava muito sossegada a triste da rapariga. Ela, apenas suspeitou do caso, veio com os filhos lançar-se aos pés do rei. O pobre D. Afonso enterneceu-se, mas os conselheiros é que viram o caso mal parado. “Se ele perdoa, disseram consigo, nós é que pagamos as favas.” Não esperaram que D. Afonso resolvesse as coisas de outro modo. Foram-se á pequena, e, enquanto o diabo esfrega um olho, ferraram com ela no outro mundo!

— Ai que malvados! bradaram todos.

— Isso eram, tornou o João da Aqualva. Sim! que eu não desculpo D. Pedro, nem a desculpo a ela. Se uma mulher, só porque gosta de um homem, não está lá com mais cerimônias e passa a viver com ele, sem a bênção do padre, aonde irá isto parar? mas também matá-la sem mais nem menos, matá-la no meio dos seus filhos, matar uma pobre menina, que não fazia senão chorar, ah! só uns malvados eram capazes de fazer semelhante coisa. Por isso também, veem vocês? D. Afonso foi um bom rei, um homem de bons costumes, um valente, tudo quanto quiserem, mas a final de contas perguntem aí a um pequeno: — Quem era D, Afonso IV? Cuidam que ele que lhes responde: Era um bom rei, isto, aquilo e aqueloutro. Não, senhores, diz logo: Foi o rei que matou Inês de Castro. E como assassino é que a gente o conhece, e no seu manto real não se vê o sangue das batalhas, vê-se mas é o sangue de Inês! E esta? Se a não matassem, o que dizia a história? Foi a amante de um rei. Olhem que glória! E assim? Todos choram por ela, como a tia Margarida, que está ali a limpar os olhos com a ponta do seu avental.

— E o que fez D. Pedro? perguntou o Manuel da Idanha.

— O que fez D. Pedro? Ah! com os diabos! Imaginem! Ele ainda tinha pior gênio que o pai. Apenas soube do que sucedera, aquilo parecia um leão ferido. Saltou logo para o campo em som de guerra, e D. Afonso pagou o que fizera ao pai, porque teve também o filho revoltado contra si. Correu muito sangue por esse reino, até que enfim se fez a paz, mas D. Afonso IV pouco tempo sobreviveu, morrendo em 1359, dois anos depois da morte de Inês.

— Subiu ao trono D. Pedro, não é verdade? perguntou com muito interesse o Manuel da Idanha.

— É verdade que sim, e, meus amigos, então é que se viu o amor lá de dentro que ele tinha á sua Inês. Apenas subiu ao trono, os assassinos da Castro safaram-se para Espanha, mas D. Pedro lá fez o seu negócio com o rei de Castela, de forma que apanhou os criminosos, menos um, Diogo Lopes, que conseguiu fugir. Assim que os teve no seu poder, fez-lhes torturas. A um mandou arrancar o coração pelo peito e a outro pelas costas.

— Credo! exclamou a tia Margarida.

— Por isso lhe chamavam D. Pedro o Cruel, assim como também lhe deram o nome de D. Pedro o Justiceiro. Justiça fez ele, porque bradava aos céus a morte de D. Inês, mas uma crueldade assim é de se porem a uma pessoa os cabelos em pé! Que mais querem? D. Pedro parece que não pensava noutra coisa senão na sua Inês, ele trasladou-a, com um estadão nunca visto, de Coimbra para Alcobaça, onde lhe mandara fazer um túmulo que era mesmo uma lindeza. Ele declarou que tinha casado com ela, e até se diz que a sentou, depois de morta, no trono, e mandou que todos lhe beijassem a mão. Mas isso parece-me patranha, ainda que D. Pedro era capaz dessas extravagâncias e de muitas mais. Porque efetivamente, meus amigos, parece que ele tinha endoidecido com a morte de D. Inês. Tinha assim de repente umas fúrias que era livrar quem estivesse diante. Era justiceiro, é verdade, mas fazia justiça á doida e á bruta. Outras vezes entrava por essa Lisboa dentro a dançar, muito contente da sua vida. Governava bem, não há dúvida, punia pelo povo, abaixava a proa aos bispos, conservava o reino em paz, e juntava bom dinheiro nos cofres para uma ocasião de apuros, mas era ao mesmo tempo umas mãos rotas com os fidalgos, que tornaram a fazer-se finos, como se viu depois.

Foi em 1367 que D. Pedro morreu, e logo subiu ao trono D. Fernando, a quem chamavam o Formoso, de bonito que era. Lá que ele tinha telha, isso é que não padece duvida, porque nunca se viu uma ventoinha assim. Aquilo era mesmo um galo de torre de igreja. Primeiro deu-lhe na tonta o querer ser rei de Castela, para

além do mais não tendo jeito nenhum para a guerra, e não gostando de batalhas. Daí, o que resultou? Gastou o que tinha, levou passada de criar bicho, e teve de fazer as pazes. Mas vejam vocês que cabecinha! Quando fez guerra a Castela, aliou-se com o Aragão, mandou-lhe para lá bom dinheiro, e prometeu casar com a filha do rei, que se chamava D. Leonor. Faz as pazes com o de Castela, e, sem se lembrar já do primeiro casamento, promete casar com a filha do rei castelhano, que também se chamava Leonor. O de Aragão não fez caso, meteu o dinheiro português, que lá tinha, nas algibeiras, e nunca mais deu contas. Mas o pior não é isso, o pior é que D. Fernando também não casou com D. Leonor de Castela, porque neste meio tempo namorou-se de uma dama do paço, chamada D. Leonor Teles, e desposou-a! Ao menos numa coisa era ele constante, é que não saía das Leonores.

Esta Leonor Teles foi o que se chama uma mulher de truz, bonita como as que o são, manhosa como a serpente, e dando, como a nossa mãe Eva, o cavaquinho pelo fruto proibido. Quando casou com D. Fernando já era casada com um D. João Lourenço da Cunha, mas lembrou-se á última hora de que ainda eram parentes, e o rei arranjou do papa que desfizesse o casamento. João Lourenço da Cunha deu graças ao céu por se ver livre da mulher que estava para lha pregar mesmo na menina do olho, e D. Fernando levou D. Leonor Teles para casa. Mas o povo é que não esteve pelos autos e gritou e berrou e fez tumulto, tanto que el-rei safou-se de Lisboa. Houve mosquitos por cordas por esse reino todo, e a final acabou tudo em paz. D. Leonor ficou sendo rainha, os de Lisboa apanharam para o seu tabaco e D. Fernando não tardou a levar a paga.

O rei de Castela achou que D. Fernando o tratara com tal ou qual sem-cerimônia, e quis-lhe dar uma lição de bem viver. Veio a Portugal, chegou a Lisboa, entrou por aí dentro, fez um estrago de seiscentos demônios, e dava cabo da capital se D. Fernando lhe não vem pedir pazes, que, já se vê, custaram caras. Aqui ficamos finalmente em sossego, e então D. Fernando parecia outro homem. Sabia governar aquele rapazote, quando as mulheres lhe não faziam andar a cabeça á roda, ou quando se não lembrava de ter outros reinos. Era econômico e arranjado. Sabia pôr as coisas no seu lugar. Foi ele que cercou Lisboa de fortificações, que depois não serviram de pouco ao seu sucessor.

Mas, coitado, acertara mal, em todos os sentidos, com a tal D. Leonor Teles, que era mesmo o demônio em pessoa; quando se enfastiou dele, tomou amores com um galego que vivia em Portugal, chamado conde Andeiro. El-rei, entretanto, meteu-se outra vez em guerras com Castela, e pediu auxílio aos ingleses. Oh! rapazes, que tristes tempos foram aqueles! A vida do paço era um desaforo. Estava ali aquela mulher, aquela... não sei que diga, a pôr na cabeça a coroa da rainha

Santa Isabel, a coroa que não pudera pôr nos seus cabelos louros a pobre Inês de Castro, que, apesar de todos os pesares, era mil vezes mais capaz do que essa rainha de contrabando, que andou de um para outro, sem vergonha de qualidade nenhuma! E ainda por cima era malvada! vingativa! e para ela a vida de um homem valia tanto... como... a honra do marido, que é o mais que se pode dizer!

O povo desgraçado, porque tudo se juntava. As guerras com Castela sempre infelizes! os ingleses, como sempre, apesar de amigos, muito piores do que se fossem inimigos. Os fidalgos de Castela, que tinham tomado o partido de D. Fernando, tratados aqui á grande! e ainda por cima D. Fernando sem ter filhos, e com a filha única já casada com D. João I de Castela. D. Fernando, apesar da sua cegueira, já ia percebendo as coisas, e tinha lá por dentro um desgosto que o ralava. Também em 1383, tendo apenas trinta e oito anos de idade, esticou a canela, depois de um reinado que podia ter sido muito proveitoso, e que assim foi uma desgraça para todos. E eu também me vou chegando para a cama, não sem lhes dizer que houvera mudança completa no modo de viver da nossa gente nestes últimos reinados. Os fidalgos tinham levado para baixo, e estavam já em grande parte, por assim dizer, ás sopas dos reis. Os concelhos do povo tinham-se feito fortes, e batiam o pé á fidalguia, e ao clero, principalmente, nas cortes, em que entravam. O resultado de tudo isso é o que vocês hão de ver de hoje a oito dias.

QUINTO SERÃO

Interregno. — Regência de Leonor Teles. — Morte do conde Andeiro. — O cerco de Lisboa. — Nuno Álvares Pereira e João das Regras. — As cortes de Coimbra. — D. João I. — A batalha de Aljubarrota. — Os filhos de D. João I. — Tomada de Ceuta. — Os descobrimentos. — D. Duarte. — Expedição de Tanger. — Menoridade de D. Afonso V. — O infante D. Pedro. — Batalha de Alfarrobeira. — Tomada das praças Africanas. — Guerras com Espanha. — Batalha de Toro. — Ida de D. Afonso V a França. — Continuação dos descobrimentos.

— Meus amigos, disse o João da Aqualva no outro domingo, o que eu agora vou contar há de parecer assim a vocês grande patranha, e a todos pareceria se não tivesse tantas provas da verdade. É caso de uma pessoa ficar pasmada ver o que fez este país só, ao canto do mundo, pequeno como é. Ouçam, pois, rapazes, com atenção. Apenas morreu el-rei D. Fernando, tratou logo D. Leonor Teles de fazer proclamar rainha de Portugal a sua filha D. Beatriz, que era uma pequenota casada com o rei de Castela D. João I, e ao mesmo tempo fez-se regente. O povo, que não queria ser castelhano, ou espanhol como hoje diríamos, nem que o matassem, começou a levantar-se por toda a parte. Mas o que faltava era um chefe. Os filhos

de D. Inês de Castro andavam fugidos por fora de Portugal, um por isto, outro por aquilo, mas quem estava em Lisboa era um rapaz muito simpático, filho bastardo de el-rei D. Pedro, que este fizera mestre de Avis, e a quem D. Leonor Teles sempre tivera muito ódio. A ele se dirigiram. O mestre viu que não havia remédio senão fazer o que o povo queria. Toma logo a sua resolução, vai ao paço e mata ele mesmo o conde Andeiro, põe-se á frente do povo de Lisboa, põe no meio da rua D. Leonor Teles, e proclama-se defensor do reino. O povo toma todo, sem exceção, o seu partido, e por todas as províncias; mas uma grande parte dos fidalgos foram para o rei de Castela. Entre os que ficaram figurava um rapaz simpático também, valente como as armas, leal como a sua espada, amigo íntimo e dedicado do mestre de Avis, Nuno Álvares Pereira.

Sabedor do que se passava, desce a Portugal o rei de Castela com um exército poderoso; mas pára diante de Lisboa já fortificada. Os lisboetas, comandados pelo mestre de Avis, defenderam-se como homens, e o rei de Castela teve de se pôr na pizeira; entretanto Nuno Álvares Pereira, que estava no Alentejo, ganhava a batalha dos Atoleiros, e começava a estabelecer um sistema de guerra que havia de dar muito de si. Como os concelhos estavam todos com o mestre de Avis, a força do exército era principalmente infantaria. Pois Nuno Álvares Pereira aproveitou isso para ensinar os nossos a combaterem a pé. Formava uma espécie de quadrado, ou como é que se chama, com os seus soldados, quadrado onde a cavalaria fidalga vinha sempre despedaçar-se.

— Ah! se eles calavam baioneta, observou o Francisco Artilheiro, não entrava lá para dentro nem um cavalaria só que fosse.

— Não calavam baioneta, respondeu o João da Aqualva, porque era coisa que então não havia, mas fincavam as lanças no chão, e fossem lá entrar com eles.

Acabado o cerco de Lisboa, reuniram-se os dois amigos, e foram conquistar todas as terras de Portugal em que os fidalgos tinham levantado a bandeira de Castela. Ao mesmo tempo reuniram-se cortes em Coimbra, para se escolher um rei. Aí teve D. João I outro amigo, advogado de mão cheia, fino como um coral, chamado João das Regras, que foi quem lhe fez ganhar a eleição. Assim, o mestre de Avis tinha a felicidade de ter dois amigos particulares que o serviam excelentemente, e cada um segundo o seu ofício. Para coisas de pena e parlenda João das Regras, para batalhas e mais bordoadas correspondente Nuno Álvares Pereira.

— Mas então as cortes é que escolheram quem havia de ser rei? perguntou o Manuel da Idanha.

— Tal e qual.

— E eram cortes como as de agora? acrescentou o Bartolomeu.

— Não, senhor, havia os três braços, como então se dizia, clero, nobreza e povo. Os bispos e os conventos mandavam os seus escolhidos, os fidalgos mandavam os seus e o povo também, quer dizer cada concelho mandava o seu procurador. Antes de D. Afonso III, iam só os padres e os fidalgos, depois é que o povo também começou a figurar nessas festas; mas nestas cortes, que se reuniram em Coimbra, como muitos fidalgos estavam metidos com o rei de Castela, pode-se dizer que foi o povo quem escolheu, e que o mestre de Avis, isto é, D. João I, foi verdadeiramente o eleito do povo.

— E aí lhe valeu o João das Regras? acudiu o Manoel da Idanha.

— Isso mesmo, porque lá para falar não havia outro como ele. Mas daí a pouco tornou-se necessário falar outra língua, a língua das espadas, e nessa, quem lia de cadeira era Nuno Álvares, que o novo rei fez logo condestável. Os castelhanos, que tinham ido de cara á banda, voltaram á carga, e dessa vez com um exército imenso, porque o D. João I de lá tinha resolvido acabar de todo com o D. João I de cá. Antes de vir o rei com toda a sua fidalguia, já um corpo espanhol tinha entrado pela Beira dentro, mas em Trancoso levou uma tarefa de primeira ordem. Não se emendaram e disseram consigo: Agora é que vão ser elas. A falar a verdade tinham razão. D. João I de Portugal teria, quando muito, uns oito ou nove mil homens, D. João I de Castela não tinha menos de trinta mil, e alem disso trazia consigo peças de artilharia que era a primeira vez que se viam em Portugal. Encontraram-se os dois exércitos em Aljubarrota, que fica entre Alcobaça e Leiria, a 14 de agosto de 1385, grande dia, rapazes! Eu não sei que diabo tinham os nossos, mas parece que os animava um esforço sobrenatural. E eles não eram nenhuns fracalhões, os castelhanos, era tudo gente valente e destemida, mas os nossos estavam todos resolvidos a morrer ali mesmo. Depois tinham cabos de guerra que sabiam da poda, enquanto os de lá eram valentes, e mais nada. De lá, eram tudo fidalgos muito bem montados, com as suas espadas a luzir ao sol; de cá, gente do povo, soldados de pé, mas que todos queriam ser portugueses com o seu rei que eles tinham feito, e que também com eles queria vencer ou morrer. E por isso Nuno Álvares dizia: Rapaziada, pé terra! e zás! lanças no chão, e venha para cá a fidalguia castelhana, mais os traidores portugueses que se uniram ao estrangeiro. E não é dizer que não tivesse fidalgos também de cá. Oh! se os havia, e dos bons e dos melhores, porque eram todos os que tinham preferido morrer com um rei português a receber do estrangeiro honras e castelos, gente briosa e valente, e aventureira, que combatia pelo seu rei, e pela sua dama, e pela sua honra e pela sua pátria. Também, não lhes digo nada, nunca levaram os espanhóis tão formidável refrega. Por muito tempo lhes ficou lembrada, e o rei, que fugiu a toda

a brida para Santarém e de Santarém para a sua terra, não se podia consolar de semelhante desastre. D. João I mandou fazer, no sítio da batalha, uma igreja e um convento maravilhoso, a igreja e o convento da Batalha, para agradecer a Deus a sua vitória, — e razão tinha para isso, porque foi Deus decerto quem deu aos portugueses o esforço e a galhardia que então mostraram, que, eu, meus amigos, não sou dos que acreditam que Deus se mete nestes barulhos dos homens, mas quando um povo combate pela sua terra, que é como quem diz quando um filho combate pela sua mãe, então, meus amigos, há uma coisa cá dentro em nós, que vem a ser a consciência a bradar-nos que Deus, que é a justiça e a bondade, há de querer a vitória do que é justo e do que é bom.

— E a padeira de Aljubarrota, Sr. João da Aqualva? perguntou o Francisco Artilheiro.

— Deixemo-nos lá de padeiras. Eu não sou muito amigo de mulheres que se metem nestas danças. A padeira era melhor que amassasse pão. Se é verdade o que se diz, quando os castelhanos já iam de rota batida, a padeira foi-lhes no encalço e deu cabo de sete com a pá do forno. Olhem que grande façanha: matar quem vai fugindo! Aquilo era mulher de faca e calhau, e eu torço sempre o nariz a essa gatinha. Vamos adiante. A batalha de Aljubarrota decidiu a sorte de Portugal. Ainda durou a guerra muito tempo, ainda o condestável deu nova tarefa nos espanhóis em Valverde, mas a verdade é que estava tudo acabado. D. João I governou então com sossego, casou com uma senhora inglesa muito virtuosa e muito boa, D. Filipa de Lencastre, teve muitos filhos que educou muito bem, e que foram todos homens de saber e alguns deles grandes homens, chamou muitas vezes as cortes para ouvir o que elas tinham que lhe dizer acerca dos negócios do Estado, e governou tão bem, que se lhe chama, com toda a justiça, o rei da Boa memória. Já em idade adiantada, trinta anos depois da batalha de Aljubarrota, sentiu D. João I um apetite de tentar alguma empresa grande. Quem o meteu nisso foram os filhos, tudo rapazes decididos que andavam mortos por se meter nalguma coisa que lhes desse glória. O que tinham de fazer? Foram-se aos mouros. Passaram o estreito, e tomaram Ceuta que fica ali mesmo em frente de Gibraltar. Veem vocês? Aquilo era uma raça que não podia estar quieta. Enquanto jogavam as cristas com os vizinhos, ia tudo bem, mas depois? Os aragoneses viravam-se para Itália, os castelhanos lá tinham os mouros granadís, nós o que tínhamos? Os mouros de Marrocos e as ondas do Oceano. Pois foram as ondas e os mouros que pagaram as favas. D. João I tomou Ceuta, e D. Henrique, seu filho, deliberou tomar o desconhecido.

— Ó Sr. João, exclamou o Francisco Artilheiro, devo confessar que lá isso é que eu não percebo muito bem.

— Pois eu te explico, rapaz. Julgava-se dantes que do outro lado do mar não havia coisa nenhuma, ou antes que as ondas lá para longe eram um verdadeiro inferno ou um paraíso também, porque uns diziam que tudo para além eram ilhas de santos e jardins do céu, e outros que eram ilhas do diabo e terras de maldição; que havia umas estátuas encantadas que não deixavam passar ninguém, e um mar de pez que engolia os navios. Ora vocês hão de saber que pode uma pessoa ser muito valente, e ter medo de almas do outro mundo, e de feitiços e do diabo. Ali está o Francisco Artilheiro, que, quando foi na expedição á África, se atirou ao Bonga como gato a bofes, que é capaz de varrer uma feira, e que, se lhe disserem que vá de noite ao palácio do marquês, lá ao corredor onde dizem que fala a voz do Roque...

— Tarrenego! exclamou o Francisco Artilheiro, um homem é para um homem, mas lá uma alma do outro mundo!...

— Ora aí está! era o que acontecia aos soldados de D. João I. Com mouros e castelhanos tudo o que quisessem, mas com as avantesmas do mar... arreda! Pois imaginem vocês se D. Henrique não fez um milagre conseguindo que os marinheiros do Algarve, porque ele, desde que pôs o fito em querer saber o que o mar escondia, foi-se estabelecer em Sagres, mesmo na ponta do cabo de S. Vicente, conseguindo que os marinheiros do Algarve se metessem ás ondas, sem medo de fantasmas, nem de avejões. E foram aqueles valentes, que fizeram tão grande no mundo este país tão pequeno, e partiram por esses mares fora, sem saber o que por lá havia, e sempre a tremer da perdição da vida e da perdição da alma, e foram, e encontraram a Madeira e encontraram os Açores, e Gil Eanes dobrou o cabo Bojador, que era onde diziam que estavam as tais estatuas encantadas, e, como não encontrou estatuas nenhuma, lá foi tudo atrás dele, e, de repente, Portugal pôde desenrolar diante do mundo um outro mundo ignorado, a costa da África toda, com os seus grandes rios, os seus bosques verdes, o seu povo de pretos, como eu vi, num teatro de Lisboa, desenrolar-se diante da plateia pasmada um pano pintado com cidades e quintas e ilhas e rios, que era de uma pessoa ficar de boca aberta. Ah! meus amigos, podem agora não fazer caso de nós, e podemos nós também dizer mal de nós mesmos, mas um povo que assim se atreve a arcar com o que mete medo aos mais valentes, e abre aos outros as portas de um mundo maravilhoso, é um grande povo, digam lá o que disserem.

— E D. João I é que fez tudo isso? perguntou o Manuel da Idanha.

— Não foi ele, mas foi o filho, D. Henrique, que era um sábio, e que ao seu pai deveu a educação que recebera; e o grande rei, que salvara Portugal do estrangeiro, teve a glória, antes de morrer em 1433, de ver começada essa obra

que havia de tornar para sempre grande no mundo o seu nome e o nome de Portugal.

Sucedeu-lhe seu filho, D. Duarte, a quem chamaram o Eloquentes, pelo bem que falava e que escrevia, porque também fazia livros como o rei D. Diniz, e livros muito bem feitos. Coitado! não merecia a sorte que teve. Os irmãos, D. Henrique e D. Fernando, quiseram continuar a obra do pai, e foram tomar Tanger. Não o conseguiram, perderam muita gente, e para se salvar o exército das garras dos mouros, teve de ficar preso na Moirama o infante D. Fernando. Para o livrar era necessário entregar Ceuta, mas o infante D. Fernando, que bem mereceu o nome de Santo que lhe puseram, não quis nunca ouvir falar em semelhante coisa, e preferiu morrer atormentado nas masmorras de Fez a consentir que dessem por ele aos mouros uma terra, que tanto sangue nos custara. Tudo isto foram desgostos grandes para o pobre D. Duarte, que morreu, depois de cinco anos de reinado, em 1438, da peste que então assolou o reino, porque não houve desgraça que nesse tempo não acontecesse.

Sucedeu-lhe um filho pequeno que tinha, e que foi D. Afonso V, e, como D. Duarte era muito amigo da mulher, foi a ela que nomeou regente. Ora, na verdade, tendo o pequeno uns poucos de tios que seriam todos grandes reis, como D. Pedro, D. Henrique e mesmo D. João, dar a regência a uma mulher, e para além do mais espanhola, era tolíce graúda, por isso o povo não gostou, e as cortes convidaram D. Pedro a tomar conta da regência. A rainha, que era levada da breca, e que nunca pudera ver os cunhados, deu pulo de corça com esta resolução, a que foi obrigada a ceder, e, com o partido que tinha, agitou o reino de tal maneira, que D. Pedro não teve remédio senão tomar providências, e uma delas foi tirar o filho á rainha, porque o pequeno estava sendo nas mãos dela um instrumento de revolta. A final, a rainha foi para Espanha, mas eu estou convencido, rapazes, que o ódio que D. Afonso V sempre teve ao tio veio daí. Ora imaginem vocês! D. Afonso era uma criança nesse tempo, agarrado á mãe como são todas as crianças; não percebia coisa nenhuma de política nem de meia política, viu-se arrancado dos braços da sua mamãzinha, que se agarrava a ele a chorar, e arrancado por quem? pelo seu tio. Depois, quando fosse maior, podia reconhecer que o tio era o que se podia chamar um grande homem, que lhe tinha governado o reino como ninguém seria capaz de o governar, que era tão pouco amigo de vaidades, que nem quisera que lhe fizessem uma estátua, mas o rancor da criança nunca se foi embora. Pois o tio, apenas ele chegou á maioridade, logo lhe entregou o governo, sem a mais pequena demora, e foi viver para Coimbra com o maior sossego. Apesar de tudo isso, e apesar de ser muito amigo da mulher que era filha de D. Pedro, o rei tal ódio tinha ao tio e ao sogro que deu ouvidos a todas as intrigas dos inimigos dele, e principalmente ás do primeiro duque de Bragança, seu tio também, filho bastardo

de D. João I; chegou o duque a levantar tropas para ir contra o pobre D. Pedro, que, espicaçado e ralado por todas as formas, teve de tratar da sua defesa. Enquanto o duque de Bragança levantava tropas pela sua conta e risco, achava o rei isso muito bem feito; apenas o infante D. Pedro juntou alguns soldados para não atravessar esse reino ao desamparo, logo D. Afonso V entendeu que era caso de rebeldia e traição, e marchou contra ele. Na Alfarrobeira, ali ao pé de Alverca, se encontraram as tropas de um e as tropas do outro. Não houve batalha, mas travaram-se de razões os soldados, e, quando mal se precatavam, achou-se tudo embrulhado na bulha, e lá morreu o pobre do infante D. Pedro, tão sábio, tão bom, tão justiceiro.

Quem ouvir isto, há de dizer que D. Afonso V era um malvado, pois não era; cabeça de vento sim, nunca houve outra igual! Simpático e bondoso, um mãos-rotas, principalmente para os fidalgos que apanhavam dele quanto queriam, entusiasmava-se todo por coisas que já não importavam a ninguém, e quis até fazer uma cruzada contra os turcos. Os outros príncipes cristãos não estiveram pelos autos, e vai ele então voltou-se contra os mouros da África, e é certo que juntou a Ceuta as praças de Tanger, Arzila e Alcácer Ceguer. Por isso lhe chamaram o Africano. Enfim, bom seria que nunca tivesse pensado noutra coisa, mas deu-lhe na veneta querer também ser rei de Espanha, e, quando lá houve grande bulha para se saber quem havia de suceder ao rei que morrera, se havia de ser D. Isabel que era irmã, se D. Joana que era filha, o nosso D. Afonso, apesar de já não ser novo, casou com esta, que vinha a ser também sua sobrinha, ao passo que D. Fernando de Aragão casava com a outra. Daí veio uma guerra levada dos demônios; mas, a final, D. Afonso deu a batalha de Toro, que ficou indecisa, mas foi o mesmo que se a perdesse, porque não pôde continuar a guerra. De que se há de lembrar então o nosso D. Afonso V? De ir em pessoa pedir socorro ao rei Luiz XI de França, que era o mais manhoso de todos os príncipes, e que não fazia nada sem interesse. Luiz XI andou a gozar com ele, até que D. Afonso V mandou dizer ao filho, que ficara a governar o reino, que subisse ao trono, porque ele abdicava, e ia para a Terra Santa; mas depois muda de tenções, e, quando já ninguém o esperava, aparece em Portugal. O filho é que não quis saber de mais nada; entregou-lhe logo a coroa, que D. Afonso aceitou, morrendo quatro anos depois, em 1431.

— Ó Sr. João, interrompeu o Bartolomeu, e essa história de descobrir terras novas tinha parado?

— Qual tinha parado, homem! Enquanto D. Henrique viveu, e só expirou em 1460, quando já D. Afonso V era homem, não pensou noutra coisa; todos os anos se ia descobrindo mais alguma porção da África, e já não havia quem acreditasse em carapetões de estátuas. Os portugueses, o que faziam era sempre seguir para baixo, até ver se topavam com a Índia, ou então se davam com um rei que diziam

que era cristão, e a quem chamavam o Prestes João das Índias.

— E quem era esse rei? perguntou o Manuel.

— Eu depois lhes digo, rapazes, agora não me falem á mão. O que é certo é que estava já descoberta uma boa porção da África, e já por lá se fazia muito bom negócio, tanto que D. Afonso V, que andava embrulhado com outras coisas, e que não podia cuidar dos descobrimentos como o tio, arrendou o comercio da costa da Mina a um tal Fernão Gomes, com a condição dele continuar a descobrir terras. Felizmente, quem ia subir ao trono era um rei de outra laia, que tinha lume no olho, e que havia de levar as coisas pelo rumo que devia de ser, para glória do nosso país.

Foi D. João II esse rei, e com razão lhe chamaram o príncipe perfeito, porque não houve nenhum que entendesse tão bem do seu officio; mas, antes de falar nele, meus amigos, deixem-me vocês explicar-lhes o que é que se tinha passado no tempo desses três primeiros reis da dinastia que se chamou de Avis.

Viram vocês como os reis se encostaram ao povo para dar cabo da nobreza e do clero, e como lhe deram força para que os fidalgos e padres se não fizessem finos. Por isso também se pode dizer que foi o povo quem fez rei D. João I, e este nunca se esqueceu disso. Contudo, padres e fidalgos, continuavam a ser muito poderosos, e, se D. Duarte, com a lei chamada mental, e o infante D. Pedro lhes tinham dado para baixo, D. Afonso V quase que desfizera tudo, porque com ele não havia parente pobre, dava aos fidalgos o que eles queriam, e com razão dizia o filho que o seu pai o deixara rei das estradas de Portugal, o que, valha a verdade, não devia ser um grande reino. Ora agora acontecia também o seguinte: é que o povo, nas cortes, estava sendo mais um servo do rei do que outra coisa. Já não podia dizer aos reis: “Toma lá, dá cá.” Já não era cada concelho que mandava um procurador, juntavam-se uns poucos de procuradores para mandar um deputado a que chamavam definidor, e o rei sempre os podia ter mais na sua mão do que á turbamulta dos antigos procuradores. Alem disso, os doutores, o que aprendiam nas escolas eram as leis de Roma, o direito romano, e aí o que se dizia era que o rei podia fazer o que quisesse. O que resultava? Resultava que o clero e a nobreza tinham de levar para baixo, mas que o povo depois... esperasse pela pancada. É o que vocês saberão para o domingo que vem, porque a tia Margarida está a cair com sono, e eu não quero que digam de mim, como de alguns pregadores, que sou bom para quem anda com falta de dormir.

SEXTO SERÃO

D. João II. — As cortes de Évora. — Morte do duque de Bragança. — Morte do duque de Viseu. — Continuação dos descobrimentos. — O cabo da Boa Esperança. — Cristóvão Colombo. — Entrada dos judeus. — Morte do príncipe D. Afonso. — D. Manuel. — Descobrimto da Índia e do Brasil. — Os conquistadores da Índia. — Fernão de Magalhães. — D. João III. — A inquisição e os jesuítas. — Decadência do nosso domínio na Índia. — D. Sebastião. — A batalha de Alcacer-Kibir. — D. Henrique, o cardeal-rei. — A sucessão do trono. — D. Antônio, prior do Crato. — Batalha de Alcântara. — Perda da independência: — Causas da decadência de Portugal.

— Estou morto por saber, porque é que chamaram a D. João II o príncipe perfeito, começou o Manuel da Idanha no domingo imediato, quando estiveram todos sentados á roda da lareira, porque, enfim, vossemecê já nos falou nuns poucos de reis de quem se não pode dizer mal: D. Diniz, por exemplo, D. João I, etc.

— Eu te digo, rapaz, é porque não houve nenhum que percebesse tão bem o seu tempo, nem soubesse tão bem como é que se governa. Era homem de cabelinho na venta, mas só dava cabo de quem lhe fazia transtornar os seus planos, era valente como os que o são, mas, depois de ser rei, nunca mais foi á guerra. Calculava tudo, combinava tudo, e, como quem joga bem a bisca, sabia de cór os trunfos, e o que queria era marcar bons pontos, desse lá por onde desse. Subiu ao trono, na firme resolução de acabar com os privilégios da nobreza e do clero. Para isso, como de costume, serviu-se do povo. Chamou cortes a Évora, aí entendeu-se com os procuradores do povo para eles se queixarem dos fidalgos. Então o rei põe-se no seu lugar, e toca a deitar abaixo privilégios. Se vocês querem ver o que é berraria! O primeiro que se levantou foi o duque de Bragança, e esse então meteu-se com os castelhanos. D. João II não esteve com cerimônias, mandou-lhe cortar a cabeça. O duque de Viseu, seu próprio primo e cunhado, fez-se também chefe de conspiração. O mesmo rei deu cabo dele com uma boa punhalada, e depois foi tudo raso com o diabo do homem. Prendia uns, desterrava outros, mandava matar este, confiscava os bens àquele... um inferno.

— Então por isso é que era príncipe perfeito? perguntou a tia Margarida indignada.

— Ó mulherzinha, espere lá. Diz o provérbio: cada terra com o seu uso, cada roca com o seu fuso. Pois eu digo também: cada tempo com os seus costumes. O tempo dele não era como o nosso. Hoje matar um homem é, com razão, uma coisa por aí alem. Naquele tempo parecia a todos perfeitamente natural que se castigassem com a morte, mesmo á punhalada, todas as conspirações. Ora D. João II só escapou por milagre a muitas que houve contra ele.

Mas D. João II não era homem que se assustasse. Estreitara-se em Arzila, ao lado

do seu pai, e logo mostrara um grande esforço; na refrega de Toro, em Espanha, foi ele quem ganhou a batalha pelo seu lado, enquanto o pai a perdia pelo outro. Nas conspirações, que se faziam contra ele, mostrou sempre uma coragem por aí além, mas também não perdoava nenhuma. E tanto fez, tanto fez, que a final todas as cabeças se abaixaram, e quem ficou governando a valer e deveras foi ele.

Eu não lhes digo, rapazes, que aprovo todas aquelas crueldades, e que acho bonito que D. João II matasse sem dó nem piedade até os parentes. Conheço que era preciso ter cabelos no coração para fazer o que ele fez, mas que querem vocês? É sina que nunca se fizeram as grandes mudanças políticas sem correr muito sangue. Dizia aquele engenheiro francês, que aqui esteve em Belas na obra da água, quando às vezes se punha a conversar comigo: “João, não se faz omeleta sem se quebrar ovos.” E dizia bem. Aquilo entre D. João II e a nobreza era guerra de morte. Atiravam á cabeça; eu bem sei que era mais bonito perdoar. Mas, meus amigos, perdoar aos seus inimigos só o fez Nosso Senhor Jesus cristo, e isso bastava para que todos conhecessem que ele era Deus e não homem.

Em todo o caso, rapazes, sempre lhes quero confessar que, para gostar deveras de D. João II, preciso de desviar os olhos daquela sangueira toda, e ver o que ele fez por outro lado. Ah! que rei aquele, rapazes! Nos descobrimentos foi um segundo infante D. Henrique, porque não foi só dizer aos pilotos: “Vão vocês andando por aí abaixo, e quando toparem a Índia mandem cá um recado.” Não, senhores! Agarrou em dois judeus que eram homens de sabença, e mandou-os por terra ao Egito, para que fossem do Egito ver se topavam a Índia e se sabiam como é que se podia lá ir ter por mar. Foram estes Pedro da Covilhã e Afonso de Paiva. Ao mesmo tempo não deixara de mandar navios pela África abaixo. Um sujeito, chamado Bartolomeu Dias, tanto andou, tanto andou sempre com a terra á esquerda, até que um belo dia, por mais que tocasse á esquerda, não via senão água: “Mau, disse ele consigo, o diabo da costa virou de rumo.” Vira ele também e dá com a terra que ia para cima em vez de ir para baixo como até aí. “Eu cheguei ao fim da África, disse consigo o Bartolomeu Dias, eu passei algum cabo sem dar por isso.” E, já todo contente, queria ir seguindo para diante a ver onde iria dar consigo. Mas a marinhagem estava cansada e quis por força voltar para traz. Não houve remédio, e á volta efetivamente deram com o tal cabo que vinha a ser a ponta da África, e apanharam tantos temporais que Bartolomeu Dias chamou a esse cabo, cabo Tormentório; mas, quando chegou a Lisboa e contou a D. João II o que sucedera, este, que logo percebeu que estava dado o grande passo na descoberta da Índia, não quis para tamanha descoberta um nome de mau agouro, e mudou ao cabo Tormentório o nome em cabo da Boa Esperança, como quem diz: Agora sim, agora é que me parece que vamos por estrada direita.

Ora hão de vocês saber, rapazes, que por esta ocasião vivia em Portugal um sujeito genovês chamado Cristóvão Colombo, que era homem entendido em coisas de mar, e que se ocupava também muito de descobrimentos de terras e tal etc. Foi até por isso que ele veio para Portugal, porque isto aqui era a forja, onde, para assim dizer, se fabricavam terras novas, e todos os que se entusiasmavam com essas coisas vinham para cá assoprar aos foles. Cristóvão Colombo estivera na Madeira, ouvira falar em sinais de terra para os lados do pôr do sol, e começara a emburrar que, indo atrás do sol, havia de esbarrar com a Índia. Falou nisso a D. João II, este consultou os sábios, e os sábios desataram a rir. Colombo então foi-se embora e começou a oferecer os seus serviços a quem lhe desse uma casca de noz; aceitou-os a Espanha, depois de maçar muito o pobre do homem. Cristóvão Colombo partiu seguindo sempre para o ocidente, e a final deu com uma terra povoada de selvagens, que vinha a ser nem mais nem menos do que a América, enfim um mundo inteiro muito maior que a Europa toda. Ora, tudo isso podia ter vindo para nós, e não nos fazia mal nenhum, se D. João II não cai na asneira de não acreditar no Colombo, que todos sabiam que era um homem esperto, e de lhe não querer dar dois ou três navios para tentar a sua descoberta, ele que tinha navios a rodo por esses portos todos!

— Sim! lá isso! acudiu o Manuel da Idanha coçando na cabeça. Vossemecê diz que o homem era tão espertalhão, mas essa parece-me de cabo de esquadra!

— Achas, meu palerma? Diz um provérbio: Quem adivinha vai para a casinha. E eu já te mostro que outro qualquer, no caso de D. João II, fazia o mesmo. Tu imaginas que Cristóvão Colombo chegou ao pé de D. João II e lhe disse: Saiba Vossa Alteza (que então ainda se não dava majestade aos reis) saiba Vossa Alteza que ali em frente dos Açores está um país muito rico, onde há muito ouro, e muita prata e muitos diamantes, e, se a vossa Alteza quiser, eu chego ali num instante e cá lho trago? Estás tu muito enganado. O próprio Colombo nem sabia que havia ali semelhante país. Toda a sua mania era que, sendo a terra redonda, e nisso tinha ele razão, indo uma pessoa para o ocidente, havia de dar volta e chegar ao oriente. Mas o que ele não sabia é que a terra era tão grande como lhe saiu; e, se não lhe aparece a América, o homem via-se grego, e ainda tinha de comer muito pão antes de arribar, onde ele queria ir, tanto que provavelmente não levava no porão farinha que lhe chegasse. Ora agora, pensem vocês também, rapazes, no seguinte: Havia um bom par de anos que Portugal andava a teimar em seguir pela África abaixo á procura da Índia. Teimou, teimou, até que a final chegou ao fim da África, e percebeu que a terra seguia para cima, e ia com toda a certeza parar á Índia. E é exatamente quando se consegue o que se procurava havia tanto tempo, quando se descobre o cabo da Boa Esperança, quando se tem a certeza de que se encontrou o caminho da Índia, que vem um sujeito ter com o rei de Portugal, que está todo

alegre com a descoberta, e dizer-lhe: Faça favor de apagar tudo isso, e de começar outra vez a procurar a Índia por outro lado. O rei, é claro, mandou-o pentear macacos. Ora agora confesso também que se não põe assim no meio da rua um homem como Cristóvão Colombo. Procurar a Índia pelo ocidente não impedia que se continuasse a procurar pelo caminho que até aí se seguira, e nós já tínhamos topado tanta terra que não esperávamos, que não era coisa do outro mundo que fossem mais duas caravelas a Deus e á ventura ver o que o mar dava de si.

Enfim não se fez isso; os espanhóis ficaram com a América, e começaram ao desafio conosco nisso de descobrimentos, tanto que foi necessário que o papa dividisse entre eles os novos mundos ao meio, dizendo: Para aqui descubrem os espanhóis, e para aqui descubrem os portugueses, o que fazia com que um rei de França dissesse depois: Ora sempre eu queria ver o artigo do testamento do pai Adão que deixou a terra aos espanhóis e aos portugueses!

Todos se riram, e o João da Aqualva continuou:

— Muito mais provas de juízo deu el-rei D. João II, e felizes seríamos nós se os reis que se seguiram fossem como ele. Na África, tratou de chamar a si os pretos, de os mandar batizar, mas ás boas, e de fazer por ali fortalezas para se assenhorear do comércio. Na Europa então houve uma coisa que mostra que ele sabia ser rei. Os soberanos de Espanha, todos devotos, mandaram pôr fora do seu país os judeus, que eram, como foram sempre, uma raça trabalhadeira e esperta, que se enriquecia e ia enriquecendo a terra onde vivia. Mas a rainha de Espanha, lá por beatérios tolos, não os quis consentir no seu reino, e intimou-lhes mandado de despejo. Sempre quero que vocês me digam porquê? Porque tinham crucificado Jesus cristo? Mas isso foram uns malandrins de Jerusalém, e nem os filhos tinham culpa do que os pais fizeram, e até os pais de muitos deles talvez nem em Jerusalém estivessem nesse tempo. Porque não acreditavam na religião cristã? O pior era para eles. Pois se não se pode salvar quem não for cristão, no outro mundo torceriam a orelha, e não era necessário já neste mundo ir-lhes torcendo pescoço. Porque não comiam toucinho? Tanto melhor para os bons cristãos, que sempre ficava mais barata a carne de porco. Mas fossem lá dizer estas coisas naquele tempo aos reis católicos! Corria uma pessoa risco de ir parar a uma fogueira. D. João II riu-se da devoção dos vizinhos, recebeu os judeus na sua terra, e tirou proveito do caso, obrigando-os, em troca do asilo que lhes dava, a pagar-lhe um bom tributo. Eles estavam com a corda na garganta, pagaram com língua de palmo, ainda que isso lhes havia de custar, porque sempre foram sovinas. Mas, como diz o outro, para judeu, judeu e meio.

— Olhe lá, ó Sr. João de Aqualva, e então quem diz que a inquisição cá em Portugal

queimava os judeus? perguntou o Manuel da Idanha.

— Lá chegaremos, Sr. Manuel da Idanha, lá chegaremos. Não há só muitas Marias na terra, há também muitos Joões, e nós então tivemos seis, cada um do seu feitio.

Tudo se paga, meus amigos, e um homem pode ser príncipe perfeito; quando ultraja a lei de Deus, derramando o sangue dos seus irmãos, há de o pagar com os que também são sangue às vezes. Tinha D. João II um filho chamado Afonso, a quem queria como às meninas dos seus olhos. Casara com a filha dos reis de Espanha, e as festas com que se celebrou o casamento tinham sido das mais pomposas. Morreu, e morreu de um desastre. Quem pôde imaginar a dor daquele pai! Chorou esse homem de ferro, que tantas também fizera derramar, chorou de sangue, do sangue do seu coração, e, lá nas horas mortas da noite, quando estivesse sozinho a pensar no filho, havia de ver muitas vezes os espantos daqueles que matara sem ter piedade da orfandade dos seus filhos, como Deus não tivera também compaixão da orfandade da sua alma. Morreu quatro anos depois, em 1495, sem poder deixar a coroa a um filho seu, porque debalde quisera legitimar um bastardo que tinha, e assim, altos juízos de Deus! quem lhe havia de suceder, e não é só isso, quem havia de colher para si a glória de realizar a conquista da Índia, que D. João II tão cuidadosamente preparava? Um irmão daquele duque de Viseu, que ele assassinara, D. Manuel, o Afortunado.

Afortunado ou Venturoso lhe chamou a história, e com razão, porque não teve senão bamburrice, o que não quer dizer que fosse um palerma, e que não tivesse mesmo bastante tino, mas fazia tanta diferença de D. João II como uma laranjeira de um carvalho. Encontrou a papinha feita. Estavam preparados os navios para a descoberta da Índia, pôs á frente deles Vasco da Gama, e em 1497 chegava Vasco da Gama á Índia, que era o país mais rico desse tempo. Mandou atrás dele Pedro Álvares Cabral, este chega-se mais para o ocidente do que devia ser, e esbarra com o Brasil em 1500; bom! Põe ambos de parte, que lá ingrato como aquele não havia nenhum, e manda para a Índia uma esquadra, onde ia Duarte Pacheco, homem que parece mesmo um daqueles sujeitos da antiguidade, que eram meios homens, meios deuses, e de quem se contam muitas patranhas, que foram excedidas pelas verdades deste nosso patrício. Querem vocês saber? Na Índia havia muitos reis, como ainda hoje há, apesar que estão agora todos sujeitos aos ingleses. Vasco da Gama tinha chegado a uma terra chamada Calecute, onde residiam muitos mouros, que eram quem fazia nesse tempo o negócio todo da Índia. Viram a bolsa em perigo, e não descansaram enquanto não puseram ao rei de Calecute de mal com os portugueses. Palavra puxa palavra, ele matou-nos um homem, apanhou uma lição mestra, e de vingança em vingança ficamos inimigos para sempre. Mas havia outro rei, o rei de Cochim, que era e foi sempre nosso amigo. Daí, barulho entre os

dois. Como o rei de Calecute era muito mais poderoso, esperou que não estivessem lá navios nossos, e, sabendo que tinha ficado apenas Duarte Pacheco e mais uns cinquenta portugueses, disse consigo: “Agora é que tu mas pagas.” E arranhou um exército forte, e marchou contra o pobre rei, nosso amigo. Os soldados de Cochim tinham medo que se pelavam, e fugiam que era um louvar a Deus; mas Duarte Pacheco, mais os seus cinquenta homens, com a sua habilidade e a sua valentia, conseguiu tomar o passo ao de Calecute, e dar-lhe tarefas monumentais. Ó rapazes, pois uma pessoa não se há de ás vezes ufanar de ser português? Quando é que se viu uma coisa assim? Meia dúzia de gatos bastaram para dar cabo de exércitos imensos! Eu bem sei que era a disciplina, que eram as armas, que era também a fraqueza daqueles bananas, que o sol da Índia faz uns molengas, mas era necessário que fossem de aço e de ferro, em vez de ser de carne e osso, esses valentes que assim viam, sem descorar, marchar contra eles um exército formidável! Era necessário que se tivessem disposto a morrer para não deixarem que fosse pisada aos pés a bandeira de Portugal! E, a final de contas, por muito moles que os outros fossem, sempre eram mil contra um, e, com certeza, nenhum dos nossos pensava que sairia com vida de semelhante combate. Depois ações dessas eram mais fáceis, não só porque os nossos já tinham tomado confiança em si, e sentiam-se capazes de levar aos pontapés quantos índios tivesse na Índia, mas também porque eles tinham-nos tomado medo; mas isso tudo a quem o devemos senão a Duarte Pacheco? Pois, meus amigos, imaginam vocês que Duarte Pacheco foi feito governador da Índia, ou teve algum título, ou alguma recompensa grande? Qual carapuça! D. Manuel nem mais pensou nele, e era tão feliz que logo encontrou para ser primeiro vice-rei da Índia um homem como D. Francisco de Almeida, que em toda a parte do mundo seria digno de exercer os primeiros lugares.

Com efeito, D. Manuel, que primeiro quisera apenas que os seus navios viessem carregados de mercadorias da Índia, que depois cá se vendiam na Europa, entendeu que devia tomar raízes, e encarregou D. Francisco de Almeida de governar os portugueses que por lá estivessem, fundando ao mesmo tempo fortalezas. D. Francisco de Almeida entendia, porém, e não deixava de ter razão, que Portugal era um país muito pequeno para estar assim a mandar soldados para a Índia, e o que ele queria era ser senhor do mar para que ninguém mais ali pudesse fazer negócio. Enquanto só teve os índios pela proa iam as coisas bem, mas os turcos, que viam diminuir os seus rendimentos com o novo caminho das Índias, começaram a meter-se na dança, e os turcos não eram tropa fandanga, eram gente de quem tremia a Europa. Também, quando se encontraram primeiro com os portugueses, levaram a melhor e até mataram um filho de D. Francisco de Almeida, que o vice-rei adorava. Foi a sua perdição, porque D. Francisco de Almeida não descansou enquanto não vingou a morte do seu estremecido

Lourenço. Os turcos levaram uma sova de primeira qualidade, e na Índia ficou-se sabendo de uma vez para sempre que casta de homens eram os portugueses.

Pois, rapazes, parecia que desta vez D. Manuel se daria por muito feliz em ter no Oriente um homem como D. Francisco de Almeida, que tinha posto os índios a pão e laranja, e dado uma esfrega tal nos turcos que se não atreveram por muito tempo a tornar á Índia. Enganam-se. Apenas acabou o seu tempo, foi chamado a Portugal, e naturalmente el-rei nem pensaria mais nele, ainda que não tivesse morrido no caminho. Mas continuava a ser tão feliz que encontrou, para substituir D. Francisco de Almeida, um homem que ainda valia mais do que ele, porque era o grande Afonso de Albuquerque. Ah! meus amigos, aparecem de vez em quando no mundo uns homens, que são capazes de revolver a terra, como os Napoleões e outros assim, Afonso de Albuquerque foi um desses.

A respeito das coisas da Índia não pensava como D. Francisco de Almeida, mas não era porque visse as coisas de outro modo, era porque achara maneira de as concertar. Sim, ele bem sabia que Portugal não podia estar a encher a Índia de soldados, mas o que ele queria era que os Índios se misturassem com os portugueses, e, para o conseguir, ao passo que era cruel com os mouros, com os índios era tão bom e tão justo que, depois da sua morte, iam eles rezar ao seu tumulo, como quem vai rezar ao tumulo de um santo. Escolheu ele três pontos, em que estabeleceu, para assim dizer, os seus quartéis gerais, e todos muito bem escolhidos: Ormuz, ao pé da Pérsia; Goa, no meio da Índia; Malaca, para os lados da China e das ilhas a que se chamava das Especiarias ou das Molucas. Primeiro tomou Goa, depois Malaca que tinha dente de coelho, porque os malaaios são levadinhos da breca, depois Ormuz, e, quando acabou de fazer tudo isto, estava já demitido, e sabendo que ia ser nomeado para o seu lugar o seu pior inimigo! Morreu com esse desgosto.

Também dessa vez tinha-se acabado o fornecimento de grandes homens, e os dois últimos governadores da Índia, no tempo de D. Manuel, não foram lá grande coisa, mas também não estragaram nada. Aquilo então ia num sino. Os portugueses espalhavam-se por toda a parte, de um lado chegavam á China, do outro á Pérsia, do outro ás Molucas, do outro a Cambaia. Tinham fortalezas por toda a parte; eles recebiam a boa canela de Ceilão, o bom cravo das Molucas, a boa pimenta da Índia, os bons cavalos da Pérsia, as sedas da China, o incenso da Arabia, os diamantes de Golconda, e traziam estas riquezas todas para a Europa e vinham aqui a Lisboa, que estava sempre cheia de navios, os holandeses e os ingleses comprar tudo isto para o vender por esse mundo. Do Brasil não se fazia caso porque nem valia a pena; na África sempre se iam tomando praças, que era para naquelas constantes guerras com os mouros se exercitar a fidalguia, que depois fazia o diabo a quatro na Índia.

enfim, quando D. Manuel mandou ao papa uma embaixada com presentes vindos de todas as suas conquistas, Roma ficou embasbacada, e não se falava em todo esse mundo senão na grandeza de Portugal. Bons tempos, meus amigos, mas que duraram pouco!

No reino, D. Manuel logo mostrou que, se não era tolo, também não tinha o entendimento de D. João II. Pôs fora os judeus; é verdade que depois, quando em Lisboa o povo fez uma matança nos que tinham ficado a título de se terem convertido, mostrou-se muito zangado e castigou a cidade. Grande não foi ele, mas viu-se cercado de gente que o fez grande, e teve a esperteza de os saber conhecer. Depois, punha-os de parte com a maior facilidade, mas atinava com eles; só não percebeu o que podia esperar de Fernão de Magalhães, que, zangando-se com uma picardia que lhe fez, passou para Espanha, e assim nos deixou ficar sem a glória de termos sido nós os primeiros que deram volta ao mundo, como fizeram os espanhóis comandados pelo tal Fernão de Magalhães, porque isso, naquele tempo, não havia por esses mares uma onda que não marulhasse em português...

— Em português porquê? perguntou o Francisco Artilheiro. Eu nunca percebi o que elas diziam.

— Então é que têm a cabeça tão dura como tu, porque foi sempre o português a primeira língua que ouviram, e até lá para a terra dos bacalhaus, para o norte, onde faz um frio de rachar, lá mesmo foi Gaspar Corte-real que primeiro descobriu a Terra Nova. enfim, meus amigos, depois de ter casado três vezes, e sempre com princesas espanholas, morreu em 1521 el-rei D. Manuel, e, verdade, verdade, com ele se pode dizer que morreu a grandeza de Portugal.

Sucedeu-lhe o filho D. João III, que era o beato mais beato que tem vindo a este mundo. D. Manuel já lá tinha as suas manias, mas, como eu lhes contei, quando os de Lisboa desataram a matar os judeus, ou antes os cristãos novos, deu-lhes com o basta. D. João III, esse, não descansou enquanto não meteu em Portugal a inquisição. O papa não queria, fazia-se rogado, e D. João III é que insistiu com ele para apanhar essa prenda. Chegou a gastar rios de dinheiro para o conseguir!! Ora, realmente, meter cá um tribunal que, apenas um sujeito se esquecia de ir á missa, ferrava com ele na cadeia, quando não era na fogueira, só lembrava a D. João III. Até os estrangeiros fugiam, e então o resto dos judeus, que ainda por cá havia, e que por amor á nossa terra se tinham feito cristãos, com medo da inquisição, se foram safando logo que puderam. E, não contente com isso, introduziu também a companhia de Jesus, que era uma ordem nova de frades mais disciplinados que um regimento, e que tinham jurado ser eles que tinham de governar o mundo. Ora, lá para pregar aos hereges, e aos gentios da Índia, e aos selvagens do Brasil, eram

muito bons, porque não recuavam nem diante da morte, e houve jesuítas, como S. Francisco Xavier, que não ficaram a dever nada aos doze apóstolos; mas em Portugal metiam-se em toda a parte: eles ensinavam, eles confessavam, e estou em dizer que não podia ser bom. Eu não sou contra os padres, nem contra a religião, pelo contrário, mas também não se hão de meter em tudo. Ora vejam vocês como havia de viver um dos nossos avós desses tempos! Os jesuítas a apertarem-lhe o freio, e ao mais pequeno desmando, zás, fogueira da inquisição com ele. Até se fizeram macambúzios os pobres homens, que eram até aí gente alegre. Não se podia escrever coisa nenhuma, que não viessem logo os jesuítas: Corte-se isto porque parece contra a religião, não se represente aquilo porque se faz troça a um frade, e porque torna e porque deixa. O que é certo, meu amigos, é que, enquanto lá por fora se andava para diante, e se faziam invenções, e se estudava, nós não passávamos da cepa torta, e o mal que isso fez vão vocês vê-lo.

Na Índia parecia que ia tudo muito bem, mas via-se que não podia durar muito. Valentes eram os nossos, mas, em vez de fazerem o que Albuquerque queria, em vez de acomodarem os Índios, e de se porem ás boas com eles, não senhor, faziam crueldades que era uma coisa por demais, e o que queriam era apanhar dinheiro. Passavam o tempo, ora em guerra com o rei de Calecute, ora com o rei de Cambaia, ora com o rei de Achem, ora com o rei de Bintam, ora com o rei de Kandi, ora com todos ao mesmo tempo. Isto não era vida. Obravam prodígios de valor, isso é verdade, como por exemplo nos dois cercos de Diu, em que Antônio da Silveira e D. João de Mascarenhas se defenderam de um modo maravilhoso, mas, á força de dar cutiladas, o braço ia cansando, e o país estava esfalfado. Não havia nem um instante de sossego. Se aparecia um governador como D. João de Castro, o da Penha Verde de Sintra, que era honradíssimo e justiceiro, os outros não pensavam senão em roubar. Já se pegavam uns com os outros, como fez Lopo Vaz de Sampaio com Pedro Mascarenhas, e quando D. João III, o Piedoso, como lhe chamaram os frades, morreu em 1557, todos previam que isto ia para baixo. O filho mais velho de D. João III morrera ainda em vida do pai, e quem lhe sucedeu foi um neto, criança de cinco anos, que tinha o nome de D. Sebastião. Ficou regente a avó, senhora de bastante juízo, que governou bem, mas que em 1562 teve de ceder a regência ao cunhado, o cardeal D. Henrique, todo dominado pelos jesuítas, e que cercou de padres o príncipe. O que resultou daí? Resultou que D. Sebastião, que gostava de guerras e batalhas, fez-se ao mesmo tempo beato. Parecia um daqueles antigos frades militares, que tinham concorrido tanto para expulsar os mouros de Portugal. Não quis casar, e até fugia das mulheres. Não pensava senão em dar cabo dos mouros. Ora, se nós que já tínhamos tanto trabalho para nos sustentarmos na Índia, que fôramos obrigados a largar umas poucas de praças na África, que tínhamos precisado de um grande esforço para salvar Mazagão, cercada pelos mouros, nos metíamos em grandes guerras com eles, aonde iria isto parar! Pois foi

o que sucedeu. Na Índia o trabalho era cada vez maior; um governador, chamado D. Constantino de Bragança, parente da casa real, fizera por lá grandes coisas, mas pouco tempo depois juntavam-se quase todos os reis da Índia e vinham sobre nós. O que nos valeu foi termos um novo Afonso de Albuquerque, um general de mão cheia, D. Luiz de Ataíde, que a tudo acudiu e tudo salvou; mas vocês bem veem que isto não podia continuar assim. Quando as coisas estavam neste bonito estado, quando nós tínhamos às costas a Índia, o Brasil para que D. João III começara a olhar, onde precisávamos de nos defender contra os aventureiros franceses que achavam a terra ao seu gosto, de que se há de lembrar el-rei D. Sebastião? De ir conquistar Marrocos! Eu já tenho ouvido dizer que mais valia termos conquistado Marrocos, que nos ficava á porta, do que irmos á Índia que ficava tão longe. Pois sim, mas o que era necessário era escolher. Ou uma coisa ou outra. Mas D. Sebastião, com aquela embrulhada, que ele tinha na cabeça, de ideias religiosas e de ideias guerreiras, não atendia a coisa nenhuma, nem fazia cálculos nenhuns. O que ele queria era dar lambada nos mouros, e, apesar dos conselhos de toda a gente, levanta um pequeno exército, e para o levantar custou-lhe, porque já não havia braços no país... coa breca, que eles não chegavam para tudo! e abala-se para a África a pretexto de ir socorrer um príncipe mouro que tinha sido expulso do trono pelo seu tio!

Ah! meus amigos, aquilo era mesmo um doido que ali ia. A gente gosta de ver um rapaz que tem o sangue na guelra, e que se atira para diante, embora faça asneira, mas é que D. Sebastião estava perfeitamente maluco. Era maluquice a empresa, foi maluquice o modo como a preparou, foi maluquice o modo como a dirigiu. Parecia que Deus, por umas poucas de vezes, o quisera salvar, e ele sempre a atirar consigo de cabeça para baixo. enfim, no dia 4 de agosto de 1578, deu-se a batalha á moda de seiscentos diabos, porque nem houve comando, nem houve nada. D. Sebastião atirou-se aos mouros e não quis saber de exército, nem de coisa nenhuma. Enquanto pôde dar cutilada, deu. A flor da fidalguia portuguesa ali morreu, a que não morreu ficou prisioneira. Os soldados fugiram, uns por aqui outros por ali, e, quando a noticia chegou ao reino, imaginem que aflição! Não se perdera só um rei, perdera-se a coroa, porque não havia herdeiros, e quem subiu ao trono foi o velho cardeal D. Henrique, tio avô do falecido, que nunca fora esperto e que estava então meio apatetado. Ainda houve quem dissesse que D. Sebastião não morrera, porque ninguém o vira cair morto, e o cadáver que apareceu, e que se disse que era dele, estava tão desfigurado que se não podia conhecer. Assim lá ficou D. Henrique a governar, mas para que? Todos sabiam que a coroa era herança que não tardava. Quem a havia de apanhar? Quem tinha direito verdadeiro era a duquesa de Bragança, por ser filha de um irmão de D. João III, D. Duarte; quem era mais simpático ao povo era D. Antônio, filho bastardo de outro irmão de D. João III, D. Luiz; quem tinha mais força era D. Filipe II, rei de Espanha, filho de uma irmã de D.

João III, D. Isabel. Ainda havia outros que se diziam herdeiros, mas entre aqueles três é que a luta era séria. Ferviam as intrigas. D. Filipe tinha em Portugal um embaixador, e até por sinal era português, D. Cristóvão de Moura, que comprava todos quantos se queriam vender, e bem parvos eram os que não iam ao mercado. As cortes, chamadas por D. Henrique para decidir a questão, estavam já tão pouco costumadas a meter o seu bedelho nessas questões, que disseram ao rei que decidisse como quisesse, apesar de berrar muito contra isso um português às direitas, procurador de Lisboa, e que se chamava Febo Moniz. O rei não decidiu coisa alguma. Morreu em 1580, e deixou o quartel general em Abrantes, tudo como dantes. Nomeou governadores do reino uns sujeitos que se tinham já vendido aos espanhóis, e que decerto iam escolher D. Filipe II. Mas, como se demorassem, este não esteve para os aturar, e mandou-nos cá um exército comandado pelo duque de Alba. Vendo os espanhóis, o povo virou-se para D. Antônio, prior do Crato e bastardo do infante D. Luiz, e aclamou-o rei. Valente era ele, mas não era mais nada. Quis resistir aos espanhóis com um punhado de gente que nunca pegara em armas. Batido em Alcântara, às portas de Lisboa, depois de algumas horas de combate, fugiu para o Minho, por onde andou escondido, até que pôde safar-se para o estrangeiro. Filipe II entrou sossegadamente em Lisboa, e era uma vez a independência de Portugal.

— O quê! Estávamos espanhóis? perguntou furioso o Bartolomeu.

— Estávamos espanhóis, sim, meu amigo, e eu te vou explicar como é que tínhamos chegado a isso em tão pouco tempo. Em primeiro lugar, creio que já sabem que D. João II abaixara a proa de todo á nobreza, e daí por diante os fidalgos ficaram sendo simplesmente criados do paço. O povo ajudara o rei a fazer essa obra necessária, mas o rei, apenas se viu servido, deu-lhe para baixo, e el-rei D. Manuel começou a dizer que os forais, que eram as leis porque se governavam os concelhos, não estavam muito claros, e para os aclarar, reformou-os, quer dizer, deu cabo deles. Em cortes já se não falava senão de longe a longe. Dantes, pelo menos, para se lançarem tributos novos, sempre se reuniam as cortes. D. Manuel não quis que elas se incomodassem por tão pouco, e, para lhes poupar trabalho, começou ele a deitar os tributos pela sua conta. Ora isto é muito bom, enquanto as coisas vão correndo bem. O rei tem ali o seu povo manso como um leão domesticado, com as unhas cortadas e os dentes limados, mas, quando vem as ocasiões, o povo mete o rabinho nas pernas e não tuge nem muge. Para mais ajuda, a inquisição concorria para terem todos pouca vontade de se mexer. Os jesuítas, que tanto podiam fazer pela influência que possuíam, não se importaram para nada com isso. Frades como eles eram, muito ligados entre si, e muito escravos do seu geral que estava em Roma, não tinham pátria, a sua pátria era a Companhia. Depois, vocês bem veem que o reino não podia deixar de estar sem

forças. Era um sair de gente todos os anos para a África, para a Índia, para o Brasil, que era uma coisa por demais. No meio de tantas riquezas o país achava-se pobre. Havia muita gente rica e vadia, mas não havia lavoura, não havia fabricas, não havia nada, o dinheiro entrava por um lado para sair pelo outro. Demais a mais tudo era pândega rasgada. Os portugueses vinham do Oriente descansar das suas fadigas. Tinham escravos para o serviço, passavam os dias na amante vadiagem. Não há coisa que mais deite a perder os homens. Por isso D. Filipe e o seu embaixador Cristóvão de Moura encontraram tudo podre.

Hão de vocês dizer: Pois então, só porque um rei morreu, e só porque se perdeu um exército, que não era grande coisa, perdeu-se Portugal? É assim mesmo. Faltou o rei, faltou tudo, porque o povo nem já sabia de si, e as cortes, quando não havia quem mandasse alguma coisa, nem sabiam o que tinham de fazer. Soldados portugueses, os bons, estavam na Índia, e não bastavam; os que tinham voltado não pensavam senão na pândega. Tudo estava aluído na nação portuguesa, veio o empurrão de Alcacer-Kibir, foi tudo abaixo, e eu, meus amigos, não vou para baixo, vou para cima que são horas de me ir chegando ao pouso. Domingo continuaremos, porque já agora havemos de acabar, que lá dizer que eu tenho muita vontade de lhes contar a história do que se passou no tempo dos Filipes, isso não tenho. Então é que Portugal perdeu a esperança de se levantar.

SÉTIMO SERÃO

Portugal durante o domínio espanhol. — Filipe I. — Os falsos D. Sebastião. — Últimos esforços do prior do Crato. — Os ingleses e holandeses no ultramar. — A invencível armada. — D. Filipe II. — Perda e restauração da Baía. — Filipe III. — O conde-duque de Olivares e os privilégios das províncias. — Perda de Pernambuco. — Tumultos de Évora. — O duque de Bragança. — A conspiração dos fidalgos. — Revolução de 1 de dezembro de 1640.

— Meus amigos, disse o João da Aqualva no domingo imediato, demorei-me e o resultado foi apanhar uma constipação, que ainda mal me deixa falar. Não quis contudo deixar de vir para se não perder este bom costume dos domingos, mas pouco tempo me demoro, e não farei mais do que contar-lhes a história do que passou Portugal com o domínio dos espanhóis.

Se nós ao menos tivéssemos passado para uma nação forte, com vida e com sangue, alguma coisa lucraríamos, mas a Espanha estava pior do que nós. Parecia muito poderosa por fora, mas só havia podridão lá dentro. Depois andava em guerra com a Europa toda, e nessa guerra nos embrulhou para nossa desgraça.

Apesar dos pesares, não pensem vocês que tudo foram rosas para o nosso rei Filipe I, que era em Espanha Filipe II. Ele veio com pezinhos de lã, prometeu respeitar as liberdades portuguesas, nunca nos dar por governadores senão portugueses ou príncipes da família real, jurou quanto quiseram, mas o povo não andava satisfeito, e, como não tinha a quem se encostar, pensava em D. Sebastião, o Desejado, como lhe chamam. Assim que aparecia um homem que tinha alguma parecença com o rei falecido, diziam logo que era ele, de forma que os espanhóis estavam sempre em sobressalto. Por isso o rei de Penamacor e o rei da Ericeira, uns pobres homens que o povo embirrou em querer que fosse cada um deles D. Sebastião, e que tomaram o caso a serio, provocaram os seus tumultos, sendo os da Ericeira um pouquinho graves. Passados tempos, ainda apareceram lá fora, em Espanha e em Itália, dois homens que diziam ser D. Sebastião, e que lograram muita gente, mas esses eram verdadeiros intrujões que nem mesmo pensavam senão em comer á barba-longa, á custa dos fregueses. O tal amor ao D. Sebastião foi-se pegando a ponto que começou a formar-se uma seita que ainda há pouco tempo durava, a seita dos sebastianistas, que acreditavam que D. Sebastião havia de aparecer num dia de nevoeiro para governar em Portugal. Eu ainda conheci um sebastianista.

— E eu também, acudiu o Bartolomeu.

— Já veem que não minto. Mas desse D. Sebastião não há de vir mal ao mundo, nem bem que é o pior. D. Antônio também trabalhava pela sua banda, e, como a ilha Terceira o aclamara rei, foi-se lá meter e arranjou socorro de França, mas os espanhóis bateram a esquadra francesa, e tomaram a ilha. Depois arranjou socorros da rainha de Inglaterra, que mandou uma esquadra a Lisboa, mas os ingleses foram repelidos, e D. Antônio, descoroçoado de todo, foi morrer a Paris em 1595.

Mas querem vocês ver o que nós ganhamos com o estar juntos á Espanha? Foi termos á perna os ingleses e os holandeses, que começaram a sacudir-nos da Índia, e que então aos nossos navios faziam guerra mortal. Ia tudo pela água abaixo, e, para mais desventura, Filipe lembra-se de mandar contra a Inglaterra uma esquadra imensa, a que chamou “a invencível armada”, e que saiu do porto de Lisboa. A armada perdeu-se e lá se foram os nossos melhores navios. Filipe morria em 1598, e sucedia-lhe Filipe II aqui e III em Espanha. Se as coisas tinham ido mal até aí, então foram pior. A Espanha ia a Deus e á ventura, e nós atrás dela. O governo espanhol, que mal cuidava de si, não cuidava nada de nós. Os ingleses e os holandeses tomavam-nos quase tudo o que tínhamos na Índia, e estes últimos também se metiam no Brasil conosco. Grandes façanhas ainda se faziam, é verdade, e da Baía, por exemplo, foram os holandeses expulsos, mas, quando Filipe II morreu em 1621, já o nosso poder não era nem a sombra do que tinha sido.

Sucedeu-lhe Filipe III, e esse tinha um primeiro ministro chamado conde-duque de Olivares, que imaginou que havia de acabar com os privilégios das províncias, principalmente com os de Portugal. Não pensava noutra coisa, de forma que deixava ir as colônias, e no Brasil já os holandeses tinham tomado raízes, e estavam senhores de Pernambuco. Mas os portugueses começaram a achar a brincadeira pesada e a refilar ao Olivares. Em 1637 rebentou uma revolta em Évora, foi logo apagada, mas com muito sangue. Pior para o caso. Os fidalgos, que andavam também danados, começaram a conversar com o duque de Bragança, D. João, e a apalpá-lo para ver se ele queria a coroa. O duque não dizia nem que sim, nem que não. Mas nisto a Catalunha, que também não perdoava ao Olivares a semcerimônia com que ele lhe queria tirar os seus antigos privilégios, revolta-se. Boa ocasião! Os fidalgos, em Lisboa, sentiam-se cada vez mais dispostos a mandar os espanhóis para o diabo. O Olivares não fazia senão desesperá-los e atirá-los. Tinha-lhes dado por governador a duquesa de Mântua, e para secretário do governo um português, Miguel de Vasconcelos, que era mais danado contra os seus patrícios do que se fosse espanhol. Enquanto deixava perder as colônias portuguesas, Olivares levava os nossos fidalgos e os nossos soldados para as guerras de Flandres e da Catalunha. Lembra-se enfim de dar ordem ao duque de Bragança para que vá para Madrid. Então é que já se não podia estar com panos quentes. Os fidalgos dizem ao duque de Bragança: Ou aceita a coroa, ou nós pomo-nos em república. O duque, a final, disse que sim. Com a breca! aquilo foi um momento. Era um punhado de homens, os que andavam assim a conspirar; eles não sabiam se podiam contar com o povo, nem se não podiam, conspiravam ás claras, que parece que em Lisboa todos sabiam da conspiração menos os espanhóis; reuniam-se umas vezes em casa de João Pinto Ribeiro, outras vezes em casa de D. Antão de Almada, no jardim. No dia 1 de dezembro de 1640 saem todos para o meio da rua. Eram quarenta, pouco mais ou menos. Chegam ao paço, matam o Miguel de Vasconcelos, agarram na duquesa de Mântua e fecham-na á chave, desarmam a guarda, abrem as janelas, e dizem a quem ia passando: Viva o duque de Bragança, rei de Portugal! viva o Sr. D. João IV! O povo diz-lhes cá de baixo: Viva! e viva, e viva! e eram uma vez os espanhóis, e daí a pedaço estava tudo tão sossegado como se não tivesse havido coisa nenhuma, e os espanhóis tinham desaparecido; e aqui têm vocês como se faz uma revolução quando ela está na vontade de todos. Digo-lhes, rapazes, que este dia 1 de dezembro consola uma pessoa. Parecia que o país não tinha feito senão acordar de um pesadelo. Aquilo foi só saltar da cama abaixo, e ele aí estava de pé, todo pimpão como em outros tempos. E sabem vocês porque isto foi? É porque as nações são como as espadas, onde enrijam é na bigorna.

OITAVO SERÃO

Unanimidade da revolução. — Preparativos de resistência. — Organização militar do país. — As alianças. — Relações de Portugal com a Holanda. — Restauração de Pernambuco e de Angola, e perda de Ceilão. — Conspirações contra D. João IV. — Guerra da Restauração. — Batalhas de Montijo e de Telena. — D. Afonso VI. — A sua educação e a sua índole. — Regência da rainha D. Luiza. — Antônio Conti. — O conde de Castelo Melhor. — Continuação da guerra. — Cerco de Badajoz. — Batalha das Linhas de Elvas. — Paz entre a Espanha e a França. — Campanhas de D. João de Áustria. — Schomberg. — Vitórias do Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros. — Planos do conde de Castelo Melhor. — Intrigas do Paço. — Casamento, destronamento e divórcio vergonhoso de D. Afonso VI. — Regência do infante D. Pedro. — Casamento com a cunhada. — Tratado de Metwen. — Guerra da sucessão de Espanha. — D. João V. — As minas do Brasil. — Desperdícios, beatério e imoralidades.

— Meus amigos, começou no outro domingo o João da Aqualva, e já ninguém o interrompia, tal era o interesse com que todos seguiam a sua narrativa; o que sucedeu na capital, sucedeu no reino todo. Aquilo foi chegar a notícia do que se passava em Lisboa, e de um momento para o outro desapareciam os espanhóis, e tornava tudo a ser Portugal. Pouparamos-lhes muita despesa em correios, porque logo souberam pelo primeiro que Lisboa se tinha revoltado, que tinha vencido, que reinava em Portugal D. João IV, e que a Espanha, do Minho para baixo e do Caia para o ocidente, já não possuía nem um palmo de terra. Querem vocês saber como o conde-duque de Olivares deu a notícia ao patrão? Foi desta maneira: — Dou os parabéns a Vossa Majestade; acabam de lhe entrar uns poucos de milhões no bolso. — Como assim? perguntou o rei que estava a jogar, e que não desgostaria de que lhe saísse dessa maneira a sorte grande de Espanha. — Porque o duque de Bragança, tornou o ministro, acaba de se revoltar, e de se fazer rei de Portugal, e, como temos de lhe tirar os bens e de lhe cortar a cabeça, fica Vossa Majestade mais rico. O rei não gostou muito desse modo de enriquecer, e ainda olhou para os parceiros a ver se algum lhe dava quatro vinténs pela herança. Nenhum caiu nessa.

Isso era muito bom, mas Portugal é que não vivia de cantigas. A Espanha era então ainda maior do que hoje é, e, se ela nos caísse em cima, estávamos prontos. De que precisávamos nós? De dinheiro, de soldados e de alianças. Tratou-se logo de tudo. Dinheiro votaram as cortes quanto se quis; para arranjar soldados fez-se uma obra fina que nunca ninguém até aí tinha feito, e que foi pôr toda a gente em armas. E como? dividiu-se o reino em três linhas; a primeira de soldados, que se chamavam pagos, a segunda de milicianos, e a terceira, que era a dos velhotes, de ordenanças. Uns iam á guerra, os outros ajudavam-nos em sendo preciso, saindo, o menos que pudesse ser, dos seus sítios, e finalmente os últimos defendiam as suas terras, porque isso, atrás de um muro, todos fazem figura. Digo-lhes, rapazes, que

aquilo é que foi uma ideia, e olhem que não nos serviu só então, também na guerra da península foi o que nos valeu, e, aqui para nós, não me parece que fizessem muito bem em deitar abaixo aquela história. Estava já tudo costumado, e quando vinha uma guerra, saltava toda a gente para o meio da rua; e olhem que isto de estar um homem dentro de casa, de espingarda na mão, dá que fazer aos mais pintados. E logo se viu.

Enquanto a alianças também não faltaram; é verdade que não serviram de muito, porque cada um cuidava de si. A França, pronta, o que ela queria era abaixar a proa á Espanha, mas, como também lá andava em guerra com os espanhóis, o mais que fez foi consentir que arranjassemos oficiais franceses pelo nosso dinheiro; a Inglaterra, a mesma coisa, muita festa para a festa, mas andava embrulhada em guerras civis, não mandou para cá nem um navio. Então a Holanda ainda foi pior, isso... recebeu o nosso embaixador de braços abertos, pôs luminárias, achou que tínhamos feito muito bem, mas, quando o embaixador lhe disse: “Então agora que estamos amigos, venham para cá as nossas colônias, que são nossas e não dos espanhóis”, a Holanda exclamou: “As colônias! ah! sim! nós somos tão amigos delas! Estão já acostumadas conosco! até tínhamos pena de as deixar”. E acrescentava o embaixador: “Mas então, cos diabos, ao menos não nos tomem mais nenhuma”. — “Não tomamos, dizia a Holanda, isso nunca. Ora agora sabem vocês? as colônias são como as cerejas. O caso é apanhar uma”. Ah! ele é isso! disseram os portugueses consigo, pois então vamos a elas. E, zás, rebenta uma revolta em Pernambuco, e os brasileiros a berrarem: Viva D. João IV! A Holanda chamou o nosso embaixador: “Então que diabo é isso? nós somos amigos e fazemos uma partida destas!” — “Patifes! dizia o embaixador. Aquilo é do sol! esquentam-lhes a cabeça, e dão por paus e por pedras. Mas, aqui para nós, se eles dizem: Viva D. João IV, não havemos de lhes ir dizer: Morra D. João IV! Não nos ficava bem.” — “Pois sim, mas digam-lhes que estejam quietos.” — “Pois isso dizemos nós.” E D. João IV mandava para lá armas e oficiais, e dizia-lhes: “Aí vai isso, que é para vocês estarem quietos.” E em poucos anos estávamos senhores de Pernambuco, e os holandeses na rua.

Daí a tempos, Salvador Correia de Sá ia a Angola e punha fora os holandeses que nos tinham tomado esse reino. — “Então isto que vem a ser? bradaram os holandeses, então os senhores vão de propósito do Brasil a Angola para nos sacudir!” — “Quem é que fez isso?” perguntava o embaixador. — “Salvador Correia de Sá.” — “Sim! pois estejam vocês descansados, que lhe vamos já perguntar pelo correio, que diabo de lembrança foi essa. Em vindo resposta cá lhe mandamos. E a propósito, Sr.^a Holanda, vocês tomaram-nos Ceilão?” — “Tomamos Ceilão, mas que defesa! Antônio de Sousa Coutinho defendeu-se maravilhosamente. Os nossos generais são todos acordes que nunca encontraram resistência tão desesperada!

Quando escreverem para lá, mandem os nossos parabéns ao Sr. Antônio de Sousa Coutinho e recomendações aos amigos.”

E era assim que nós estávamos com a Holanda: abraços na Europa e lambada lá por fora.

Houve só duas cortes que não quiseram nunca reconhecer a independência de Portugal; uma foi a corte de Roma que estava toda nas mãos dos espanhóis, e a outra a da Alemanha, cujo imperador era da mesma família que a do rei Filipe. E fizeram-nos transtorno: a primeira porque estávamos assim a modo excomungados, a segunda por uma patifaria que praticou o imperador, mandando prender sem mais nem menos o príncipe D. Duarte de Bragança, irmão de D. João IV, que andava por lá na guerra contra os turcos, e que tanta conta nos fazia em Portugal. Morreu na cadeia o pobre rapaz por causa de nós e da traição do tal imperador.

Em Portugal, ao princípio, tinha ido tudo bem, mas, assim que passou aquele primeiro fogo, houve muitos que começaram a pensar no caso e que disseram consigo: “Isto foi uma grande asneira. Vem aí os espanhóis e dão cabo de todos nós. O melhor é pormos as costas no seguro, e, antes que eles venham ter conosco, vamos nós ao encontro deles, que sempre apanharemos alguma coisa.” E nisto desatam a conspirar contra D. João IV. Foram castigados cruelmente. Morreram muitos com a cabeça cortada, e mais nem todos eram culpados. Mas que querem vocês? A mania de D. João IV era que o não tomariam a sério como rei em Madrid, enquanto não mandasse cortar a cabeça a alguém.

Pois em primeiro lugar visse bem a quem matava, e em segundo lugar eu sempre ouvi que os reis, quando são mais reis, é quando perdoam. E, além disso, os espanhóis quando tomaram a sério D. João IV não foi quando ele mandou cortar a cabeça a fidalgos portugueses, mas quando os soldados portugueses lhes começaram a esfregar as costas a eles.

Lá que os tais conspiradores tinham razão em estar com medo, isso tinham, porque parecia mesmo impossível que Portugal resistisse. Também o que nos valeu foi a asneira dos espanhóis, que nos primeiros dois anos não fizeram senão dar um rebate falso a uma praça, atacar outra, escaramuçar aqui, disparar uns tiros além. Parecia que estavam incumbidos por D. João IV de fazer andar os nossos soldados na recruta. Em 1644 é que, pela primeira vez, fizeram assim movimento mais serio, mas já tínhamos então soldados velhos, comandados por um bom general, Matias de Albuquerque, e os amigos espanhóis levaram a primeira sova mesmo lá na sua terra, em Montijo; em 1646 nova batalha em Telená, mas nessa perdemos nós mais do que lucrámos, ainda que os espanhóis com isso nada ganharam também,

porque voltaram á costumeira antiga. Enfim, para encurtar razões, quando D. João IV morreu, em 1656, estávamos havia dezesseis anos naquela brincadeira, hoje íamos nós á Espanha e apanhávamos gado, amanhã vinham eles cá e levavam-nos o nosso. Mas quem lucrava com isso? Éramos nós, porque os nossos milicianos, e as nossas ordenanças iam-se costumando á guerra, e cada vez este bocadinho de Portugal se ia tornando para a Espanha mais duro de roer.

Em 1656 morreu pois D. João IV, como eu lhes disse, e sucedeu-lhe seu filho D. Afonso VI, a quem chamaram o Vitorioso, como chamaram a D. João IV o Restaurador, mas enfim a este com mais um bocadinho de razão.

D. Afonso VI não era o filho mais velho, mas o mais velho, um rapazito que dava esperanças, Teodósio, morrera em 1653. D. Afonso VI fora desde criança muito doente, nunca pudera aprender coisa nenhuma e tivera uma educação muito descuidada. O seu gosto era brincar com os garotos que iam para debaixo das janelas do paço, e, quando foi homem, andava em pândegas pela cidade, com uma roda de facínoras que faziam tudo o que queriam á sombra dele, a ponto que até havia mortes nas ruas de Lisboa! Como ainda era pequeno quando seu pai morreu, ficou regendo o reino sua mãe D. Luiza de Gusmão, uma espanhola muito decidida, que diziam até que fora quem mais concorrera para o marido aceitar a coroa. A regente lá foi governando com acerto, enquanto o rapazote andava ao laré com um tal Antônio Conti, que lhe soubera conquistar a amizade. A rainha um dia pegou nesse Antônio Conti, e ferrou com ele desterrado no Brasil. Ó diabo que tal fizeste! o pequeno zanga-se, e, quando o conde de Castelo Melhor lhe disse que era bom que começasse a governar por si, porque tinha já chegado á maioridade, D. Afonso, para pregar pirraça á mãe, aceitou; eu não louvo o conde de Castelo Melhor por ter aconselhado esta ação, mas a verdade é que D. Afonso VI já estava em idade de governar, e que, se não podia dirigir os negócios, sempre era melhor que por ele os dirigisse um homem como o conde de Castelo Melhor, que tinha uma excelente cachimônia, do que a rainha, que, apesar de ser esperta, sempre era senhora, e por isso menos capaz de governar o reino em tempo de guerra.

Bem conheço que D. Afonso VI era um mau rei, que não tinha juízo, que se entregava a divertimentos indecentes e até criminosos, mas uma qualidade tinha ele, percebia perfeitamente que não sabia cuidar do reino, e deixava o Castelo Melhor fazer tudo quanto queria. Ora o Castelo Melhor era uma das melhores cabeças que têm governado o nosso país, como vocês vão ver, porque é bom que saibam o que se passara na guerra.

Logo depois da morte de D. João IV, um general português, João Mendes de Vasconcelos, fizera grande asneira. Vendo que os espanhóis andavam só a fazer

fosquinhas, disse consigo: Não nos hão de conquistar, e havemos de ser nós que os conquistaremos a eles. Junta um exército magnífico, e vai cercar Badajoz. Ainda ali ganhamos uma batalha, que foi a do Forte de S. Miguel, mas a final tivemos de levantar o cerco, depois de havermos perdido inutilmente a flor dos nossos soldados. Ora o que sucedeu? Foi que, no ano seguinte, quer dizer em 1659, os espanhóis, picados com o nosso atrevimento, saíram da sua pachorra, juntaram um exército formidável comandado pelo próprio ministro do rei, D. Luiz de Haro, vieram sobre Portugal e cercaram Elvas. A coisa esteve fosfórica, porque os nossos melhores soldados tinham ficado estendidos diante de Badajoz, e andava isto por cá muito desarranjado. Mas para alguma coisa tinham de servir os dezanove anos de guerra. Em primeiro lugar Elvas, governada por D. Sancho Manuel que foi depois conde de Vila Flor, defendeu-se admiravelmente, em segundo lugar o conde de Cantanhede, depois marquês de Marialva, como não tinha outra gente, reuniu um exército quase todo de milicianos e saltou nos espanhóis que cercavam Elvas. Foi no dia 14 de janeiro de 1659 que se deu a batalha, conhecida pelo nome de batalha das linhas de Elvas, e nunca os espanhóis apanharam tamanha pilota. Os prisioneiros foram aos milhares, artilheria, bagagens, tudo nos caiu nas mãos, e o próprio D. Luiz de Haro escapou-se por um fio. Também nunca mais nos perdoou aquela sova, e, quando nesse mesmo ano foi fazer a paz com a França, deu aos franceses tudo quanto eles quiseram, só com uma condição — a de se não falar em Portugal. Era patifaria graúda do ministro francês, um padre, um tal cardeal Mazarino, porque as tarefas que dávamos nos espanhóis tinham feito muita conta aos franceses. Mas o Mazarino foi apanhando o que pôde, e pouco lhe importou mandar-nos á fava.

Veem vocês a situação em que ficamos. Quando começamos a guerra com a Espanha, estava ela em guerra também com quase toda a Europa, o que não era mau para nós. Em 1648 fez a paz com muitas nações, e isso não foi lá muito bom, porém, como a França continuava em guerra, e essa só por si dava mais que fazer á Espanha do que todas as outras juntas, ainda a coisa não ia mal; mas agora? A França fazia a paz, quase que se aliava com os espanhóis, porque o rei de França, Luiz XIV, casava com uma princesa espanhola, e nós é que ficávamos em campo, com a Espanha ás costas. Ela ainda esteve dois anos a apalpar-nos, mas em 1662 rompeu o fogo com alma. Pôs um dos seus melhores generais, D. João de Áustria, filho bastardo do rei, á frente dos seus exércitos, e caiu em cima de nós com todo o seu peso.

Ora foi exatamente em 1662 que entrou no poder o conde de Castelo Melhor, e foi sobre ele que desabou esse temporal desfeito. Nunca Portugal se vira em tão maus lençóis. D. João de Áustria tomava praças sobre praças, e na campanha do ano imediato, 1663, quase que chegava ás portas de Lisboa. Mas o ministro fizera o

diabo, parece que até das pedras tinha feito soldados. Depois, como Mazarino era um finório, que não desgostava de jogar com pau de dois bicos, ao passo que contentava a Espanha, mandava-nos para cá os oficiais que podia, entre eles o conde de *chomberg*, que era um general de mão cheia. Não comandou nunca em chefe, porque os nossos não gostavam, e tinham razão, que eles já tinham dado provas de que não precisavam de tutores; mas foi um excelente conselheiro. O que é certo, meus amigos, é que, em três anos sucessivos, em que os espanhóis fizeram todos os esforços para dar cabo de nós, levaram três sovas mestras; a primeira deu-lha em 1663 o conde de Vila Flor na batalha do Ameixial, a segunda em 1664 Pedro Jacques de Magalhães na batalha de Castelo Rodrigo, a terceira em 1665 na batalha de Montes Claros o marquês de Marialva. Daí por diante nunca os espanhóis levantaram cabeça, e não pensaram mais em tomar conta outra vez de Portugal.

Ora o conde de Castelo Melhor tinha uma grande ideia; dizia ele consigo: os espanhóis levaram tanta pancadaria, que, se fazemos a paz com eles, ficando nós simplesmente com o que tínhamos ao princípio, pode-se dizer que fomos logrados. Demais a mais Portugal é pequeno, a Espanha é grande; em qualquer bulha que tivermos estamos de mau partido. É necessário fazer Portugal maior e a Espanha mais pequena. E toda a sua tineta era obrigar os espanhóis a dar-nos a Galiza. E o que fazia ele então? Encostava-se a Luiz XIV, rei de França, que andava namorando umas províncias espanholas lá de Flandres. Casava D. Afonso VI com uma princesa francesa, e dizia consigo: Mais dia menos dia, Luiz XIV pega-se com a Espanha. Nós vamos com ele. A Espanha leva para o seu tabaco a valer. Ele fica com as províncias que quiser, até com a Flandres toda, se isso lhe fizer conta, e nós com a Galiza, e com mais alguma coisa se puder ser.

— E era bem pensado, Sr. João da Aqualva, observou o Bartolomeu, porque é que não havia de ser nossa a Galiza?

— Tens razão, e já vêes que, se nós tivéssemos a Galiza também, não estávamos sempre com medo de ser engolidos pelos vizinhos. Mas que queres tu? Entretanto iam grandes intrigas no paço. A rainha, que era uma princesa toda liró e toda costumada ás janotices da corte de Luiz XIV, achando-se casada com um homem que só se dava bem com moços de cavalaria, e que para além do mais era tão doente que nem marido podia ser, começou a desgostar-se, e ao mesmo tempo a agradar-se do infante D. Pedro, rapaz desempenado, que também não desgostava da francesita. Pensaram em se juntar e governar o país. Começaram as intrigas. Tanto fizeram que conseguiram pôr fora o conde de Castelo Melhor. Desamparado, o pobre D. Afonso VI não tardou a ser expulso do trono, e até o descasaram, coitado! Foi necessário para isso um processo que é uma vergonha, e realmente

não posso perceber como foi que uma rainha se deixou assim andar nas bocas do mundo!... enfim, o que é certo é que desterraram o pobre D. Afonso VI, mandando-o para a ilha Terceira; prenderam-no depois em Sintra, onde morreu, e a rainha casou com o cunhado, e este ficou a governar o reino. Eu já lhes disse, rapazes, que bem conheço os defeitos de D. Afonso VI; mas o pobre homem, que era mesmo uma criança, que se não importava para nada com a política, que tivera a fortuna de acertar com um bom ministro que governava por ele e governava bem, não merecia que lhe fizessem semelhante entrega! Mete dó, porque ele nem sabia defender-se, andava ali como o menino nas mãos das bruxas.

E o irmão, que lhe tirara a coroa, e que lhe tirara a mulher, nem ao menos lhe dava a sua liberdade, nem lhe consentia que espairescesse. Tinha-o preso num quarto em Sintra, e ali o deixou morrer de aborrecimento e de desgosto, a ele que nunca fizera mal a ninguém senão com as suas tolas rapaziadas!

Enfim, passemos adiante! O que é certo é que isto sucedeu em 1667, e logo no ano seguinte de 1668 fazia-se a paz com a Espanha, sem lucro nenhum para nós, porque nem ao menos apanhávamos a praça Africana de Ceuta, que era tão nossa, por causa da qual morreu no cativeiro o infante santo, e que em 1640 não conseguira livrar-se dos espanhóis.

Tanto se empenhara em governar o reino o Sr. D. Pedro II, que desde 1667 até 1683, ano em que morreu D. Afonso VI, só tomou o título de regente, e a final de contas não fez senão tolices. Demais a mais algumas coisas boas que deixou fazer, logo as desmanchou. Um ministro que ele teve, o conde da Ericeira, quis ver se fundava fábricas em Portugal, mas em 1703 um tratado com a Inglaterra, conhecido pelo nome de tratado de Metwen, que este era o nome do embaixador que o assinou, deu cabo da nossa indústria. Conservou-se em paz, tanto que lhe deram o nome de Pacífico, e vai no fim do seu reinado mete-se sem mais nem menos na guerra da sucessão de Espanha, favorecendo D. Carlos da casa de Áustria contra D. Filipe da casa de Bourbon. Como tínhamos então um excelente general, que era o marquês das Minas, deu-nos este o gostinho de entrar vitorioso em Madrid, e de proclamar ali D. Carlos rei de Espanha; mas esse gostinho não tardamos a amargá-lo, porque, morrendo D. Pedro II no dia 1 de dezembro de 1706, logo no dia 25 de abril de 1707 era o marquês das Minas batido na batalha de Almanza com graves perdas para nós, tanto que até ao fim da guerra pode-se dizer que nunca mais levantamos cabeça.

Subiu ao trono D. João V, e eu, para lhes dizer a verdade, o que não posso perceber é como há historiadores que gabam aquele rei. Cá para mim foi um dos piores que nós tivemos. Possuía algumas qualidades que não eram de todo más, era porém o

mesmo que se as não tivesse, porque não pensava senão no beatério, e em obras grandes e magníficas, que a maior parte das vezes para nada serviam. Logo por desgraça foi nesse reinado que começaram a render rios e rios de dinheiro as minas do Brasil, e tudo era pouco para o rei que não cuidava senão de si e nada do reino. Por exemplo, achou-se embrulhado com a Espanha e com a França numa guerra que no seu tempo não foi senão desastrosa. Uns corsários franceses deram-nos cabo do Rio de Janeiro e levaram-nos umas riquezas espantosas. Pois não encontrou aquele homem uns poucos de navios para saltarem também nas colônias francesas, ou para protegerem as nossas! enfim! se os não tínhamos, paciência! Mas daí a pouco saiu de Lisboa uma excelente esquadra em socorro do papa, comandada pelo conde do Rio Grande, esquadra que foi bater os turcos no cabo Matapan! Ora vejam se há um patarata assim! Anos depois, por causa de uns insultos feitos em Madrid ao nosso embaixador, está para rebentar a guerra com a Espanha. Fazem-se preparativos, e vê-se que não temos nem exército, nem marinha. De que tratou logo D. João V? De comprar armamento? Qual história! De mandar fazer em Paris, para si, uma barraca de campanha muito rica, e tão luxuosa que toda a gente a ia ver!!

Não tínhamos estradas, não tínhamos rios canalizados, não tínhamos desentulhados os portos, não tínhamos nada do que nos era necessário, mas tínhamos aquela monstruosidade do convento de Mafra que custou 120 milhões de cruzados, que não serve para coisa nenhuma, e que nem ao menos é bonito. Dizem que gostava muito de imitar Luiz XIV, mas o que me dizia o engenheiro francês que esteve aqui em Belas, é que Luiz XIV mandava ir sábios para França, dava pensões aos sábios estrangeiros, e este o que dava era dinheiro para igrejas, e o que mandava vir era de Roma bulas e capelas. Dizem que nunca deixou às nações estrangeiras pôr pé em ramo verde conosco. Quem lhe valeu para isso foram os diplomatas que teve, que nunca em Portugal os houve tão bons, e também o ser tão orgulhoso que ia aos ares só com a ideia de que mangavam com ele.

Mas no mais não me falem em D. João V, que até me sobe o sangue á cabeça. Pois vocês conhecem coisa que mais indigne do que ir um homem ali para Lisboa, no campo da Lã, ver os inquisidores queimarem gente de bem, ou porque não gostavam de toucinho, ou porque nem sempre iam á missa, e depois montar a cavalo, para se meter em Odivelas na cela de uma freira e passar ali a noite? Eu digo que me chega a parecer nem sei o que uma malvadez assim.

Morreu em 1750 esse rei que não fez nada bom em Portugal, a não ser as águas-Livres. Pouco mais dinheiro gastou que se pudesse dizer que fosse bem gasto. E digo-lhes que, se vocês olharem para o país, até lhes há de fazer pena. A nobreza já não se compunha senão simplesmente de criados do paço, o clero imenso e

corrompido enchia o reino com os seus padres e os seus conventos, e conservava o povo numa ignorância completa, o povo, miserável, vadio, ou emigrava para o Brasil, ou pedia esmola às portarias dos conventos, ou sentava-se ao sol. Tínhamos chegado ao mais baixo a que podíamos chegar. Felizmente, quando uma nação desce a tal ponto, sempre aparece alguém que a levante e esse, eu, para o outro domingo, lhes direi quem foi. Por hoje basta. Quando falo no Sr. D. João V, o Magnífico, e penso no mal que ele fez ao país, fico sempre macambúzio, e então o melhor é ir-me deitar.

NONO SERÃO

D. José I. — As transformações sociais. — O marquês de Pombal e a revolução. — Terramoto de 1 de novembro de 1755. — As grandes reformas de Sebastião de Carvalho. — Expulsão dos jesuítas. — Reforma da universidade. — Reorganização do exército. — Agricultura. — Industria. — Inquisição. — Cristãos novos e cristãos velhos. — Política estrangeira. — Energia com Roma e com Inglaterra. — Reconstrução de Lisboa. — Estátua de D. José. — Atentado contra o rei. — Suplicio dos Távora. — D. Maria I. — Reação contra as medidas do marquês de Pombal. — Processo do grande ministro. — Pina Manique, Francisco de Almada. — Martinho de Melo. — Loucura da rainha. — Regência do príncipe D. João. — A república francesa. — Campanha do Roussilon. — Campanha de 1801. — Napoleão e o tratado de Fontainebleau. — Fuga da família real para o Brasil. — Guerra peninsular. — Congresso de Viena. — D. João VI. — Conspiração de 1817. — Revolta de Pernambuco. — Revolução de 1820.

Hão de vocês notar, rapazes, observou o João da Agualva mal todos se sentaram no domingo seguinte em torno da lareira, que, em estando para haver uma grande mudança na sorte dos homens, parece que todos, sem o querer e sem o saber, trabalham para essa mudança, desejando fazer muitas vezes exatamente o contrário. Por exemplo, lembrem-se vocês que ali por 1500 é que os reis se fizeram senhores absolutos, porque acabaram com os privilégios da nobreza, e com os forais do povo. Quem é que contribuiu para isso? O povo, que ajudou o rei a dar cabo dos nobres. Agora encaminha-se tudo para a liberdade e para a igualdade, e quem é que no nosso país vai concorrer mais para semelhante coisa? O marquês de Pombal. Dir-me-ão vocês: Então o marquês de Pombal era algum liberalão por aí além como os de vinte? Qual história! Era um tirano e dos mais ferozes que nunca houve, mas, sem o querer e sem o saber, ninguém mais do que ele trabalhou pela liberdade.

Em primeiro lugar não de vocês saber que o rei D. José, que subiu ao trono por

morte do seu pai D. João V, quase que nem conhecia o marquês de Pombal, que já era homem dos seus cinquenta anos, e que tinha andado por fora como embaixador, ora em Londres, ora em Viena de Áustria, onde casara com a filha de um figurão austríaco. Quem meteu empenhos para que ele fosse ministro foi a mãe de D. José, D. Mariana se chamava ela, arquiduquesa de Áustria, e por isso amiga da mulher do marquês, que então se chamava simplesmente Sebastião José de Carvalho e Melo. Era um ministro como os outros, e o rei não fazia mais caso dele do que fazia dos seus colegas, quando de repente acontece uma grande desgraça em Lisboa, que veio a ser o terremoto do dia 1 de novembro de 1755. A cidade foi quase toda a terra, morreram muitas mil pessoas, outras ficaram a pedir esmola, e sobretudo reinava um terror tamanho que ninguém sabia o que havia de fazer nem para onde se havia de virar. O Sebastião de Carvalho não perdeu a tramontana. Toma ele a direção de tudo, arranja sustento, enforca às portas da cidade quantos ladrões apanha, porque isso então era uma praga, trata do desentulho, e logo em seguida de reconstruir a cidade, isto com uma atividade, com um desembaraço, com um acerto, que D. José disse consigo: Temos homem! Daí por diante quem governou foi ele, e é de uma pessoa pasmar ver o que fez. Até aí os governos, para falar a verdade, em quem menos pensavam era no povo e no país. O dinheiro do estado não servia senão para eles fazerem o que lhes agradava, e por felizes se podiam dar os povos quando lhes dava o capricho para coisas úteis. Sebastião José de Carvalho e Melo tratou do país e mais nada. Ora de que é que o país precisava?

Precisava, primeiro que tudo, de acabar com as despesas no gosto das que fazia o rei D. João V, que era umas mãos rotas com fidalgos e com igrejas.

Precisava de poder pensar e estudar, sem ser sempre debaixo da palmatória dos frades e dos jesuítas.

Precisava de acabar com a inquisição, porque era uma vergonha que ainda se queimasse gente em Portugal só porque não ia á missa.

Precisava de ter exército e de ter marinha.

Precisava de ter industria.

Precisava de ter lavoura.

E nada disto ele tinha.

Sebastião de Carvalho via estas coisas e disse consigo: Mãos á obra. Ora digam-me vocês: Quando chegam a uma quintarola que compraram e veem tudo estragado:

os pardais a darem cabo da fruta, as cearas a morrerem á sede, a terra fraca por falta de estrume, as ervas ruins a afogarem o trigo, o que é que fazem? Arregaçam as mangas e dizem: Vamos a isto. E sacham as ervas, sem dó nem piedade, e saltam ao tiro nos pardais até os porem fora, e deitam estrume na terra, e levam a água da rega para as cearas, e levantam os muros arrasados, e enxotam os porcos que lhes vinham fossar nas batatas, e sacodem as galinhas que lhes depenicavam tudo, e até vocês se riam se os acusassem de crueldade porque matavam os pardais, ou porque arrancavam e deitavam fora as ervas ruins.

Pois Sebastião José de Carvalho e Melo tratou Portugal exatamente como vocês tratariam a tal quintarola. Olhou para tudo e disse consigo: Eh! com os diabos, como isto está. No paço há um bando de pardais que dá cabo da melhor fruta dos pomares da nação. Toca a enxotar os pardais, e, como os pardais refilem, saltou ao tiro neles. As cearas da inteligência, que também são trigo porque dão o pão do espírito, não podiam medrar porque os afogava por toda a parte o joio do jesuitismo. Toca a sachar os jesuítas. Os muros da quinta estavam arrasados, quer dizer, estavam as carairas a descoberto, e em vez de haver fortes o que havia era igrejas, e ele mandou fazer o forte da Graça em Elvas, e pôs o exército a direito, mandando vir para isso um militar estrangeiro, o príncipe de Lipe, que era da escola de um rei da Prússia que foi o primeiro militar do seu tempo. Não havia lavoura nem havia indústria, porque ninguém lhe dava a proteção da rega e do adubo, e Pombal deu-lhe tudo isso á moda do seu tempo, que ele também não podia adivinhar o que hoje se sabe. Ele reformou os estudos e a universidade, ele fundou companhias e fabricas, ele partiu os dentes á inquisição, ele pôs fora os jesuítas, ele tirou a censura dos livros aos padres, ele acabou com distinções de cristãos-novos e cristãos-velhos, e na Índia e no Brasil acabou também com todas as tolices das raças, ele arreganhou os dentes a Roma, e soube pôr o papa no seu lugar, ele bateu o pé á Espanha, ele fez-se respeitar da Inglaterra, ele acabou com os morgados pequenos que só faziam mal á lavoura, ele não deixou que entrassem para padres e frades todos quantos o queriam ser, porque, se as coisas continuassem assim, ás duas por três não havia senão cabeças rapadas em Portugal, enfim, meus amigos, é de uma pessoa pasmar ver que aquele diabo de homem, que ao mesmo tempo fazia de Lisboa uma cidade nova e levantava uma estatua ao seu rei no Terreiro do Paço, em tudo pôs a mão, tudo melhorou, tudo reformou, tudo arranjou, e pode-se dizer que virou a nação de dentro para fora. Já se vê que fez tudo isto com o “posso, quero e mando.” Mas a quem é que prestou verdadeiros serviços? Foi á liberdade, porque tirou o povo da miséria e da ignorância em que vivia, porque o livrou de ter os jesuítas por tutores, e assim o animou a tratar dos seus direitos, e o preparou para um belo dia reclamar a liberdade. Foi cruel, bem sei, não digo menos disso. Tratou os homens como se fossem pardais, e praticou mesmo barbaridades escusadas; mas que diabo! não sei

que sina é esta: reforma graúda sem muito sangue parece que não há modo de se fazer; uma vez são os reformadores que derramam o seu próprio sangue, e então é que a reforma vem de Deus, como acontece com o cristianismo; outras vezes os reformadores derramam o sangue dos outros, e então é que a reforma vem dos homens, como aconteceu com a revolução francesa; porque lá isso de regar as árvores do bem com o sangue das nossas próprias veias, Deus é que o ensina, que os homens só por si não são capazes de chegar a tanto.

— Ó Sr. João, exclamou o Bartolomeu, mas parece-me que tenho ouvido dizer que os Távora, o duque de Aveiro e os mais fidalgos sofreram tormentos do diabo ali na praça de Belém. Ora, ainda que fosse necessário dar cabo deles, acho que não era preciso atormentá-los, e que o marquês de Pombal tinha na verdade cabelos no coração.

— Não digo menos disso, Bartolomeu, mas ouve lá uma coisa: tu sabes porque é que os fidalgos foram executados, não sabes? Foi por darem uns tiros no rei. Eles queriam livrar-se do ministro, o rei não largava o ministro, cada vez se lhe agarrava mais, como depois mostrou, fazendo-o conde de Oeiras e marquês de Pombal, e então lembraram-se de dar cabo de D. José. Ora sabes tu como fora castigado em França, pouco tempo antes, um homem que tinha querido matar o rei Luiz XV? Foi posto a tormentos, depois nas feridas abertas deitaram-lhe chumbo a ferver, e a final ataram-no aos rabos de quatro cavalos, e esquartejaram-no. E contudo ninguém diz que Luiz XV tivesse cabelos no coração. As coisas faziam-se assim no seu tempo, não foi o marquês de Pombal que as inventou.

Hão de vocês dizer: Este diabo gaba sempre as tiranias por toda a parte. Já defendeu D. João II, agora defende o marquês de Pombal. Eu não as louvo, rapazes. Se vivesse nesses tempos e pudesse, havia de berrar contra elas; mas cá de longe, vendo as coisas com sossego, digo que ninguém é perfeito, e que todos os homens têm, como dizia o tal engenheiro francês que esteve em Belas, os defeitos das suas qualidades. Ali está o Francisco Artilheiro que foi soldado: havia de ter servido com muitos coronéis. Encontrou algum que fosse teso a valer e que ao mesmo tempo desatasse a chorar, no tempo das varadas, quando tinha de mandar chibatar algum soldado? Não pode ser. Estes pimpões que quebram todos os abusos, que põem um joelho de ferro em cima de todas as revoltas, fazem aos homens o mesmo que fazem ás coisas, e o dever de quem depois conta a história é perceber isso tudo, e não estar a berrar contra aqueles que fizeram serviços ao seu país, só porque nem sempre paravam onde seria melhor que tivessem parado.

Mas vamos nós ao resto da história que daqui a pouco já as noites são mais pequenas, e mal chega o tempo para dormir a quem tem de se levantar com o sol.

D. José morreu em 1777, e, apenas ele fechou os olhos, rebentou o ódio que havia contra o grande ministro; ninguém quis lá pensar no bem que ele tinha feito, e todos clamaram contra as suas crueldades. Demais a mais quem sucedia a D. José era sua filha a rainha D. Maria I, muito beata, embirrando muito com o marquês, porque desconfiava que ele quisera fazer passar o trono para o filho dela, um rapazito muito esperto, chamado D. José; e então o rei a morrer hoje e o ministro a ser demitido amanhã. Não houve picardia que lhe não fizessem. Mandaram-no para a sua quinta do Pombal, e, estando ele já doente e amargurado, moeram-no com perguntas porque lhe armaram um processo. Se pudessem desfazer tudo o que ele fizera, desfaziam, mas a final só soltaram os presos, porque enquanto ao mais tiveram medo de dar bordoadas no finado rei, que a final de contas respondia pelos atos do ministro, porque ele é que assinava as ordens. Tiraram o retrato do marquês da memória do Terreiro do Paço, que só em 1834 se tornou a pôr como era justo; em vez do retrato puseram as armas de Lisboa que são um navio á Vélia, e foi então que o marquês de Pombal disse, ao saber do caso: Ai! Portugal que vais a vela!

Bem quisera D. Maria I admitir os jesuítas outra vez, mas não podia ser, porque o marquês de Pombal não só os expulsara de Portugal, mas fizera uma liga contra eles em toda a Europa, e conseguira que o papa Clemente XIV acabasse com a Ordem. Muito trabalharam os parentes dos Távora para conseguir que se desse uma sentença a declarar que era peta o que se dissera ao seu respeito, e injusta a sentença que os condenava; mas a final não conseguiram isso, porque a rainha percebeu que, condenando o marquês de Pombal, a quem condenava era ao pai.

No mais tudo andou para traz, a não ser na marinha, que teve um bom ministro, Martinho de Melo, e nisto de escolas que sempre se foram desenvolvendo. Houve além disso dois homens que fizeram muito bem a Lisboa e ao Porto, a saber, o entendente da polícia Pina Manique e o corregedor do Porto Francisco de Almada. É que já se não podia deixar de tratar de melhoramentos; mas o que deu cabo de nós foi a birra que tivemos em nos meter na bulha contra a república francesa. Isso, falar em Portugal nas ideias novas, era o mesmo que falar no diabo, e D. Maria I, em vez de tratar da sua vida, seguiu o caminho de D. João V. Este ia-se meter com os turcos que lhe não faziam mal nenhum, D. Maria I foi-se meter com a república francesa, que estava lá tão longe e que nada tinha com Portugal.

O que resultou daqui é que mandamos uma divisão ao Rossilhão a ajudar os espanhóis, e uma esquadra a Toulon a ajudar os ingleses. A divisão do Rossilhão portou-se o que se chama bem, mas depois? A Espanha fez a paz com a França, e nós ficamos a olhar ao sinal, a Inglaterra metia-nos na dança, e depois punha-se de palanque. Tivemos de andar a pedir a paz á república francesa, quase de joelhos, e

o Napoleão, que já nesse tempo começava a governar em França, e que nos tinha jurado pela pele, teve a habilidade de açudar a Espanha contra nós, resultando daí a guerra de 1801. Foi uma guerra vergonhosa. Tínhamos o exército escangalhado, não fizemos senão levar bordoadas, e, para alcançarmos paz, tivemos de pagar bom dinheiro, e de dar aos espanhóis Olivença que nunca mais apanhamos. De nada nos valeram todas as humilhações. Em 1807, Napoleão, que já era imperador, e que andava numa luta de morte com a Inglaterra, quis que fechássemos os portos aos nossos antigos aliados. Andamos a hesitar, até que Napoleão, que não gostava de perder tempo, declara que a casa de Bragança deixara de reinar, e mete-nos cá dentro um exército comandado pelo Junot. A família real não teve senão tempo de fazer as malas e de partir para o Brasil, por conselho dos ingleses. Devo-lhes dizer uma coisa: a rainha D. Maria I endoidecera havia muito tempo, e quem governava no seu nome como príncipe regente desde 1792, era o príncipe D. João, seu filho mais velho, porque aquele D. José, de quem lhes falei, e que dava tantas esperanças, tinha morrido em 1788.

Imaginem vocês como ficaria o povo com esta partida, e agora é que é o caso de se lhe chamar partida.

Abandonado pela família real, viu o Junot tomar conta do governo, agarrar no exército português, que não tinha ordem para resistir, e mandá-lo para França servir no exército de Napoleão, lançar contribuições pesadas como o diabo, e enfim tratar isto como terra conquistada. E, para maior vergonha, Junot invadira o país, no coração do inverno, com meia dúzia de gatos, e entrara em Lisboa á frente de quatro soldados estropiados e esfarrapados. A vergonha de todas estas humilhações começou a fazer ferver o sangue aos portugueses, e um belo dia rebentou a revolta no Porto. Foi como quem diz um rastilho de pólvora. Desde o Minho até ao Algarve, não houve terra em que se não pegasse em armas contra os franceses. O Junot mandou as suas tropas esmagar as revoltas, e os franceses fizeram então coisas do arco da velha, mataram, roubaram, queimaram...

— Ah! pai do céu! exclamou a tia Margarida, eu era bem pequenina então, havia de ter sete ou oito anos, mas lembra-me do que a minha mãe me contava. Havia um que ela chamava o Maneta, que isso parece que era o diabo em pessoa.

— Era o general Loison, que não tinha um braço. Em Évora fez ele o demônio, mas, por mais que fizessem, não conseguiam acabar com a revolta. Era pobre gente do povo, sem armas, sem disciplina, sem chefe, que assim se levantava contra os franceses, e estes davam-lhe para baixo facilmente, mas a gente levava aqui em Belas, levantava-se em Sintra, iam os franceses a Sintra, levantavam-se os de Belas. Demais a mais, cada qual faz a guerra como pôde. Lá em batalha não podiam os

nossos medir-se com os soldados de Napoleão. O que faziam? Davam-lhes caça; em os apanhando separados, carga para cima deles. Era facada, era paulada, era tiro de bacamarte, era o que podia ser, com os diabos! que um povo é como uma pessoa, quando o querem pisar aos pés, defende-se com unhas e dentes. Mas nisto os ingleses, que andavam á toca de ver se podiam sair da sua ilha e desembarcar nalgum sítio onde pudessem incomodar Napoleão, assim que viram que Portugal estava revoltado, desembarcaram aqui um exército comandado por um sujeito chamado Welington, que, se não era tão bom general como Napoleão, pelo menos parece-me que ainda seria mais feliz do que ele. O Junot, que não passava de ser um valentão, foi batido pelos ingleses na Roliça e Vimeiro, onde os nossos, já se vê, também combateram ao lado das fardas vermelhas, que é, como vocês sabem, o uniforme inglês, e, para se safar de Portugal, teve de capitular. É verdade que o patife apanhou uma capitulação, que a não podia ter melhor se fosse ele que tivesse dado a tunda nos ingleses. Levou-nos tudo o que nos tinha roubado, e nem se falou nos nossos soldados que lá andaram, contra vontade sua, a servir no exército de Napoleão.

— Ó Sr. João, acudiu o Manuel da Idanha, vossemecê há de desculpar uma pergunta, mas parece-me que ninguém pode vir por terra de França a Portugal, sem passar pela Espanha, não é verdade?

— É sim, rapaz; mas que queres tu dizer com isso?

— Quero dizer que não percebo como foi que o Junot cá veio. Então os espanhóis deixaram-no passar?

— Fizeram mais alguma coisa, vieram com ele, porque nesse tempo estavam ainda muito manos com os franceses, tanto que repartiram entre si Portugal como quem reparte um melão, uma talhada para este, outra talhada para aquele, etc. Mas o Napoleão surripiou aos espanhóis a sua família real, e fez rei de Espanha um seu irmão chamado José, de forma que, quando nós nos revoltamos, revoltaram-se eles também, e começamos uns e outros á lambada aos franceses.

Entretanto cá se arranjava um governo; tratou ele de organizar o exército, que ainda era á moda de 1640, e que só precisava de um general como o príncipe de Lipe para ficar uma joia. Esse general apareceu, foi um inglês chamado Beresford, que num abrir e fechar de olhos pôs tudo a direito. O que é certo, meus amigos, é que na guerra da Península, que durou seis anos, os nossos soldados, combatendo ao lado dos soldados ingleses, passavam por ser tão bons como eles e talvez melhores. Já se vê que tinha sido necessário virem muitos oficiais ingleses para os nossos regimentos, porque a oficialidade portuguesa estava toda dispersa, uns tinham ido para França, outros para o Brasil, e outros, diga-se a verdade, não

prestavam para nada.

— Ó Sr. João, dá licença que lhe faça uma pergunta? interrompeu de novo o Manuel da Idanha.

— Faz, rapaz, pudera! Pois então para que estou eu aqui?

— Porque é que se chamou a essa guerra a guerra da Península?

— Não te disse eu, rapaz, no principio desta conversa, que Portugal e a Espanha juntos formavam uma península, quer dizer quase uma ilha, porque a cerca o mar por toda a parte menos por um lado, que é onde pega com a França pelos Pireneus?

— Disse, sim senhor.

— E não te acabei de dizer que, quando nos revoltamos contra Napoleão, revoltaram-se também os espanhóis, e que desatamos uns e outros á pancada aos franceses?

— Também é verdade.

— Pois então aí tens tu: a guerra era de Espanha e de Portugal, por conseguinte era a guerra da Península.

— Ora também quero fazer uma pergunta, disse a tia Margarida.

— Pois então, tia Margarida! Era o que faltava era que as mulheres não tivessem a palavra.

— O que você precisava era de um puxão de orelhas, mas enfim lá vai a pergunta. Eu, sempre que a minha mãe falava nessas coisas, ouvia-lhe dizer que os franceses eram muito maus, mas que os ingleses talvez ainda fossem piores. Ora você diz que os ingleses vieram ajudar-nos...

— Dizia muito bem a sua mãe, tia Margarida, mas eu também não digo mal. Soldados ingleses sempre foram abrutados, principalmente em estando com o vinho. Nunca vieram a Portugal senão ajudar-nos, e nunca também cá vieram que não ficasse tudo a berrar contra eles. Olhem no tempo de D. Fernando. Parece-me que lhes contei que, vindo eles combater ao nosso lado contra os espanhóis, fizeram o que o demônio não fez. E, agora que já respondi ás suas perguntas, vou continuar a minha história.

O Junot foi posto fora em 1808, os ingleses então viraram-se contra os franceses

que estavam na Espanha, e meteram-se pela Galiza dentro, mas o Soult, apanhando-os lá, deu-lhes uma tarefa formidável, e depois veio sobre Portugal e entrou no Porto. A gente do Porto, a fugir dos franceses, meteu-se na ponte de barcas que então havia sobre o Douro, para passar para o outro lado; a ponte abateu e morreram milhares de pessoas.

— Ah! bem sei! interrompeu a tia Margarida, diz que foi o dia de juízo.

— Ora se foi! os franceses pararam no Porto, mas nós e os ingleses fomos a eles daí a tempo e posemo-los fora. O Napoleão, embirrando com o caso, mandou um exército comandado pelo marechal Masséna, um dos seus melhores generais, com ordem de atirar o Wellington ao mar; mas o Wellington, que era homem avisado, e que não gostava de tomar banhos de choque, aproveitara o tempo a arranjar as linhas de Torres Vedras, de traz das quais se meteu. O Masséna bateu com as ventas nas linhas, viu que não podia fazer nada, foi-se embora, e nós logo atrás dele.

Para encurtar razões, em quatro anos de campanha, fomos a pouco e pouco empurrando os franceses pela Espanha fora, em 1814 entramos em França de embrulhada, e, como os russos, os austríacos e os prussianos também entraram por outro lado, levando o Napoleão adiante de si, caiu aquela caranguejola toda, o Napoleão teve de dar a sua demissão de imperador, e nós ficamos livres dos franceses.

Dois anos depois, em 1816, morreu a rainha D. Maria I no Brasil, sem que ninguém, por assim dizer, desse por isso. O príncipe regente tomou o nome de D. João VI e continuou tudo como até aí.

Entretanto em Portugal estava tudo descontente. O povo levantara-se contra os franceses pela sua conta e risco, e parecia-lhe história que o rei, que fugira, continuasse a não fazer caso nenhum dele.

Em Espanha tinham-se reunido cortes e arranjava-se uma constituição pela qual se acabava com o poder absoluto dos reis. Em Portugal, se não se fizera o mesmo, não fora por falta de vontade, mas os ingleses não deixavam. Todos percebiam, porém, que se não podia voltar á antiga, como se não se tivesse passado coisa nenhuma no intervalo. Por outro lado a teima do rei em ficar no Brasil já nos ia fazendo chegar a mostarda ao nariz, tanto mais que, ao passo que havia por cá muita miséria, estava sempre a ir dinheiro para o Brasil, e não só dinheiro mas tropa também, porque D. João VI, em 1817, lembrara-se de juntar Montevidéu ao Brasil, como se o Brasil ainda fosse pequeno, aproveitando para isso a revolta das colônias espanholas, enfim, a conservação de Beresford e dos coronéis ingleses no quadro do exército

português incomodava os nossos oficiais, e discontentava a nação.

Em 1817, descobre-se ainda por cima uma conspiração liberal, dão como implicado nela, com provas de cá cá rá cá, um general muito estimado, Gomes Freire de Andrade, de quem diziam que Beresford tinha ciúmes, e enforcam-no. Tudo isto ia fazendo ferver o sangue aos portugueses, e, quando em 1820 começou a haver revoluções liberais por toda a parte, rebenta também uma revolução liberal no Porto, espalha-se logo por todo o reino, chega a Lisboa, e pega-se ao Brasil. D. João VI é obrigado a aceitá-la, e a vir para Portugal, a mandar embora os oficiais ingleses, e a assinar uma constituição que as cortes fizeram; mas os governos lá de fora, e logo os mais poderosos, acharam perigoso que se tornasse a falar em liberdade e constituições, e decidiram que viesse um exército francês pôr a mordança na boca aos liberais da Espanha, enquanto um exército austríaco ia fazer o mesmo aos da Itália. Apenas cá chegou a notícia, os amigos do absolutismo, que tinham por chefe o infante D. Miguel, segundo filho do rei, levam este para Vila Franca, e deitam abaixo a constituição. Mas o que a fez cair não foram eles, foram os passos dos soldados franceses que já a essas horas andavam por Espanha.

Entretanto o Brasil, onde ficara governando o príncipe D. Pedro, que era o filho mais velho do rei, fazia-se independente. Antes dele tinham feito o mesmo as colônias vizinhas que pertenciam á Espanha, e cinquenta anos antes as que pertenciam á Inglaterra. No Brasil já houvera duas tentativas de revolta, e ambas tinham sido afogadas em sangue, uma em 1789, outra em 1817. A final venceram. Acusam muito D. Pedro de se ter feito imperador do Brasil, e de se haver revoltado contra seu pai. Ele não se revoltou, mas só podia fazer uma de duas coisas, ou ir com os brasileiros, ou pôr-se no andar da rua. Então esses figurões imaginavam que um país rico, grande e forte, está agora para receber ordens de outro mais pequeno, ou maior que ele seja, e que fica para além do mais do outro lado do mar? Ora, histórias da vida! e não se queixem disso. É ordem das coisas. As colônias são como os filhos. A gente educa-os, trata-os, deixa-os ir crescendo. Quando são maiores emancipam-se. E ninguém tem que estranhar. Foi o que aconteceu com o Brasil. Estava maior, emancipou-se. Perdemos o Brasil em 1825, em 1826 morreu D. João VI. Os seus últimos dias foram amargurados. Tivera guerra com o filho mais velho que se revoltara com o Brasil; estivera para ser destronado pelo filho mais novo, D. Miguel, que o chegara a prender na Bemposta, e que ele depois tivera que mandar para fora do reino; a mulher, D. Carlota Joaquina, que estava sempre ás turras com ele, nunca lhe dera senão desgostos. Faleceu ralado o pobre do rei, que era uma excelente pessoa, amigo de tomar o seu rapé com sossego, e que para sua desgraça governara no tempo da revolução francesa, no tempo de Napoleão, e no tempo da revolução de 1820. E há de a gente acreditar no rifão: Dá Deus o frio conforme a roupa.

E, como eu também estou com frio, rapazes, vou até casa á procura de roupa, e no próximo domingo acabaremos com isto.

DECIMO SERÃO

História contemporânea. — D. Pedro IV. — A Carta Constitucional. — Regência da infanta D. Izabel Maria. — D. Miguel, rei absoluto. — Sublevação do Porto. — Emigração. — A ilha Terceira. — O conde de Vila Flor. — Perseguição aos liberais. — A esquadra francesa no Tejo. — D. Pedro IV põe-se á frente dos liberais. — Desembarque no Mindelo. — Cerco do Porto. — Expedição do Algarve. — Batalha do Cabo de S. Vicente. — Entrada das tropas do duque da Terceira em Lisboa, a 24 de julho. — Cerco de Lisboa. — Batalhas de Asseiceira e Almoester. — Convenção de Évora Monte. — Reinado de D. Maria II. — Revolução de Setembro. — Constituição de 1838. — Restauração da Carta. — A Maria da Fonte. — A Junta do Porto. — A intervenção estrangeira. — A Regeneração. — Reinado de D. Pedro V. — A febre amarela. — Reinado de D. Luiz. — Conclusão.

— Vocês percebem, meus amigos, começou o João da Aqualva, que, tendo de lhes contar agora acontecimentos em que tomou parte muita gente que ainda está viva e são, e não querendo ofender ninguém, não posso estar com muitas reflexões. Quem sucedeu a D. João VI foi D. Pedro IV, já então imperador do Brasil. Este, que era um príncipe que percebia as coisas, viu bem que o nosso tempo já não era tempo para absolutismos, e antes quis dar ele uma constituição do que ir o povo arrancar-lha. Mandou portanto para Portugal a Carta, dizendo ao mesmo tempo que abdicava na sua filha D. Maria, a qual havia de casar com o seu tio o infante D. Miguel, e, enquanto D. Miguel não voltava para Portugal, nomeou regente a infanta D. Izabel Maria, que vocês tinham de conhecer muito bem.

— Ora se conhecemos! morava ali em Benfica!

— Tal qual! morreu há coisa de três ou quatro anos. A Carta Constitucional ficou sendo lei do reino, apesar de algumas revoltas, mas o infante D. Miguel, apenas chegou a Lisboa em 1828, fecha as cortes, atira com a Carta de pernas ao ar e faz-se proclamar rei absoluto. A guarnição do Porto não está pelos ajustes, e revoltase, mas tem de fugir para Espanha. Tudo o que eram liberais, e que puderam safar-se, emigraram uns para França, outros para Inglaterra. Mas o que é certo é que o povo todo estava com D. Miguel. Porquê? Como pode haver um povo que não goste de liberdade? Vão lá explicá-lo! Os padres e os frades estavam quase todos ao lado de D. Miguel, e levavam consigo muita gente.

Mas a ilha Terceira não esteve pelos autos, e não aceitou o absolutismo. Apenas

isso constou, correram os emigrados para essa ilha, o conde de Vila Flor tomou conta do governo, e ali resistiu ás esquadras de D. Miguel. Este, entretanto, com o devido respeito, fazia tolices graúdas, e a maior era perseguir os liberais a ferro e fogo. A força estava sempre armada, as prisões sempre atulhadas, e os caceteiros não deixavam ninguém sossegado. Isto de fazer mártires é o diabo. Para a árvore da liberdade não há rega como o sangue dos seus filhos.

Ora, além disso, enquanto o governo francês se mostrava pouco amigo da liberdade, tinha D. Miguel as simpatias da França, mas depois da revolução de 1830 aconteceu o contrário. O governo de D. Miguel caiu na asneira de perseguir uns franceses. Daí resultou vir uma esquadra francesa ao Tejo e levar os navios que aí estavam. Ao mesmo tempo D. Pedro, que tivera os seus dares e tomares com os brasileiros, abdicou a coroa imperial do Brasil, e veio tomar o comando dos defensores da sua filha. Põe-se á frente deles, que não eram muitos, eram 7:500, desembarca no Mindelo a 8 de julho de 1832, mete-se no Porto, e aí resiste mais de um ano aos soldados de D. Miguel, que eram muito valentes, mas mal comandados. Envia ao Algarve em 1833 meia dúzia de gatos, debaixo das ordens do conde de Vila Flor, já então duque da Terceira, numa pequena esquadra, que primeiro fora comandada por um inglês chamado Sertorius, que ainda vive, e que o estava sendo por outro inglês chamado Napier. Este desembarca o duque da Terceira no Algarve; depois vai-se á esquadra miguelista e derrota-a no cabo de S. Vicente. O duque da Terceira marcha sobre Lisboa, bate na cova da Piedade os miguelistas, comandados pelo Teles Jordão, que tinha sido um tirano para os presos liberais, e que ali morreu, e entrou em Lisboa no dia 24 de julho de 1833. D. Pedro vem para Lisboa que os miguelistas cercam. Ele e os seus dois marechais, duques da Terceira e de Saldanha, obrigam os miguelistas a retirar para Santarém. Depois o duque de Saldanha por um lado bate os miguelistas em Almoester, o duque da Terceira por outro bate-os na Asseiceira, e D. Miguel assina a 25 de maio de 1834 a convenção de Évora Monte, pela qual o seu exército depunha as armas, e ele abandonava Portugal. Como se esperasse unicamente o fim da sua empresa para terminar também a sua vida, D. Pedro IV veio aqui morrer a Queluz no dia 24 de setembro de 1834. Podem para aí pensar dele o que quiserem, meus amigos, mas o homem que, tendo nascido no trono, passou a sua vida a rejeitar coroas, e a combater, como um soldado valente, pela liberdade dos povos, merece bem as três estátuas que no Porto, em Lisboa e no Rio de Janeiro, mostram que, ao menos depois da sua morte, não foram ingratos com ele os portugueses e os brasileiros.

Sucedia-lhe a senhora D. Maria II, que viveu bem pouco tempo, e teve uma vida bem atormentada. Logo em 1836 um partido, que queria mais liberdades que as da Carta fez a revolução de setembro, e em 1838 veio uma nova constituição. Contra ela se fazem muitas revoltas, até que em janeiro de 1842 Costa Cabral, depois

conde de tomar, deita abaixo a constituição de 1838, e põe outra vez a Carta de pé. Governou ele muito tempo, mas, diga-se a verdade, um pouquinho á bruta. Daí vieram mais revoluções, e a maior de todas que foi a da Maria da Fonte, em 1846, em que metade do reino obedecia á Junta do Porto, e a outra metade ao governo nomeado pela rainha. Batidos em Vale-Passos, em Torres Vedras, e no Alto do Viso, os patulêas, como se chamava aos partidários da junta, são obrigados a depor as armas pelos ingleses e pelos espanhóis que mandaram uns uma esquadra, os outros um exército para restabelecerem aqui o sossego. Mas no fundo estava tudo em brasa, e quando em 1851 o duque de Saldanha se levantou contra o conde, hoje marquês de tomar, foi tudo atrás dele. Reuniram-se cortes que introduziram umas mudanças na Carta, e daí por diante nunca mais houve revoltas de consideração. Pegaram os governos a fazer estradas e caminhos de ferro, e lá de partidos é que eu não entendo. Em 1853 morria a senhora D. Maria II, considerada por todos como uma santa senhora, e uma santa mãe, e sucedeu-lhe seu filho, o senhor D. Pedro V, sendo regente nos primeiros dois anos o senhor D. Fernando que vocês todos conhecem. O Sr. D. Pedro V era uma joia, como sabem. Quando em 1857 veio a febre amarela a Lisboa, andou ele pelos hospitais, a consolar os doentes, e a dar coragem e exemplo a todos. Também quando em 1859 morreu a boa rainha Estefânia, sua mulher não houve português que a não chorasse com ele, e quando em 1861 morreu ele também quase de repente, com os seus dois irmãos, o senhor D. Fernando e o senhor D. João, a dor do povo foi tamanha que chegou a haver tumultos, porque até se desconfiava que aquilo não fosse natural. Subiu ao trono o senhor D. Luiz que hoje reina, e aqui portanto acaba a história. Sempre direi, com tudo, que não são muitos os países por esse mundo onde os povos ainda hoje chorem pelos reis, e que isso vem de serem os nossos tão amigos da liberdade como são e tem sido, graças a Deus. E aqui, meus amigos, acabo a minha tarefa; o que eu desejo, rapazes, é que vocês achem que não os maçou muito o pobre do João da Aqualva, e que entendam que empregaram melhor o seu tempo a ouvir as minhas histórias, do que a beber decilitros na taverna do Funileiro.

O LIVRO DIGITAL – ADVERTÊNCIA



O Livro Digital é – certamente - uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade de editoras.

Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser escaneado e compartilhado nos mais variados formatos digitais (PDF, TXT, RTF, entre outros). Todavia, trata-se de um processo demorado, principalmente no âmbito da realização pessoal, implicando ainda em falhas após o processo de digitalização, por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras.

Embora todos os livros do “Projeto Livro Livre” sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que alguns desses erros passem despercebidos. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de algumas dessas incorreções, por gentileza entrar em contato conosco, no e-mail: iba@ibamendes.com

Sugestões também serão muito bem-vindas!

Iba Mendes
São Paulo, 2014